LORD BYRON

EM

PORTUGAL

POR

ALBERTO TELLES

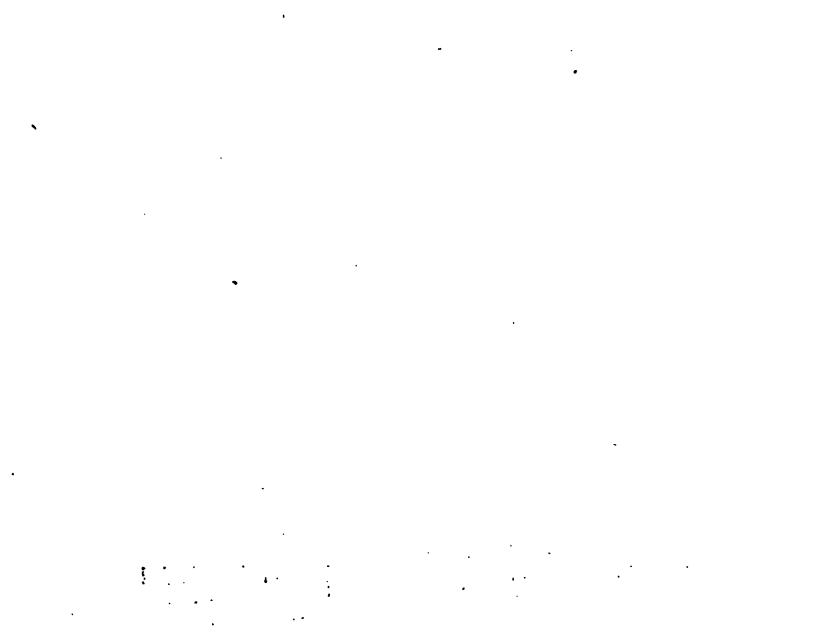
> Such welcome and unwelcome things at once,
> 'Tis hard to reconcile.
>
> SHAKESPEARE—*Mac.*, act. IV, sc. III.

LISBOA

—

TYP. DO DIARIO DE PORTUGAL — RUA DO NORTE — 145

1879

LORD BYRON EM PORTUGAL

LORD BYRON

EM

PORTUGAL

POR

ALBERTO TELLES

Such welcome and unwelcome things at once,
'Tis hard to reconcile.
SHAKESPEARE—*Mac.*, act. IV, sc. III.

LISBOA

TYP. DO DIARIO DE PORTUGAL — RUA DO NORTE — 145
1879

AOS ILLUSTRADOS REDACTORES

DO

DIARIO DE PORTUGAL

Thomaz Sequeira, Gerardo Pery,
Lourenço Malheiro
e Carlos de Moura Cabral

Em penhor
de muita consideração, agradecimento
e devotadissima estima

Alberto Telles.

LIVRO III

Mafra

PRELIMINAR

Lord Byron encetou no verdor dos annos a gloriosa peregrinação que havia de acabar como soldado, ou antes como heroe, dando a vida pela liberdade entre as ruinas das escolas, dos areopagos e dos templos das republicas mais celebres da antiguidade.

Viajando nas Hespanhas, conheceu primeiro a nação portugueza sobre a qual, mui pouco tempo antes, tinham cahido, sempre famintas e devastadoras, as aguias do moderno Cesar. Mas, se a historia contemporanea o dizia assim, tambem mostrava que este povo infeliz, acordando do seu immenso abatimento moral ao grito patriotico do velho general Sepulveda, conseguira por fim expulsar os invasores de todo o paiz, e restabelecer a independencia nacional. O auxilio que nas duas recentes campanhas nos havia prestado a Inglaterra lisonjeava excessivamente o orgulho de lord Byron.

Percorrendo a Italia, visitou, entre outras terras e logares notaveis, Roma, a cidade eterna, a artistica Florença, e Veneza, a tentadora Veneza, que nasceu a sorrir das aguas do Adriatico como Venus do mar jonio!

II

Mas Roma, a terra classica da liberdade, que ainda guiava a penna severa de Tacito nos dias ominosos da mais crua tyrannia; Roma, a cidade por excellencia, duas vezes capital do mundo, que possuiu a voz de Cicero, a espada de Julio Cesar, a idéa de Gallileo, a palheta e o escopro de Miguel Angelo; Roma, emfim, com suas immortaes recordações, e tão assombrosas e variadas bellezas, não fez sublimar tanto a inspiração a lord Byron e, sobretudo, invocar o nome de Deus, como a vista magestosa de Lisboa, e a presença de tantas maravilhas accumuladas sobre o Tejo.

Veneza—a patria do galanteio e do segredo; as suas tragicas memorias; os vetustos monumentos em que revoa triste o explendor do passado; as artes patenteando os seus thesouros nas galerias opulentas do pincel de um Ticiano e de um Paulo Veronez;—por outro lado, a voluptuosidade do clima dulcificando a existencia; um silencio fundo convidando á meditação; costumes faceis enleiando um temperamento ardente, uma indole inconstante e caprichosa:—n'uma palavra, a natureza, a paixão e a poesia, abraçadas como as tres Graças, repartindo entre si os cuidados da vida, e enchendo os dias e as noites de poemas e de contos, de longos beijos e de ineffaveis sorrisos...—que mais era preciso para esquecer tudo?

Ahi, com effeito, sentiu lord Byron pulsar o coração mais forte do que na grave Inglaterra e na romanesca Hespanha. Amou e foi amado. Ah! se a doce voz de doña Josepha entrecortada de lagrimas e tremula da commoção do ultimo adeus, parecia ainda suspirar lá de tão longe, dos copados laranjaes de Sevilha—*Adios, tu hermoso!...*—outra voz (a da condessa Guiccioli), mais terna, mais querida, repassada de intimo sentimento, d'essas que não accendem o fogo dos sentidos, mas elevam a alma a cogitações mais puras, agora junto d'elle, no fundo da gondola furtiva, confundia o seu canto harmonioso com os vagos murmurios da onda que se espreguiçava nos canaes, espelhando o azul do céo e o marmore dos palacios, os leões e as estatuas, os arcos e as pontes d'aquella cidade de fadas!

Porém, a decadencia e a morte politica da serenissima republica, que fôra senhora dos mares e o grande emporio do commercio no

seculo XV, não podia ser um espectaculo vão para uma alma grande. E não foi. Dil-o a bella *Ode de Veneza*, que é um grito doloroso, uma pungente lamentação do passado...

Cumpre notar que essa *Ode* foi composta em 1819. Havia apenas quatro annos que o congresso de Vienna, invocando a Santissima Trindade com o voto do scismatico Alexandre, erguera do pó da terra os velhos thronos consagrados, que a idéa da Revolução illuminára de repente com sinistra claridade, e a espada de Bonaparte fulminára como um raio. Mas, se a Santa Alliança fôra pactuada contra a liberdade para resuscitar o direito divino, trazia, em compensação, o ramo de oliveira. Confessemos que pouco mais era preciso para captar a sympathia e a affeição dos povos. E confessemos tambem que, se as decisões do congresso produziram nas turbas a benefica impressão que ha de sempre resultar da confiança na paz, animando os homens a volverem tranquillos ás lides do trabalho, por outra parte causaram naturalmente nos espiritos superiores o effeito contrario. Desanimo e descrença.

Comtudo, a suave esperança de melhores dias parece vir tomar o logar do desalento no seu espirito atribulado por tão dolorosas meditações. Direis então que a idéa de liberdade, passando rapida como o vento sobre a superficie das aguas lhe veiu agitar os cabellos, compôr o gesto, animar o semblante e inspirar a democratica saudação á joven e florescente America em que termina a *Ode*.

Mas quando, alta a mente, volvia esses elevados pensamentos sobre a grandeza e a decadencia das nações, e o captiveiro de Veneza lhe fazia derramar tão sentidas e eloquentes lagrimas, não me será contado por temeridade suppor que a recordação de Portugal lhe pintasse aos olhos da phantasia

o santo templo,
Que nas praias do mar está sentado,
Que o nome tem da terra para exemplo
D'onde Deus foi em carne ao mundo dado [1].

1 *Lusiadas*, IV, LXXXVII.

a egreja do opulento mosteiro de Santa Maria de Belem, memoria veneranda da viagem do Gama. Esta, porventura, lhe occorreu como a causa primaria da ruina da *dominante* republica. Porque, uma vez descoberto o novo caminho da India, os galeões e as náus, que voltavam carregados dos metaes preciosos, das joias e das especiarias do Oriente, começaram a deixar a via de Alexandria para seguirem o rumo do Cabo da Boa Esperança. E por esse facto a senhoria de Veneza viu logo paralisar o seu maior commercio, estanques as fontes da sua riqueza.

E Florença?... De Florença que direi?... Uma verdade ainda mais certa e muito melhor provada. Se o Dante Alighieri, de que tanto se ufana a cidade dos Medicis, era tão intimo do pensamento e do coração de lord Byron, que até admira ouvil-o redizer em inglez os magicos tercetos do exul guelfo, não póde em nenhuma maneira duvidar-se que lhe não fosse, pelo menos, tão querido o portuguez Luiz de Camões. Primoroso cavalleiro, leal entre os melhores, o fundo do caracter vê-se-lhe bem nas obras, e prende-nos tanto, ou quasi tanto, como a sua alta inspiração. Inspiração de «verdadeiro poeta» (*a genuine bard*), diz Byron. E accrescenta — «nem fraca nem fingida» (*no faint, ficticious flame*).

Traduzi, como pude, os formosos versos em que elle prestou essa homenagem sincera ao genio do nosso epico.

Decidiu-me a fazel-o, não a consciencia das proprias forças, que, se as consultasse, de certo não ousaria tanto, mas sim, e unicamente, a consideração de que onde eram frequentes as injurias a Portugal em summo apreço deviamos nós todos ter esse testemunho insuspeito de admiração e louvor.

Eil-o:

Stanzas to a Lady

WITH THE POEMS OF CAMÕES

This votive pledge of fond esteem
Perhaps, dear girl! for me thou 'lt prize
It sings of Love's enchanting dream,
A theme we never can despise.

Who blames it but the envious fool,
The old and disappointed maid;
Or pupil of the prudish school
In single sorrow doomed to fade?

Then read, dear girl! with feeling read,
For thou wilt ne'er be one of those;
To thee in vain I shall not plead
In pity for the poet's woes.

He was in sooth a genuine bard;
His was no faint, ficticious flame:
Like his, may love be thy reward,
But not thy hapless fate the same.

(HOURS OF IDLENESS)

A uma senhora

POR OCCASIÃO DE LHE OFFERECER AS OBRAS DE CAMÕES

Este penhor de uma affeição perenne
Das minhas mãos acceitarás talvez;
Merece-o, ó bella! canta o amor, bem vês...
Quem ha no mundo que o amor condemne?

Só se a donzella que ficou p'ra tia,
Ou algum tolo mau que a inveja moe,
Ou beata que em rezas leva o dia
E à quem a solidão consume e roe.

Lê, pois, meu doce bem! lê commovida,
Que tu nunca serás quaes elles são!
E por Camões, por sua triste vida,
Dó... piedade... não te peço em vão!

Foi poeta da inspiração mais pura
E foi seu premio cá na terra, o amor...
Ah! sê, como elle, amada, linda flôr!
Mas não egual a elle em desventura.

(HORAS VAGAS)

A poesia popular portugueza recebeu tambem de lord Byron signaes evidentes de admiração. Foram estas duas traducções em verso de uma sentida trova nacional.

From the portuguese

«TU ME CHAMAS»

In moments to delight devoted
«My life!» with tenderest tone you cry;
Dear words! on which my heart had doted,
If youth could neither fade nor die.

To death even hours like these must roll,
Ah! then repeat those accents never;
Or change «my life!» into «my soul!»
Which, like my love, exists for ever.

Another Version

You call me still your *life*—Oh! change the word—
Life is as transient as the inconstant sigh:
Say rather I'm your soul; more just that name,
For, like the soul, my love can never die.

(OCCASIONAL PIECES)

A trova diz assim:

Tu me chamas tua vida,
Eu tua alma quero ser;
A vida é curta, e acaba,
A alma não póde morrer [1].

Apezar de tudo, a tradicção commum da viagem de lord Byron a Portugal diz unicamente em seu abono que tão maravilhado ficou da linda paisagem de Cintra, que exclamou transportado:

Lo! Cintra's glorious Eden...

Em desabono, porém, refere que elle chamou aos portuguezes *escravos torpes e vis;* que, vendo as cruzes do caminho dos *Capuchinhos da Serra*, julgou, de leve, que estavam ali pregoando a morte violenta de infelizes viandantes, e logo, sem hesitar, nos disse tambem um povo de *assassinos;* finalmente que era um deslinguado e um hereje, não sendo, talvez, por outra razão que o insultaram á saída do theatro de S. Carlos.

Assim anda arrastada entre nós a memoria do maior poeta que deitou a Inglaterra depois de Shakespeare; aquelle que o visconde de Almeida Garrett resolveu seguir e desassombradamente seguiu; o mesmo, emfim, que o summo sacerdote da arte no seculo XIX, Gœthe, não duvidou, n'uma ficção sublime, fazer nascer dos amores de Fausto e da formosissima Ledæa, para symbolisar com o nome de Euphorion a poesia moderna!

Por maneira que um nome coberto de gloria no velho e no novo mundo tem sido aqui o alvo paciente de odios de meio seculo.

O contraste é frisantissimo e despertava só por si a curiosidade. Mas escrever uma relação completa d'esta viagem de Byron e commentar as impressões d'ella á vista do canto primeiro do *Childe-Harold*, é tarefa que a nossa altivez natural rejeitou sempre. Que me conste, não ha estudo algum que verse sobre este assumpto, na

[1] Esta quadra ainda hoje se canta nos Açores, especialmente na ilha do Pico, no baile denominado—*das Vaccas.*

verdade bem pouco sympathico. Uma ou outra allusão, quasi sempre mordente, acerba, se encontra aqui, ali, e nada mais.

O leitor portuguez, a quem facilmente arrebata a epica descripção das bellezas naturaes do seu paiz, sente logo arrefecer o calor do enthusiasmo com a torrente de improperios que o nobre e orgulhoso lord deixou correr de mistura com os altissimos louvores. Acceita estes sem os agradecer; aquelles, dá-os ao desprezo. E se porventura — o que nem é bom pensar — alguma vez lhe peza no animo a elevação d'esse engenho grande, mas tão sobranceiro e desdenhoso, lá está para refrigerio a tradiccional anecdota de S. Carlos. Sorri-se e fecha o livro. Isso lhe basta.

Assentemos, porém, n'um ponto que é fundamental: a saber, — não basta ver só as estancias de Byron. O que elle diz não é comnosco, que o lemos hoje. É com os fieis e humildes subditos de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor, os desditosos portuguezes coevos da Santa Inquisição e do paternal governo de sciencia certa e poder absoluto.

Perguntemos pois: quem eram esses portuguezes? que faziam? porque foi que lord Byron os julgou com tamanha severidade? Não ha ahi documento que o diga? testemunho que o mostre? prova que nos convença?

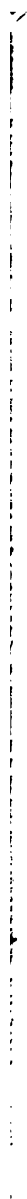
I'll have it disputed on;
'T is probable and palpable to thinking. [1]

Tenhamos bem presentes as circumstancias sociaes e politicas em que se achava a nação, quando o poeta veiu cá. Reportemo-nos a esse tempo. Vejamos que successos occorreram. Medital-os serenamente é verificar ao mesmo tempo o fundamento da tradicção. Narral-os com imparcialidade será o meio de apurar o que ha de verdade no amago de tudo isto, das affrontas que elle nos fez, e do desprezo que se lhes tem votado. Ousada empreza, confesso. Merece-o, porém, o grande poeta, merece-o ainda mais a patria.

[1] Shakespeare, *Othello*, I, sc. II.

Præmia magna, quidem, sed non indebita posco. [1]

Tal é o ponto de vista d'este estudo. Não o tomem por justificação, que não é, nem poderia sel-o, porque não se justificam injurias. Acceitem-no, se quizerem, como ensaio de explicação.

1 Ovidio, *Her.*, XVI.

I

Partida de Falmouth — Successos e publicações anteriores — Versos escriptos a bordo do paquete de Lisboa — Situação, retrato, familia e vocação de lord Byron.

Foi no dia 11 de junho de 1809 que lord Byron deixou Londres para ir viajar, levando em sua companhia mr. Hobhouse e tres creados, Fletcher, Murray, e Bob. Partindo com destino ao Levante, veio antes a Portugal e á Hespanha. Era a primeira vez que saía de Inglaterra.

A 30 d'esse mez, já em Falmouth, fez uns versos que estão publicados nas suas *Occasional Pieces* (*Poesias Diversas*), e têem por titulo: «Lines to Mr. Hodgson on board the Lisbon packet» (*Linhas escriptas ao sr. Hodgson a bordo do paquete de Lisboa*). A 2 de julho o navio fez-se ao mar, demandando o nosso porto.

N'esse dia começou a incessante peregrinação da sua vida errante e agitada. Viajava continuamente, e, quando não andava em viagem, não se esquecia do mar... nadava! Entre outras proezas d'este

genero ficou memoravel a sua passagem do Hellesponto. Quasi se póde dizer que era sua esposa a onda. Entregava-se-lhe com ardor e voluptuosidade. Ambos, monarchas das tempestades, uniam-se então ao suspirar do vento, estreitavam-se em delirio, e pareciam firmar cada vez mais n'esse mysterioso hymeneu a sua missão dolorosa de amargura e desespero. Ha, parece haver, inprescrutaveis relações entre o seu genio e tão singular disposição da natureza. Batido por ventos contrarios, mysantropo e só, Byron ia como a onda de praia em praia, soluçando um gemido permanente... sempre dominado por essa lucta cruel entre a realidade e o ideal, que vem a acabar no desprezo dos homens ou n'uma infinita piedade, e que nos explica o sarcasmo pungente de Mephistopheles e o sorriso evangelico do bispo Myriel!

A esse tempo o joven Byron tinha já tomado assento na camara dos lords, e era um poeta distincto e conhecido na Gran-Bretanha.

As *Horas Vagas*, primeira collecção de seus versos, que saiu a lume no fim do anno de 1807, e á qual pertencem as bonitas quadras em que vimos celebrado o genio de Camões, não eram, como todos sabem, para passar despercebidas. E se em verdade o não foram das pessoas de gosto litterario, menos o poderiam ser da inveja, que immediatamente entreviu n'essas mimosas primicias da inspiração de Byron o poeta que havia de encher o mundo da fama do seu nome.

É fóra de duvida que para lhes sairem os golpes mais certeiros a maledicencia e a perfidia abriram o fogo na *Revista de Edimburgo* (janeiro de 1808). *Jornal acreditado* — observa a este respeito o author da *Notre-Dame* [1]. Com razão. Porque a immensa publicidade da *Revista* sobrepujava de certo a que poderia ter a estreia de um poeta, ainda ignorado e desconhecido. Porque, uma vez emittido o juizo critico d'essa importante publicação, que todos acolheriam com o costumado respeito, seria preciso tentar um esforço prodigioso para desfazer logo o effeito produzido no espirito

[1] LITTÉRATURE ET PHILOSOPHIE MÉLÉES — *Sur lord Byron*, à propos de sa mort.

publico. Finalmente, a grande auctoridade dos redactores e collaboradores da *Revista* devia toda ella reverter em descredito da lyra de Byron, confundil-o, esmagal-o. E depois, quem poderia imaginar, lendo no futuro, que elle jámais se ergueria de tamanha queda?... Confiou-se n'isto.

Pois confiou-se mal.

A replica não se fez esperar por muito tempo. Como a invectiva fora injusta, violenta, mordaz, assim a represalia foi cruel, desapiedada e ferina. A sua publicação, quero dizer, a publicação dos *Bardos Inglezes e os Criticos Escocezes*, á qual se oppunham todos os amigos de lord Byron, conforme elle proprio confessa no prefacio do poema, causou uma sensação extraordinaria. O faro do escandalo attrahio muitos compradores ao livro, cuja edição se consumiu em pouco tempo. Similhante desforço ia muito além da provocação — ninguem o desconhece. Era, todavia, um desforço. E se esta consideração não bastava para resgatar plenamente todos os excessos que se tem notado a essa satyra viperina, o certo é que os fez esquecer e perdoar facilmente. Mais que tudo, porém, foi a brilhante revelação de um engenho grande, de um verdadeiro poeta!

Sinto não poder transcrever aqui, por muito extensa, a celebre diatribe da «Revista.» Comtudo, citarei alguns periodos mais notaveis.

«A poesia do nosso joven lord pertence a um genero que nem os deuses, nem os homens toleram. É tão trivial a sua inspiração que bem se póde comparar a agua estagnada. O nobre auctor, como quem pretende desculpar-se, não cessa de nos recordar que é menor... [1] Quer talvez dizer: «Aqui está como escreve um menor!...» Mas, infelizmente, todos nós nos lembramos dos versos de Cowley aos dez annos, e dos que fazia Pope aos doze! Em nenhuma maneira nos surprehende ver que um alumno faz maus versos ao sair do colle-

[1] Na primeira edição das *Horas Vagas* o nome do author era seguido da palavra *menor*: = *By George Gordon, lord Byron, a Minor.* (N. DO A.)

gio. Não ha cousa mais vulgar. De cada dez nove podem fazer o mesmo e melhor que lord Byron.

....

«Com effeito, é só esta consideração (*a da posição social do author*) que nos move a dar na nossa folha um logar a lord Byron, alem do desejo que temos de lhe aconselhar que se deixe de poesia para fazer melhor uso dos seus talentos.

«Com este intento dir-lhe-hemos que a rima e o numero dos pés, dado que este fosse sempre o mesmo, não constituem de per si toda a poesia. Muito folgariamos que elle se persuadisse de que são tambem indispensaveis os dotes do espirito e da imaginação, e que um poema para ser lido hoje carece de algum pensamento novo, ou que o pareça pela forma.

....

«Deveria tambem lord Byron ter reflectido no perigo a que se expunha em se abalançar ao que outros poetas tentaram antes d'elle, porque as comparações são sempre desagradaveis (como teria occasião de aprender com o seu mestre de primeiras letras).

....

«Pelo que respeita ás suas imitações da poesia ossianica, confessamos a nossa incompetencia para as julgar. Querendo expôr a nossa opinião sobre as rapsodias d'este novo imitador, receiamos deveras cair na apreciação do verdadeiro Machferson... Tudo o que podemos dizer sobre este ponto é que sabem muito a Machferson e são tão insipidas e estupidas como as do nosso compatriota.»

Voltemos aos versos escriptos a bordo do paquete de Lisboa, nos quaes, porventura, o famoso poeta escreveu pela vez primeira o nome da nossa formosa capital.

Forma essa ligeira e graciosa composição um pequeno quadro maritimo, animado, expressivo, cheio de graça verdadeiramente espontanea, e tambem de ironia e de desprezo das coisas humanas, cujo lado ridiculo se deixa perceber, mais ou menos, em todos os lances da vida, e até nos mais notaveis acontecimentos não consegue occultar-se totalmente ás vistas sagazes de um espirito observador.

A hora do embarque foi o thema prosaico que d'esta vez a musa festiva de lord Byron se deleitou a variar em cinco estancias. A forma de todas ellas, caprichosamente rendilhada, assimilou com muita facilidade o fino sal nativo, e não é de nenhum modo extranha ao encanto que a leitura produz. Pelo contrario, é grande parte, parte principal; e por isso talvez impossivel, de certo difficilimo, trasladar satisfactoriamente esses versos aos do nosso, aos de qualquer idioma. Entretanto, darei uma leve idéa d'esse espirituoso *adeus*.

Byron canta primeiro o vento que principia de enfunar as vellas, o signal e o tiro da partida, o caes, os malsins da policia do porto, os volumes da bagagem, os cuidados de um burguez, a impaciencia de largar a terra, os prantos feminis, o praguejar dos catraeiros e até o enjôo de uma dama!

Menciona depois em tom de maliciosa jovialidade o gentil capitão do barco,

Gallant Kidd commands the crew,

a estreiteza dos beliches, o seu amigo Hobhouse, os tres creados, os balanços da embarcação e um marujo a quem pede auxilio para se suster em pé:

Bear a hand, you jolly tar, you!

Senão quando exclama: «Lá vae uma *stanza* a Bragança!»—«Versos?»—pergunta uma voz.—«Nada,—responde o poeta—um copo de agua morna... Estou aqui, estou a lançar as tripas!»

«Emfim cá vamos para a Turquia»—diz a ultima estancia, memorando ao mesmo tempo a incerteza da volta, a inconstancia dos ventos, os perigos do mar, a farça d'esta vida! E a proposito faz a seguinte profissão de ironia: «Em terra e no mar, quer doente, quer de saude, é rir de quanto ha, é rir de tudo! Rir e beber! O mais... que importa o mais?» E termina como um verdadeiro inglez, pedindo uma gota de bom vinho que, diz elle, «não falta de certo... nem mesmo a bordo do paquete de Lisboa!»

Some good wine! and who would lack it,
Ev'n on board the Lisbon Packet?

Mais direi, como remate d'estas breves noticias, que lord Byron ainda não possuia os avultados bens de fortuna, cuja memoria anda ligada á do elegante morador do palacio Mocenigo, em Veneza, e á da sua gloriosa expedição á Grecia. Só depois os veiu a adquirir pelo seu casamento com miss Milbanke, herdeira da opulencia dos Wentworth, pelo producto de suas obras e pela rigorosa administração de sua casa nos ultimos annos que viveu. Mas estava na flor da vida, contava apenas vinte e um annos de edade, e era *um bello moço*, como d'elle escreveu Gœthe no *Segundo Fausto*.

Os cabellos negros, finos e mais compridos do que se usavam então, alteavam-se-lhe em graciosos aneis.

A fronte vasta, as faces mimosas, se bem que extremamente pallidas, e a barba e os labios modelados á feição da belleza antiga, pela pureza das linhas e graça do contorno, recebiam da luz de uns olhos pardos, muito limpidos e tão brilhantes que fascinavam, o seu maior relevo e a sua expressão mais bella.

Uma nuvem de tristeza, que não convinha com o seu estado, e menos com a verdura de seus annos, toldava-lhe habitualmente o semblante, cujas feições dotadas de uma mobilidade extrema e rara, podiam dizer com a mesma clareza e facilidade todos os sentimentos e todas as paixões.

Um bigode quasi imperceptivel completava essa physionomia de tal modo perfeita, que chegou a ser comparada á esculptura de um formoso vaso de alabastro, alumiado por dentro!

Por ultimo, a estatura regular, proporcionado de membros e sem defeito apparente, a não ser n'um pé, que era torcido (V. *Walter Scott*, *Medwin*, etc.).

Por demasia de ventura, Jorge Noël Gordon — lord Byron — tinha um nome illustre pelo nascimento. Os seus appellidos de familia figuram com muita distincção nos annaes da cavallaria da edade media e nas subsequentes paginas da historia. Seu pae, o capitão Byron, contava por maiores os Byron da Normandia, que

acompanharam a Inglaterra Guilherme o Conquistador. E por sua mãe, Catherina Gordon, de Gight, descendente de uma princeza da Escossia, lord Byron prendia a sua geração no tronco real dos Stuarts.

A esse nome, pois, estavam francos e patentes todos os caminhos do mundo. Para vir a ser celebrado em qualquer d'elles sobeavam a lord Byron os dotes peregrinos. Foi-o nas lettras. Era o seu destino, melhor direi, a sua vocação, que o estudo desenvolveu com rapidez, porque as prendas naturaes do espirito de si mui pouco valem, se não as afeiçoa e aperfeiçoa o trabalho, que é o lapidario d'essas joias. A inspiração, que elle tanto amou, e cujas producções tão cuidadosamente polia e acabava, tornando immortaes os seus poemas, fez-lhe manar ao mesmo tempo um rio inexhaurivel de dinheiro das arcas poderosas dos editores de Londres.

Tal era o viajante que embarcou em Falmouth no estio de 1809. O que veiu a ser depois, os seus erros e os seus triumphos, a soberania litteraria que exerceu dentro e fóra de Inglaterra, e emfim a sua morte sublime;—não me cumpre dizel-o aqui.

II

AQUELLE TEMPO

Le temps, le temps, c'est tout.
MICHELET, *Hist. de France*, t. XVII, p. 202.

A côrte, acossada do reino pelo terror dos exercitos de Napoleão, tinha-se refugiado no Rio de Janeiro. Ali esperava que a luz de melhores dias alumiasse a terra para então regressar á metrópole. O principe regente, que foi depois el-rei D. João VI, rei glotão, pezado e ventrudo como os Cabiras, esse pela sua parte soffria bocejando, ou antes nem soffria as saudades da patria, commodamente repimpado á branda sombra das palmeiras. Sem aptidão para o seu cargo de reinar; destituido do nobre sentimento da dignidade humana; avesso a lances arriscados; incapaz de affrontar a morte em defeza de um principio ou de uma crença, e até, o que é mais alguma coisa, na propria defeza da sua sagrada pessoa; — o movimento, as idéas e as innovações do tempo tinham muitissimo que esperar de seu genio manso, de sua bondosa condição. Ao juiz

do povo da cidade do Porto, que lhe havia escripto, rogando-lhe que viesse para o reino, respondeu o principe: «Com muita satisfação minha vi a vossa petição para que vá residir entre vós, como prova do vosso affecto; e se a mesma não póde ser attendida em toda a sua extensão, ao menos espero, com o favor do ceu, que poderei ir ver-vos e dar-vos provas do muito affecto que vos consagro e que tenho a tão leal povo.»[1] O mesmo dizia sua alteza ao juiz do povo de Lisboa: «Espero, com o favor do ceu, que irei ver-vos, logo que as circumstancias o permittam, e dar-vos provas do muito affecto que tenho a um tão leal povo.»[2]

Ao curso atropelado dos acontecimentos da peninsula o principe D. João não oppunha coisa alguma, nem tal intento lhe passava pela mente; muito ao contrario, se retirara para longe d'elles, limitando-se unicamente a concentrar a sua personalidade, os seus direitos e os seus interesses n'uma passividade tenaz—a inercia. Nado e creado nos saloios, tinha d'elles a velhacaria.[3] Era astuto e manhoso. Aguardando o futuro, confiado na Providencia, sua alteza estava prompto a transigir com tudo... para não perder nada. Até lhe convinha a republica, comtanto que fosse elle o presidente!

Procedendo assim, entendia e entendia bem, como o tempo mostrou, que nunca lhe haveria de faltar o bastante e mais que o necessario. *Para mim sempre ha de haver*—tal era a sua maxima. Como o cão da fabula,—salvo o devido respeito—o pobre monarcha vivia preso pelo ventre!

Foi esse principe que o povo de Lisboa, em altos brados de afflicção e angustia, viu embarcar para o Brazil no dia 27 de novembro de 1807, com toda a familia real e oitenta milhões de cruzados, quando estavam quasi a entrar as portas da cidade as guardas avan-

1 Carta regia de 3 de jan. de 1809.

2 Carta regia de 11 de jan. de 1809.

3 Jean VI, qui avait toute cette finesse proverbiale des campagnards de la banlieue de Lisbonne, où il était né.—A. Herculano—*Mousinho da Silveira*, p. 6.

çadas do exercito francez, cortado de frio e fome, roto, descalço e extenuado pelas marchas successivas e pelos rigores da estação. O principe regente, em vez de se collocar á frente do exercito para defender a nação, deixava tudo ao desamparo, fugia, e, por cumulo de infortunio, o povo chorava por elle, patenteando na sua desgraça até onde é possivel descer na escala da degradação! A despedida no largo de Belem é um acontecimento de tal ordem repugnante que,ainda debuxado na fantasia depois de corridos mais de setenta annos, faz invencivelmente desviar o rosto. Mas os gritos de demencia da rainha mãe, que a todos consternavam, mudando em espectaculo doloroso uma scena menos triste que ridicula, eram porventura a melhor explicação de toda ella, vindo provar mais uma vez o que succede áquelles a quem Deus quer perder.

Ainda nove annos depois d'essa fuga tumultuaria e vergonhosa, havia gente que a attribuia ao paternal desejo de *salvar o povo*, e o que mais é, a considerava uma das *causas* da expulsão dos francezes! Assim o li, com asco, n'um jornal de bellas artes, [1] no qual escreviam as pennas celebres de José Agostinho de Macedo, e Costa e Silva. A baixeza das almas ia até se dizerem estas necedades.

E, todavia, eram passados apenas alguns mezes que o principe

1 «Depois de haver feito o melhor dos principes o maior dos sacrificios, qual o de separar-se do berço que o vira nascer; do throno que seus preclaros avós com tanto heroismo haviam erigido, dilatado e conservado; e de um povo que ternamente amava, e de quem era ternissimamente amado; entregando sua augusta pessoa e real familia á inconstancia e braveza dos mares, para salvar o seu povo dos effeitos de uma invasão inimiga que se reputou conquista, porque lhe escapou a preza, que suppozera empolgar nas garras...

«... se reconheceu que á feliz resolução de S. A. R. se retirar aos seus estados do Brazil, e ao valor dos portuguezes, que se decidiram, organisaram e accommetteram o inimigo, se devia o primeiro convencimento de que os *bravos da Gironda* eram venciveis.» *Jornal de Bellas Artes, ou Mnemosine Lusitana.* Lisboa, 1816, n.º 1, *introd.*

real da Dinamarca, tambem regente do reino, havia dado ao mundo, em circumstancias muito mais apertadas, um raro exemplo de valor e uma tremenda lição de honra. Infeliz no resultado, precipitada, cegamente temeraria,—é verdade. Mas quando foi que os impetos do heroismo vacillaram com tibieza ante as suggestões da prudencia, e se mediram pelos calculos do interesse os brios generosos, e o pundonor do soldado?

Observemos os dois principes n'este momento (agosto—novembro de 1807). Que faz o regente de Portugal? e que faz o regente da Dinamarca?

D. João VI, quebrando a espada sem combater,—como disse uma vez no parlamento Rebello da Silva [1] — entrega o paiz aos invasores. Parte, levando riquezas, familia, ministros, valídos, cortezãos e criados. E é tal a soffreguidão de embarcar, correm com tamanha rapidez para Belem, que D. Maria I, resumindo a situação n'uma phrase espontanea, irreflectida,—e por isso tanto mais verdadeira—grita na carruagem ao boleeiro:—*Não tão depressa, que pensarão que vamos fugidos!*

Frederico VI intimado em Kiel por um agente de Inglaterra para entregar o porto de Copenhague e a armada, além da fortaleza de Kronembourg, que domina o Sund, ouve com indignação esta extranha e singular proposta. Responde sem hesitar, em termos desabridos, ao emissario inglez, e despede-o com altiveza declarando resolutamente que vae transportar-se a Copenhague para cumprir o que elle julgava que eram os seus deveres de principe e de cidadão. A esse tempo, a esquadra do almirante Gambier, composta de 25 naus, 40 fragatas e 377 embarcações de transporte, com tropas de desembarque em numero de vinte mil homens, estacionava já, parte em Elsinor, fechando o porto, e parte nos dois estreitos de Belt para não permittir a passagem de *um só homem* do continente para a ilha de Fionia, e d'esta para a de Seeland. O principe, cerrando os olhos ao arrojado da empreza, atravessa os dois estrei-

[1] Ses. de 30 de julho de 1869.

tos com iminente risco de vida, chega são e salvo a Copenhague, e o seu primeiro e unico cuidado é proclamar a enormidade do perigo e chamar o reino ás armas! [1]

Vejamos agora como se houveram n'esta difficil conjunctura o clero e a nobreza,—*despectissima pars servientium*.

O patriarcha D. José II escolheu o dia da festividade nacional da Senhora da Conceição, padroeira do reino, para publicar uma pastoral, em que, solicitando a obediencia dos fieis, os advertia de que Deus destinara Napoleão *para amparar e proteger a religião, e fazer a felicidade dos povos*. O mesmo disseram o cabido da patriarchal, o bispo do Porto e o inquisidor geral, bispo titular do Algarve, D. José Maria de Mello, o qual na exaltação do seu zelo não duvidou chamar a Napoleão *homem prodigioso, desconhecido dos seculos*. Pelo mesmo tempo, o conde de Sampaio, membro da regencia, mandava fechar as portas ás sete horas, e prohibia o porte de armas (edital de 5 de dez. de 1807). O marquez de Alorna recebia do general Junot o commando militar das tres provincias da Beira, Traz-os-Montes e Extremadura (22 de dez). Os dois marquezes de Abrantes, os de Penalva, de Marialva, e de Valença, o bispo de Coimbra, o inquisidor geral, e o prior-mór de Aviz, o conde de Sabugal, o visconde de Barbacena, D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello, D. Lourenço de Lima, Joaquim Alberto Jorge, e Antonio Thomaz da Silva Leitão pediam em Bayona um rei ao imperador (abril de 1808). E o conde da Ega, no dia das felicitações ao duque de Abrantes (17 de maio), exprimia, em nome da nobreza, o seu reconhecimento pelas *beneficas intenções* com que Napoleão preparava a nossa felicidade. Chegou o excesso a ponto que o general inglez Dalrymple teve que excluir do governo para que haviam sido nomeados, o principal Castro, Pedro de Mello Breyner, e o conde de Sampaio, quando aos 18 de setembro de 1808 restituiu ao poder os membros da regencia, creada por D. João VI (dec. de 26 de nov. de 1807), e logo depois extincta por Junot (dec. de

[1] Thiers—*Hist. du Cons. et de l'Emp.*—L. 28.º

1 de fev. de 1808).[1] O regente approvou este acto por decreto de 2 de janeiro de 1809.

Terminada a primeira invasão franceza pela convenção impropriamente denominada *de Cintra*, como adiante se verá, pareciam não ter fim a explosão do enthusiasmo nacional, a alegria de se ter visto os francezes pela barra fóra, e todas as manifestações de regosijo em que é sempre fertil o sentimento patriotico, e em que entrava por muito a certeza de que a protecção da Inglaterra, segurando o presente, garantia o futuro de todas as eventualidades. Não olvidemos, porém, que a hora terrivel de cevar odios mal comprimidos, e de saciar vinganças a custo disfarçadas, batera, finalmente, promettendo todas as desgraças que fórmam o cortejo usual da perversidade e do crime. Ser francez, amigo dos francezes, *jacobino*, como se dizia então, se era tido por um crime que muitos expiaram com a propria vida, foi tambem a mascara vil com que os instinctos ferozes pretenderam occultar a sua hediondez. Um pretexto, e nada mais.

1 «..... whilst some of the members having appeared to unite themselves with the french interest, have rendered their re-establishment in the governement at this moment impossible.»

(Proclamation by His Exc. Lieut. Gen. sir H. Dalrymple.)

«.... ao mesmo tempo que outros d'estes membros *(da regencia)* parecendo suspeitos de adhesão ao interesse dos francezes por haverem entrado no seu governo tem tornado impossivel na presente occasião o seu restabelecimento no governo de S. A. R.»

(Proclamação de s. ex.ª o tenente general sir H. Dalrymple.)

Col. das leis, dec. e alv. da reg. do principe D. João, tomo xv, fl. 59.

III

PATRIOTAS E JACOBINOS

1808-1809

> Sed nihil compositum miraculi causa, verum audita scriptaque senioribus tradam.
>
> Tac. *Ann.* l. xi, 27.

Quem se recorda ainda dos dias festivos e ominosos da segunda quinzena de setembro de 1808, em que resoavam ao mesmo tempo os gritos de vingança e os vivas á restauração? Quem se lembra que tambem cá tivemos *septembriseurs*, menos ávidos de sangue que os da França de 1792, mas não menos refalsados e infames que as bestas-feras de Marat e as regateiras dissolutas, que iam esperar o romper do dia ás portas das prisões para começarem a matança? Quem anda ahi tão esquecido dos cuidados do presente que se distraia a vêr surgir e avultar na penumbra dos tempos que se foram esses bandos sinistros de homens armados de facas e de chuços, que andavam roubando, perseguindo, prendendo e matando gente por

essas ruas a toda a hora do dia e da noite? Pois não é por falta de tradicções, de testemunhos e de documentos, proclamações, editaes e partes do intendente geral da policia, decretos e cartas regias, relações de viajantes e diversas memorias de escriptores nacionaes e estrangeiros. De tudo isso ha com fartura, e ainda mais algumas publicações interessantes feitas recentemente. Nenhuma d'estas, porém, traz completa a descripção das scenas horriveis de setembro; em nenhuma foi averiguado o facto dos assassinios praticados em Lisboa e seus arredores no fim do anno de 1808 e principio de 1809.

Quanto ás peças officiaes que sairam então a publico, e foram depois incluidas nos tomos da legislação, é certo que tanto as proclamações do general Hope e dos governadores do reino, como os editaes do intendente geral da policia, os decretos da regencia e as cartas regias vindas do Brasil, deploram as demasias da plébe, as desordens e as prisões arbitrarias, o processo tumultuario com que a justiça popular manchava a dignidade dos procedimentos nacionaes; e invocando todas o patriotismo, e aconselhando a moderação, prohibem a continuação de taes excessos, declaram que hão de reprimil-os com vigor e impõem penas severas a quem ousar commettel-os; — mas não fallam de mortes, não dizem uma palavra sobre assassinios. Parece que em todos esses documentos se guardou a reserva obrigada ao estylo de todas as chancellarias, que a honra da nação e as circumstancias de tempos tão difficeis recommendavam instantemente. Reserva, com que, aliás, ninguem se illude. Basta a vehemencia das expressões e a energia das providencias adoptadas para mostrar bem a todos que se tractava de alguma cousa mais que alguns disturbios e assaltos a um ou outro individuo que era levado por uma mó de povo á intendencia ou ao castello. Em tal caso, ser preso era ter a vida salva. Ao revez da Paris de setembro de 92, confrangida de terror, em que a prisão era o antro lobrego da morte, a Lisboa exaltada de setembro de 1808 offerecia aos jacobinos um logar de segurança nas suas torres e presidios. Já se podia dar por muito feliz quem tinha escapado ao rancor dos patriotas!

As causas do odio contra os francezes tem-se dito tanta vez que me fallece a vontade de as repetir. Notarei apenas que na arte de furtar eram elles tão ladinos como se mostra d'este curioso documento da intendencia geral da policia:

«Era bem conhecido n'esta intendencia o pessimo comportamento de alguns capadores francezes, os quaes serviram á tropa de Junot de lhe dar noções das casas ricas das provincias para saciarem a sua rapina, em razão do conhecimento que d'ellas tinham pelo motivo do seu officio, que lhes facilitava os meios de vagarem por todas as terras, e entrarem na maior parte; e este conhecimento deu occasião a que se désse a devida attenção á inclusa conta do corregedor de Torres Vedras, em que menciona tres dos sobreditos, os quaes no tempo da invasão tinham servido aos francezes para o sobredito fim, indicando a sua residencia ordinaria nas visinhanças de Abrantes.» [1]

Como todos sabem, essa não era a somenos parte do governo de Junot, o qual de tantos cuidados e fadigas repousava docemente nos braços da condessa da Ega.

A França d'aquelle tempo, deslumbrada pela fortuna do seu grande capitão, humilhada até o culto de um homem, até o fetichismo de Bonaparte, não tinha em verdade que lamentar, como os romanos na famosa peça de Shakespeare, que Antonio se abatesse a servir de leque para refrigerio da lascivia de Cleopatra,

> And is become the bellows, and the fan,
> To cool a gypsy's lust.

Nem Junot é para comparar com Antonio, nem a condessa da Ega com a rainha do Egypto pelos dotes da formosura. Pessoa que ainda viu e conheceu bem a feiticeira condessa me contou que ella não foi, como se diz, uma belleza; mas bonita, sim, muito bem feita de toda sua estatura, e até a mulher mais encantadora

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo; Int. ger. da pol.; *Contas para as Secretarias*, l. XI, fl. 242 v. e 243 — 1 de fev. de 1811.

de Lisboa *(la personne la plus charmante de Lisbonne)*, a darmos credito ás palavras da duqueza de Abrantes (*Mém.*, VIII, 82), a este ponto ufana de todas as conquistas de seu afortunado esposo!

Offerece-se-me cuidar que Portugal devia sentir-se ultrajado por esses amores indignos de uma grande fidalga portugueza, e não menos pelo baixo procedimento de seu marido, que acceitára do usurpador a pasta da justiça.

No mesmo dia do embarque dos francezes, 15 de setembro de 1808, a plébe de Lisboa começou a desmandar-se em taes excessos e violencias que foi mister solicitar o auxilio do exercito alliado. Fortes patrulhas de infanteria e cavallaria ingleza percorriam as ruas da cidade para impedirem os insultos e desaforos da relé.

O intendente geral da policia expunha o caso ao governo nos termos seguintes:

«No dia 15 do corrente, logo que a bandeira portugueza tremulou no castello, o enthusiasmo do povo se fez vêr por differentes demonstrações de gosto, mas como é ordinario em semelhantes casos a plébe passou a confundir em algumas partes os transportes do seu prazer com o escandalo de alguns excessos; foram tumultuariamente atacados alguns individuos francezes e outros que se criam seus addictos e foram do mesmo modo tractadas algumas casas d'elles. Para obviar a isto fiz affixar n'esta cidade o meu edital do dia 16.

«N'este dia alguns malévolos se abalançaram a novos excessos, pelo que, a bem da policia, que deve incessantemente vigiar sobre a manutenção da boa ordem, consegui do general Beresford o auxilio de rondas volantes de patrulhas de infanteria e cavallaria, intimando ao povo severos procedimentos pelo meu edital do dia 17.

«Por effeito d'estas medidas, e pela vinda da real guarda da po-

licia, se tem conseguido ver que o prazer da restauração do governo portuguez cessa de ser manchado com delictos.» [1]

Mas o prazer da festa impolluta de sangue humano passou depressa! Varias pessoas foram achadas mortas em casa. De algumas constou que haviam fallecido de morte natural; de outras persiste a fama que foram victimas da furia popular. E ainda não tinha acabado o mez de setembro quando o mar revessou tres cadaveres de soldados francezes contra a praia do Restello. Ao mesmo tempo um soldado inglez era assassinado por um jacobino.

Assim o refere o intendente:

«Na praia da Torre de Belem appareceram tres cadaveres de soldados francezes que o mar lançou n'aquelle sitio. Ignoram-se as circumstancias d'este successo. [2]

«Thomaz Alvares, caseiro de madame Rey, com loja de livros ao Loreto, matou no sitio do Calhariz de Bemfica um soldado do exercito inglez, dando-lhe uma facada. Fica-se na diligencia da captura.» [3]

Sobre esta gentileza do caseiro de madame Rey tenho a dizer que não me causou admiração. Era cousa muito vulgar andarem por ahi os servos fazendo restolho com os francezes. Sei de boa fonte que n'aquelles dias luctuosos os criados de servir saíam de casa dizendo para os amos: — *Vou matar francezes*. Que estes, quando podiam, matavam inglezes e tambem portuguezes, não é necessario que se diga. Deus sabe ás mãos de quem acabou o desgraçado a cujo respeito o intendente escreveu estas linhas:

«Na noite de 14 para 15 foi morto com uma estocada no caes de Sodré, José Felix, soldado da 3.ª companhia do regimento de infanteria n.º 16. Ignoram-se os aggressores.» [4]

Mais diz a parte do dia 28 de setembro:

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo; Int. ger. da pol. *Contas para as Secretarias*, l. IX, fls. 249 v. e 250 — 21 de set. de 1808.

[2] Idem — ibid. — fls. 253 e 253 v. — 28 de set. de 1808.

[3] Idem — ibid. — fls. 254 — 29 de set. 1808.

[4] Idem — ibid. — fls. 271 v. — 17 de out. de 1808.

«Em umas casas proximas á egreja de Santo Amaro foi descoberto o general Carrafa; e para o livrar dos insultos do povo foi necessario guardal-o com patrulhas de soldados inglezes e da guarda real da policia.» [1]

As tropas hespanholas que entraram em Portugal com Junot eram commandadas por Carrafa. Outros aggravos tinha d'elle tambem e povo portuguez. Aquella circumstancia, porém, era sufficiente para o general não poder ficar em esquecimento!

A caça aos francezes era fortemente secundada pela guarda real da policia, que prendia tambem os que encontrava, e ia descobril-os onde estavam escondidos, como abaixo se dirá. Tenho visto muito severamente apreciado este procedimento da policia. Mas é mister precisar bem as datas, e não confundir os acontecimentos de setembro com a atroz perseguição dos mezes de outubro e dezembro em diante. Pois nem se comprehende a inacção da policia depois que principiaram os excessos do povo, nem póde tambem duvidar-se que muitos desgraçados deveram a vida á intervenção d'ella. Ora digam-me que esperanças de salvar-se podia ter, por exemplo, o soldado francez *maneta*, que a guarda da policia capturou em Alcochete:

«Tambem foi preso em Alcochete um soldado francez, falto de um braço, contra quem o povo se concitou na absurda consideração de ser o general Loison.» [2]

Para o leitor poder imaginar as angustias que soffreu aquelle infeliz, convém recordar-se de que sobre Loison, o general *Maneta*, como lhe chamou o nosso povo, pesava a terrivel responsabilidade de muitos actos de selvageria, sendo os principaes d'elles a barbara carnificina nas Caldas da Rainha e o saque da cidade de Evora, durante o qual até se viram creanças de peito espetadas nas pontas das bayonetas! O nome d'esse homem dava pois a lembrar as scenas horrorosas de uma soldadesca ébria e ávida de sangue e de riquezas, praticando livremente toda a sorte de iniquidades: o

[1] Idem—ibid.—fls. 253 v.
[2] Idem—ibid.—fls. 256—1 de out. de 1808.

roubo, o incendio, a violação e o massacre. Pelo que, a não ser a prisão do soldado falto d'um braço, em Alcochete, bem é de crêr que o povo allucinado o assassinaria ali mesmo, como fazia já durante a guerra aos extraviados do exercito francez. [1]

Segue uma lista de presos, todos de setembro:

Bairro do Mocambo

«Na rua do Capellão foi presa uma mulher em cuja casa se dizia estarem escondidos soldados francezes. Estes não foram achados, e uma preta que lançou esta voz com alaridos foi egualmente presa para averiguação do facto.

Guarda da Policia

«Foi preso por ella um francez que se diz pertencer a Mr. Lagarde. Foi entregue á guarda principal do exercito britannico.

«Foi preso outro francez que se achava escondido no convento de S. Francisco da cidade: foi levado á casa do ex.mo general inglez.

Bairro do Mocambo

«Foi preso Antonio Francisco, carvoeiro, que no caes do Tojo espancou um marinheiro por ter servido a bordo da náu *Vasco da Gama* durante a intrusão dos francezes. Resistiu á real guarda da policia no acto da prisão.» [2]

Que mais? Os estudantes de Coimbra provando tambem o seu odio áos francezes:

«Foi preso pela guarda da policia, a instancias do povo, Mr.

[1] «Os povos insurreccionados matavam entre nós desapiedadamente os extraviados.»—Sr. S. J. da Luz Soriano—*Hist. da Guerra Civil*, 2.ª Ep. t. I, pag. 278.

[2] Arch. Nac. da Torre do Tombo; Int. ger. da pol.—*Contas para as Secretarias*, l. IX, fls. 253 v. e 254—28 e 29 de set. de 1808.

Grosson, capitão que foi do regimento de infanteria n.º 7, e egualmente João Diniz, dragão francez, de quem os estudantes de Coimbra haviam lançado mão. Não se indica contra estes alguma outra cousa senão o serem de nação franceza.» [1]

Povo e soldados assaltavam e roubavam tambem, de dia e de noite, as casas e os navios, sem pejo dos homens, nem temor de Deus!

Bastará citar tres documentos bem significativos.

Primeiro:

«As participações dos acontecimentos do dia 28 a 29 se reduzem a pouco.

Bairro Alto

«Foi atacada na noite de 28 pelas onze horas a casa do dr. Ayres de Ornellas da Silva Gonde, morador nas terras do Cabeço, n.º 31, por um bando de homens armados de facas. É provavel que o seu destino fosse roubar a dita casa, mas elles se ausentaram e fugiram aos gritos dos criados. Foi comtudo preso um mulato, e se suspeita ser da quadrilha.

Tejo

«Na noite de 28 a 29 foi roubada uma pequena embarcação hespanhola surta defronte de Belem. Levaram as encommendas que ti-

[1] Idem—ibid.—fls. 256—1 de out. de 1808.

Era a estes excessos que alludia o principe regente na carta regia ao clero, nobreza e povo, de 2 de janeiro de 1809, em que se lê isto: «é necessario que tenhaes presente e pratiqueis a mais exacta observancia das leis, a mais prompta obediencia ao governo e a maior moderação no emprego da força armada, para não cairdes em excesso algum, ainda mesmo contra os homens que julgareis mais criminosos, e que devem ser castigados com toda a severidade das leis, mas sempre precedendo as devidas formalidades... abstendo-vos de qualquer acção immediata da vossa parte, deixae aos meus zelosos e imparciaes magistrados o conhecimento dos homens máos e perversos, e que devem ser castigados com todo o rigor das leis.»

nha a bordo e os moveis e roupa da tripulação. Um passageiro se diz prejudicado em mais de mil duros.

«Tambem foi delatado o roubo feito do mesmo modo no hiate *Senhor do Bom Fim*. Fica-se na averiguação de um e outro acontecimento». [1]

Segundo:

«Na noite de 11 para 12 houve tiros em uma quinta juncta á azinhaga de Valle de Pereiro, e, averiguada a causa, se soube que alguns soldados do deposito militar do dito sitio, tendo arrombado a parede da quinta, a haviam atacado, e que os donos da dita quinta haviam disparado tiros em sua defeza». [2]

Terceiro:

«O corregedor do crime do bairro alto me participa que no dia 13, das onze horas para o meio dia, foram alguns individuos a casa do barão de Serabode, francez, morador ao Loreto, e que a titulo d'este nome lhe arrombaram as portas, dando-lhe muita pancada, e roubando-lhe mais de cem moedas em dinheiro, em oiro, muita prata, varios relogios e aneis de grande valor... — Alguns ministros de outros bairros dão egualmente parte de semelhantes factos praticados pelo povo contra diversos individuos não só estrangeiros, mas ainda mesmo portuguezes, a quem o dito povo denomina jacobinos. Tem-se feito as recommendações necessarias para conter o povo nos limites necessarios, sem resfriar n'elle os transportes do patriotismo». [3]

De 27 para 28 de setembro tinha sido tambem roubada a egreja de Santo Estevam de Galles, no bairro do Andaluz. [4]

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo—Int. ger. da pol.—*Contas para as Secretarias*—l. IX, fls. 254 e 254 v.—30 de set. de 1808.

[2] Idem—ibid—fls. 267 v.—13 de out. de 1808.

[3] Idem—l. X, fls. 24 v.—15 de dez. de 1808.

[4] Idem—l. IX, fls. 253 v.—29 de set. de 1808.

IV

PATRIOTAS E JACOBINOS

1808-1809

(CONTINUAÇÃO)

Entre as pessoas que foram victimas dos excessos do povo em 1808 contam-se duas muito celebres: D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas, e Domingos Antonio de Sequeira.

D. Fr. Manuel do Cenaculo, arcebispo de Evora, era o prelado mais antigo que havia em Portugal. A sua longa edade de oitenta e quatro annos tinha-lhe permittide ver ainda o grande reinado de D. José I. Para o acto da sua prisão em Evora debalde procurámos descobrir quaesquer fundamentos que não sejam o odio cego e a rematada furia da plébe. O que encontrámos, para honra eterna da sua memoria, foi não ter elle querido publicar nenhuma pastoral em que recommendasse obediencia aos francezes, como tinham feito logo, com notavel desassombro, o patriarcha, o bispo do Porto, e D. José Maria de Mello, inquisidor geral e bispo titular do Algarve. Instado a isso «pela intimação expressa do chamado secretario de estado do interior, Hermann, em aviso seu e em nome do intruso Junot, datado de 13 de maio de 1808,» como se l[ê no] seu *Elogio Historico* (*Mem. da Acad.*, IV, 101), o virtuoso

bispo despresou com a mesma nobreza de alma a intimação affrontosa, e, pouco depois, presidia á chamada regencia de Evora (julho de 1808).

De vêr é que não podia ser jacobino o homem illustre que assim obrava. E para outrem que o fosse perder logo de todo em todo a estima ou affeição aos francezes, bastaria o facto, referido pelo arcebispo, de elles terem roubado tudo á mitra de Evora, desde os talheres da mesa até o anel episcopal, e á fabrica oitenta e tantas arrobas de prata, sem fallar dos ornamentos e alfaias do culto.

Francisco Manoel Trigoso de Aragão Morato, no *Elogio Historico* citado, conta por menor os accidentes da prisão. Só gente barbara e inteiramente desalumiada da graça divina, podia vilipendiar um varão apostolico de tamanha pureza de vida, ao qual a só edade impunha veneração.

Eis o que diz Trigoso:

«... parece que devia exceder todo o soffrimento de um ancião de oitenta e quatro annos, o mais antigo bispo da Egreja portugueza, e aquelle cujas virtudes acabavam de ser assombrosas a seus mesmos inimigos, vêr acommettido o palacio arcebispal e entrado o seu proprio gabinete por um bando de salteadores hespanhoes, guiados pela ferocidade e pela anarchia; ser por elles roubado, injuriado e levado preso entre ameaças de morte até á cidade de Beja, que por tanto tempo fôra o theatro da sua gloria, e que segunda vez era sujeita á sua jurisdicção espiritual; e depois de estar ignominiosamente exposto n'uma praça publica á sincera, mas esteril compaixão d'aquelle povo fiel, e á escandalosa irrisão de um governo tumultuario, ser levado a um estreito carcere, e ali privado de toda a communicação e soccorro.»

Resulta d'esta narrativa que os portuguezes estão lavados de todas as culpas na prisão do arcebispo, as quaes vem a recair unicamente sobre *um bando de salteadores hespanhoes*. Pois seja assim: —nem imaginemos topar a cada passo nos ardís, mais ou menos engenhosos, que o patriotismo, não raro, arma á verdade historica. Todavia, vamos ainda encontrar os nossos *septembriseurs* n'este monstruoso attentado. Como? Perpetuando-o.

Em 16 de novembro de 1808 os governadores do reino escreviam ao principe regente:

«No Alemtejo conserva-se a Juncta de Beja, que logo se devia dissolver, e não obstante vir o corregedor, seu presidente, João José Mascarenhas, protestar obediencia e lealdade, o qual d'aqui mesmo dava ordens que ella executava, *retendo ainda entre outros presos o arcebispo de Evora...*»

Ácerca da prisão do pintor Sequeira, achei apenas estas linhas em uma das contas da regencia para o Brazil no fim do anno 1808: —«o povo fez prender em Belem o pintor Domingos Antonio de Sequeira.» Desconhecendo, portanto, os motivos que levaram o povo a desconsiderar tanto o insigne pintor portuguez, posso unicamente affirmar que não foi isento de invejosos, nem de inimigos, adquiridos por seu proprio merito, pois, na phrase conceituosa de fr. Christovam de Lisboa:—«Qualquer homem que tem em si alguma eminente parte em que se difference dos outros, ou em seu modo de proceder e condição primorosa se distingue... logo vereis todos elles sem algum modo de razão encararem n'elle os mosquetes de suas traições e malicias.»

No principio do anno de 1809 recrudesceu o furor do povo, já então armado, em consequencia da organisação de dezeseis legiões para a defeza de Lisboa, compostas de habitantes, que não eram soldados de linha ou milicianos (dec. de 23 de dez. de 1808). O estado da cidade era o de *uma escandalosa anarchia*, como proclamavam os governadores do reino. [1]

[1] «Que são ajuntamentos tumultuarios e prisões arbitrarias senão actos de uma escandalosa anarchia? Não é para abusardes da força que os governadores do reino ordenaram o armamento do povo.»—*Proclamação* de 4 de fevereiro de 1809 no *Sup. á Gazeta de Lisboa*, do dia 7.

Em data de 28 de janeiro de 1809, escrevia o intendente:

«As participações dos bairros não contém cousa attendivel: o que unicamente occorre digno de observação é o furor com que o povo persegue todos os individuos que se lhe figuram francezes.

«Tem sido necessario para suffocar este enthusiasmo popular lançar mão até de individuos nacionaes, contra os quaes clama, como acaba de acontecer a respeito de Francisco José Pereira, medico da camara real, morador na travessa da Palha, a quem o povo imputava ter escondido um francez que não foi achado. Assim mesmo o povo clamou á guarda da policia que queria a sua prisão, dizendo que, se não era preso, gritavam — *ó dos chuços!*» [1]

E no dia 30:

«Lisboa continua a mostrar o espectaculo de um povo que com os sentimentos de patriotismo principia a mostrar uma terrivel disposição para commetter actos arbitrarios. O nome de jacobino é a penha de que se vale para este fim; todo o dia de hontem até ás onze horas da noite eu não vi senão bandos de homens armados de chuços conduzindo a minha casa estrangeiros de diversas nações, e é indispensavel que V. A. R. se digne estabelecer algumas providencias que, sem comprometter a opinião publica, conservem o estabelecimento da boa ordem.» [2]

Não fallamos n'este logar dos assassinatos feitos pelo povo no Porto e no Minho antes da entrada do marechal Soult n'aquella cidade, em 29 de março de 1809, porque d'esses tristes acontecimentos se encontra ampla noticia em varias obras, que andam nas mãos de todos, sendo uma das mais notaveis a *Memoria Historica* do cardeal Saraiva pelo marquez de Rezende, a qual, em a nota 11.ª (pag. 55 a 59), traz uma *Relação summaria dos assassinios feitos em differentes terras da provincia do Minho no anno de* 1809.

A existencia dos jacobinos não era uma illusão do povo, nem um panico do governo. Havia muitas pessoas em Portugal, que, embora

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo — Int. Ger. da Pol. — *Contas para Secretarias*, l. x, fls. 53 v. — 28 de jan. de 1809.

[2] Idem — ibid. — fl. 54 — 30 de jan. de 1809.

não possam qualificar-se de addictas aos francezes, não eram de nenhum modo adversas á França, odiavam o governo absoluto, e professavam com fervor de proselytos os principios immortaes de 89. D'essas pessoas se compoz o grupo liberal que fez a revolução de 1820, como já advertiu mais de um escriptor. Outras havia também, almas simples, que, não podendo elevar-se á comprehensão das idéas de reforma social, feita sobre a base da soberania do povo, tinham, em compensação, os impulsos generosos da indole nacional e praticavam a caridade christã com a sublime dedicação que tanto ennobrece o caracter portuguez. Tambem é certo que nem todos os corações se abrazam no amor da patria, sendo que em muitos d'elles predomina tanto ou mais ainda a sympathia, a amizade, o amor e o reconhecimento ou gratidão por grandes ou pequenos beneficios. Nem é para admirar que a occupação dos francezes por espaço de quasi um anno, travasse aqui relações apertadas, senão muito numerosas. Estes sentimentos e estas relações mais accentuadas em Lisboa do que nas provincias, por onde o flagello da guerra espalhara os seus estragos, existiam; — não ha duvida que existiam.

Quando os francezes entraram em Lisboa em 1807, cahiram alguns soldados, mortos de fome, extenuados de fadiga; e houve quem os levantasse das pedras da rua, os recolhesse em casa e os tratasse com humanidade. E em 1808, muitos não quizeram embarcar por terem encontrado quem partilhasse os perigos que corriam, e arriscasse a sua vida por elles. «É demonstrado — escrevia o intendente Seabra — que muitos (*francezes*) que deviam seguir as bandeiras de Napoleão, estão fechados em asylos que se lhes prestam no seio d'esta capital.» [1]

E como

.... tambem dos portuguezes
Alguns traidores houve algumas vezes,

não causa de certo extranheza que gente depravada tivesse dedi-

[1] Idem — ibid. — l. IX, fls. 254 v. — 30 de set. de 1808.

cação pelos francezes, causada de motivos menos nobres. Diz o intendente que «quando Junot sahiu de Lisboa, foi publico que elle deixara homens assalariados para espalhar a cizania...» [1] É muito natural que assim fosse, e, sem dispensarmos esse testemunho, vamos citar outro que, por muitas razões, é mais persuasivo e mais alto: — a convenção de 30 de agosto de 1808.

Nos artigos XVI e XVII d'aquelle tractado foi estatuido que ficariam sob a protecção dos inglezes todas as pessoas notadas ou suspeitas de adhesão ao dominio francez, quer naturaes do paiz, quer da França, ou de nação sua alliada. O artigo XVI começa por estas palavras: «Todos os subditos da França, ou de potencia em amizade ou alliança com a França, domiciliados em Portugal, ou que se acham accidentalmente n'este paiz, serão protegidos.» E o artigo XVII, que melhor faz ao nosso intento, por ser todo elle relativo aos jacobinos, diz assim: «Nenhum natural de Portugal será obrigado a responder pela sua conducta politica durante o periodo da occupação do paiz pelo exercito francez; e todos aquelles que continuaram no exercicio dos seus empregos, ou teem acceitado situações debaixo do governo francez, são postos debaixo da protecção dos commandantes britannicos; elles não soffrerão injuria nas suas pessoas ou propriedades, não havendo ficado á sua escolha o ser ou não obedientes ao governo francez; elles ficarão tambem em liberdade de se aproveitar da estipulação do artigo XVI.»

No armisticio do Vimeiro, de 22 de agosto de 1808, haviam-se já estabelecido as mesmas disposições no artigo VI, que é como se segue:

«Nenhum particular, seja portuguez, seja de uma nação alliada da França, ou seja francez, poderá ser inquirido pela sua conducta politica; elle será protegido, as suas propriedades respeitadas, e terá a liberdade de se retirar de Portugal, em um termo fixo, com o que lhe pertencer.»

É escusado observar que nem os proprios inglezes, que tinham derramado o sangue pela causa da independencia, escapavam da

[1] Idem — ibid. — l. x, fls. 31 — 24 de dez. de 1808.

sanha popular. Havia com elles rixas frequentes, quando os implacaveis patriotas, armados de chuços, vagueavam pela cidade, assaltando e prendendo, principalmente francezes. Em taes occasiões, se os soldados do rei Jorge lançavam mão dos presos para os proteger do furor da populaça, d'ahi se originava logo uma desordem séria. Mais. Os officiaes civis e militares do exercito inglez, e até as pessoas addidas á legação de S. M. B. n'esta côrte, eram quasi todos os dias indignamente insultados, e não bastavam a cohibir de todo estes excessos as severas providencias que adoptaram com louvavel energia os governadores do reino. [1]

Não era, todavia, isento de culpas, e de gravissimas culpas, o governo de Lisboa. A intendencia geral da policia, cujas attribuições monstruosas a tornaram quasi tão temida como a velha Inquisição, ordenou primeiro sob penas graves que se denunciassem os militares francezes que estivessem homiziados, [2] e depois convidou todos os portuguezes a delatarem por palavras, ou por escripto, os inimigos da patria. [3] Appellando para os sentimentos de *um honrado patriotismo*, o terrivel magistrado exigia que fossem assignadas as denuncias, e assegurava a todos que as fizessem *o mais indefectivel segredo de seus nomes*. Os delictos mencionados no famoso edital consistiam em fazer discursos sediciosos, associações e assembléas occultas, e tambem em espalhar noticias falsas. Este, que era o minimo, dá, melhor que tudo, a medida do arbitrio e da perseguição.

Não diminuiu, antes foi crescendo com o correr do tempo, o furor patriotico da policia. Podia então cada qual denunciar quem quizesse com inteiro e cabal desafogo. Já não eram precisas nenhumas seguranças. Dispensaram-se da assignatura os delatores, e o facto de a escreverem não importava para elles a menor responsabilidade. [4]

[1] Proclamação de 4 de fev. de 1809, no *Suppl. á Gazeta* do dia 8.
[2] Edital de 3 de out. de 1808, no 2.º *Suppl. á Gazeta* do dia 8.
[3] Edital de 5 de dez. de 1808, no 2.º *Suppl. á Gazeta* do dia 6.
[4] Decreto de 20 de março de 1809.

«As denuncias — diz um escriptor — eram o primeiro dever civico dos cidadãos. Metade da nação denunciava a outra metade, e tudo sob a formula do dever para com o rei e a religião.

«Lucas de Seabra não tinha mãos a medir, os crimes eram classificados da seguinte fórma:

«Classe 1.ª — Francez, conspirador, ter tido relações com francezes.

«Classe 2.ª — Fallar mal do governo e dos inglezes.

«Classe 3.ª — Jacobino.

«Classe 4.ª — Não ter religião, andar armado, fallar no diabo, não ouvir missa.

«Classe 5.ª — Fallar francez, ou com francezes, em lingua maçonica.

«Classe 6.ª — Ser pedreiro livre.» [1]

Agora os encarceramentos.

Muitos homens respeitaveis por suas luzes, seus talentos, seu patriotismo e sua irreprehensivel moral, jaziam sem processo, havia longo tempo, nas prisões da Inquisição. De nada lhes valiam as fortissimas representações do gabinete inglez a seu favor, as louvaveis sollicitações do nosso ministro em Londres, [2] a piedosa intercessão do patriarcha eleito de Lisboa, [3] que chegara a esta cidade no dia 6 de abril em um hiate da Figueira, e, finalmente, o protesto bem significativo de um dos membros do governo, o marquez das Minas, que, por esse motivo, não queria assistir ás sessões da regencia. [4] As torres estavam egualmente atulhadas de presos.

Bruxulea ainda frouxa nas densas trevas d'este anno uma luz que ha de vir a ter um dia o brilho e a força fecundante do sol. Demoremos a vista, por um momento, n'essa claridade tibia, mas

[1] *Historia da Liberdade em Portugal* pelo sr. J. G. de Barros e Cunha — vol. I, pag. 232.

[2] D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, conde do Funchal.

[3] D. Antonio José de Castro, bispo do Porto.

[4] *Correio Braziliense*, vol. 3.º, pag. 106 (jul. de 1809).

serena, que é em Portugal o primeiro alvor da liberdade do pensamento!

N'este anno *já se escreve*, diz um contemporaneo. [1] A antiga usança de se imprimir uma gazeta só, debaixo da immediata inspecção de um secretario de estado, havia passado a linha com a côrte. Em Lisboa publicavam-se já muitos periodicos, sendo alguns diarios. [2] Tinha começado a ser respeitada a liberdade do pensamento. Citava-se o facto do tenente general Miranda haver dirigido pela imprensa uma carta vehemente ao marechal Beresford, [3] e causara extranheza a circumstancia de elle ter respondido n'uma ordem do dia, datada do quartel general de Abrantes, em 18 de junho, [4] na qual — reparae bem — *não se diz uma só palavra contra os papeis publicos que publicaram aquella carta.* [5] Este facto andava ligado na opinião geral á idéa de um beneficio, e não faltava quem o attribuisse á influencia dos inglezes em Portugal. [6]

Paremos aqui.

Outros factos de não somenos importancia havia para citar da primeira metade do anno de 1809, que antecedeu immediatamente á chegada de lord Byron. Porém, os que ahi ficam referidos são já, talvez, de sobra para servirem de fundo ao lastimoso quadro de miserias, que elle traçou com demasiado vigor no desenho, e cobriu, ainda mal, de côres mais vivas do que a horrivel realidade!

[1] Idem—ibid. pag. 134 (ag. de 1809).

[2] «Imprimem-se já em Lisboa muitas gazetas...» *Corr. Braz.* vol. 3.º, pag. 234 (agosto de 1809); «... ha tres diaristas e muitos periodicos...» *Correio da Peninsula ou Novo Telegrapho,* n.º 3 (10 de jul. de 1809).

[3] *Corr. Braz.*—vol. 2.º, pag. 635 (jun. de 1809).

[4] Idem—vol. 3.º, pag. 232 (ag. de 1809).

[5] Idem—ibid.—pag. 234.

[6] Idem—vol. 2.º, pag. 637 (jun. de 1809); vol. 3.º, pag. 234 (ag. de 1809).

V

Chegada—Alcippe e os poetas—Panorama de Lisboa—Affrontas de Portugal.

Depois de uma excellente viagem de quatro dias e meio lord Byron estava nas aguas do Tejo.

Eram sete dias corridos do mez de julho.

Alcippe, a celebre poetisa, que foi no seculo D. Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastre, condessa de Oyenhausen por seu marido o conde de Oyenhausen Grævenbourg, 4.ª marqueza de Alorna, 7.ª condessa de Assumar, dona de honor, dama das ordens de Santa Izabel em Portugal, e da Cruz Estrellada em Allemanha; —amiga de madame de Staël,—intima do principe de Kaunitz,—e discipula de Metastasio; — senhora de muitas prendas e virtudes, verdadeiramente extraordinaria pelo talento; sincera e facil no tracto social e litterario;—emfim, modesta, affavel e tambem formosa, era em tudo e por tudo

> A verdade, a bondade, honra, harmonia,
> Engenho, amor...

como ella propria disse na sua *Primavera*, imitação livre de Thompson.

Os biographos de D. Leonor de Almeida deixaram em inteiro silencio a data precisa da sua visita a Portugal n'este anno. Dizem que veiu, mas não dizem, ao menos, em que estação ou mez. Pude averiguar (e assim o participaram os governadores do reino para o Brazil em 20 de outubro d'aquelle anno) que foi a 30 de setembro que ella chegou a Lisboa, no paquete de Inglaterra, com uma filha solteira. A amosa poetisa era mãe da condessa da Ega, e irmã do marquez de Alorna, D. Pedro, que estava ao serviço de Napoleão, e tanto bastou para o conselho da regencia suspeitar da sua vinda e resolver que não podia permanecer n'estes reinos, dos quaes tinha saido por ordem do principe D. João. Tomando por fundamento não ter ella apresentado licença do regente, nem o seu passaporte, ordenou-lhe a 5 de outubro que voltasse para Inglaterra no primeiro paquete. A condessa, depois de ter exgotado todos os meios de poder desarmar a má vontade do governo de Lisboa, apenas conseguiu, por intercessão do ministro inglez — mr. Villiers (João Carlos) recebido a 20 de dezembro de 1808 — demorar-se até fins de outubro para partir no segundo paquete.

Já tinha morrido Bocage (21 de dez. de 1805). Francisco Vieira, que não era poeta da palavra, mas poeta do pincel, fallecera tambem pelo mesmo tempo na ilha Terceira, minha patria. Ambos na força da vida, aos quarenta annos! Garrett era uma creança, mas creança que havia de ser *um homem*, como disse Napoleão ao auctor de *Werther* (*Vous êtes un homme!*) no almoço de Erfurth. [1] Tinha apenas dez annos. Com esta edade, nos ardores do estio andava, sem duvida, a «folgar, rir, brincar, correr nos campos... apanhar das flores...» como queria Manuel de Sousa Coutinho que fizesse a sua querida filha, Maria, a mais bella creação do nosso theatro (*Frei Luiz de Sousa*). Francisco Joaquim Bingre, escrivão e tabellião no julgado de Mira, posteriormente o modesto lyrico do *Ultimo Canto*

[1] Blaze de Bury — *Écriv. Mod. de l'Allemagne* — pag. 223.

do Cysne, tinha versejado, mezes antes, um soneto em que toda a historia antiga foi posta a tractos para dar a queda de Bonaparte:

Resta cair Paris e o seu tyranno

dizia a chave de ouro (*Teleg. Port.* de 16 de março de 1809).

Ainda era vivo Nicolau Tolentino. Estava já entrado nos sessenta e sete annos de edade. Bom velho, que, ao revez do commum dos vates, não tinha costella de menos, tinha costella de mais! Meio Aristophanes, meio Paturot. Homem que ria das vaidades do mundo e medrava n'elle; que era poeta, e tinha sege; que publicava as suas obras á custa do estado, e ficava depois com todos os exemplares para os negociar, conforme se diz, pela bagatella de 4:800$000 réis! Malhão, o chocarreiro Malhão, da Villa de Obidos — pae do famoso orador sagrado Francisco Raphael da Silveira Malhão, que citava lord Byron com respeito na cadeira da verdade (*Sermões* 2.ª ed., 63) — e poeta ainda muito querido dos academicos de Coimbra de ha bons cincoenta annos, esse pela sua parte sentira vivamente a perda de Bocage. Foi, acaso, a primeira conjunctura em que seus labios não desfolharam risos! Pois coroando a fronte de goivos e saudades, em vez do myrtho e lodam do velho Anacreonte, havia composto uma elegia á morte do prodigioso Elmano (1806).

José Daniel, auctor do *Almocreve das Petas*, tinha quasi cincoenta e dois annos. Era homem jovial e escriptor chistoso, amavel, estimado e extraordinariamente popular. Tabellião de notas em Portalegre, repousava o espirito da canceira do officio na composição de muitos e variados escriptos, aos quaes punha sempre um titulo singular, extravagante, exquisito. Publicára successivamente: — em 1801, o *Comboio de mentiras, vindo do mundo petista, com a fragata Verdade Encoberta por capitania*; — em 1802, *O espreitador do mundo novo* (*Obra critica, moral e divertida*); — em 1803, a *Barca da carreira dos tolos*; — em 1804, o *Hospital do mundo*; — e em 1807, a *Camara optica, onde as vistas ás avessas mostram o mundo ás direitas.*

O padre José Agostinho de Macedo saiu-se n'este anno com uma

nova obra do seu fecundo engenho. Foi um sermão prégado na real casa de Santo Antonio na grande festividade que o illustrissimo e excellentissimo senado da camara de Lisboa fez pela restauração d'este reino em 28 de setembro de 1808. Ainda então não lhe viera á idéa escrever *Os Burros*, mas andava já meditando e compondo *O Oriente*, cujo rubor, em vez de purpurino, era côr de telha como a sua cára. Outro ecclesiastico, que, bem sei, não é para comparar com elle, mas tambem attreito a tentativas ao grandioso, de nome Francisco Roque de Carvalho Moreira, de edade quarenta e cinco annos, homem de compleição e de saúde de ferro, incubava em silencio nas cavernas do peito nada menos que duas epopéas!... A *Braganceida* e a *Portugaida*. A prosa chata e villã d'estes titulos em cousa alguma desmentia a urdidura e a fórma dos poemas do reverendo padre. Tinha cada qual uma duzia de cantos. Dizia o primeiro da elevação da casa de Bragança ao throno de Portugal em 1640, e dizia o segundo da restauração da monarchia em 1808. *Dizia*... escrevo eu, porque ambos se finaram antes do auctor.

Pato Moniz, fidalgo de linhagem, alto, boa figura, bem parecido, poeta notavel, não sabemos se era inimigo dos padres, mas foi o que escreveu a *Agostinheida*, o inimigo figadal de José Agostinho. Contava então vinte e oito annos de edade, e era já conhecido pela sua penna. Tinha publicado no anno anterior uma ode intitulada—*Congratulação á Patria*. Deixemos os dois dramas que escreveu para serem representados este anno na Rua dos Condes, um—*A Queda do Despotismo*—no dia dos annos do principe D. João; outro — *A Gloria do Oceano*—no anniversario natalicio d'el-rei de Inglaterra, Jorge III. Eram estes dramas como toda a fructa do tempo... Tempo em que pullulavam innumeros arranjadores dramaticos, qual d'elles mais péco. Fallemos antes do *Correio da Peninsula ou Novo Telegrapho*, cujo numero primeiro fôra publicado quatro dias antes da chegada de lord Byron. Além de Pato Moniz, que firmava os artigos com a letra *M*, escrevia n'este jornal o bacharel formado em leis João Bernardo da Rocha (futuro redactor do *Portuguez*—1814-1821—que teve immensa popularidade),

o qual assignava os seus escriptos com as iniciaes *J. B.* O *Correio da Peninsula* succedia ao *Telegrapho Portuguez*, que cessára a sua publicação no dia 15 de junho. Vinha alentar aos «timoratos... e aos das debilidades» (n.º 1, *intr.*), e propunha-se espalhar um intenso clamor de instrucção e liberdade! Por muito significativas, citarei estas poucas linhas do n.º 6: «Os bons escriptores são uteis, não só aos seus, mas a todos os povos e ainda na mais remota posteridade. Communicando os seus conhecimentos e dando puros conselhos e sólidas lições, apuram os que governam no desempenho dos seus cargos, firmando d'este modo, ou, pelo menos, concorrendo para a felicidade publica; e deve-se-lhes uma grande parte no melhoramento dos costumes, na correcção dos vicios, dos erros e até dos abusos, censurando sem particularisar: — *Parcere personis, dicere de vitiis*..............................

....

«Além de que, se a voz é escrava, o entendimento prende-se e a liberdade morre; deve pois declamar-se contra tudo que envilece os homens e arruina os estados.»

Filinto Elysio, cujo maior louvor é este de proferir o seu nome, nome de renascimento, vivia, pobre e triste, longe, bem longe da patria. Era com reconhecimento que elle acceitava a polida hospitalidade dos francezes, mas ia zurzindo sem dó os *francelhos* e preparando ao mesmo tempo a restauração da litteratura nacional. Sejamos agradecidos á sua memoria!

E Antonio Ribeiro dos Santos e José Maria da Costa e Silva e...[1]

Atemos o fio.

Lord Byron chegava ao Tejo no dia 7 de julho, uma sexta-feira.

A vista de Lisboa, a sua incomparavel belleza, surprehende-o... arrebata-o... domina-o, emfim, pela magestade!

[1] V. *Obras Poeticas* da marqueza de Alorna, I, *Noticia Biographica*; —*Dic. Bibl.* por Innocencio Francisco da Silva; *Bosquejo de Litt.* por Borges de Figueiredo, etc., etc., etc.

XIV

. . . .

Four days are sped, but with the fifth, anon,
New shores descried make every bosom gay;
And Cintra's mountain greets them on their way,
And Tagus dashing onward to the deep,
His fabled golden tribute bent to pay;
And soon on board the Lusian pilots leap,
And steer 'twixt fertile shores where yet few rustics reap.

XV

Oh, Christ! it is a goodly sight to see
What Heaven hath done for this delicious land:
What fruits of fragrance blush on every tree!
What goodly prospects o'er the hills expand!

XIV

. . . .

Depois de quatro dias de viagem estavamos á vista da terra. A todos, cheios de alegria, saúda a serra de Cintra e o Tejo correndo a pagar ao Oceano o fabuloso tributo das suas areias de ouro. Saltam logo a bordo os pilotos portuguezes, e lá vamos por entre duas margens ferteis, onde alguns camponezes ainda andam na ceifa!

XV

Ó Christo! Que lindo panorama é tudo o que Deus fez por este delicioso paiz! Que purpurear nas arvores? Que vistas do cume dos outeiros!

But man would mar them with an impious hand:
And when the Almighty lifts his fiercest scourge
'Gainst those who most transgress his high command,
With treble vengeance will his hot shafts urge
Gaul's locust host, and earth from fellest foemen purge.

XVI

What beauties doth Lisboa first unfold!
Her image floating on that noble tide,
Which poets vainly pave with sands of gold,
But now whereon a thousand keels did ride
Of mighty strength, since Albion was allied,
And to the Lusians did her aid afford:
A nation swoln with ignorance and pride,
Who lick yet loathe the hand that waves the sword
To save them from the wrath of Gaul's unsparing lord.

Mas o homem ha de polluir tudo isso com impia mão, e quando o Todo Poderoso empunhar o seu terrivel flagello contra aquelles que mais transgridem os seus soberanos designios, então os raios da sua cólera hão de fulminar as hostes devastadoras da Gallia, e purgar a terra dos seus mais crueis inimigos!

XVI

Quantas bellezas, á primeira vista, tem Lisboa! Fluctuante, espelhada sobre as aguas d'aquelle porto magnifico, ás quaes a ficção dos poetas dá por fundo areias de ouro, mas onde agora estão mil navios de immensa força desde que a alliança de Albion veiu auxiliar os portuguezes. Nação impando de ignorancia e orgulho! Lambes e odeias a mão que brande a espada para te livrar da cólera implacavel do senhor das Gallias!

XVII

But whoso entereth within this town,
That, sheening far, celestial seems to be,
Disconsolate will wander up and down,
'Mid many things unsightly to strange ee;
For hut and palace show like filthily:
The dingy denizens and rear'd in dirt;
No personage of high or mean degree
Doth care for cleaness of surtout or shirt;
Though shent with Egypt's plague, unkempt, unwash'd, unhurt.

XVIII

Poor, paltry slaves! yet born 'midst noblest scenes—
Why, Nature, waste thy wonders on such men?
....

XVII

Mas quem entra n'esta cidade, a qual, vista de longe, mais parece celestial, tem de vagar desconsolado por entre muitas coisas desagradaveis aos olhos de um extrangeiro. Palacio e cabana são egualmente immundos; seus morenos habitantes educados sem aceio; e ninguem, fidalgo ou plebeu, cuida da limpeza do casaco ou da camisa. Até quando os castigasse a peste do Egypto os verieis com os cabellos por pentear, mal aceiados, indifferentes!

XVIII

Escravos torpes e vis, bem que nascidos nas pompas da creação! Porque desbarataste, ó natureza, as tuas maravilhas com similhante gente?
....

XXI

. . . .

. . . .

Throughout this purple land, where law secures not life.

XXI

. . . .

. . . .

Terra sanguinaria em que as leis não bastam para proteger a vida.

VI

SUUM CUIQUE

As I found the Portuguese, so I have characterised them.[1]

LORD BYRON (1812)

É de vêr no riquissimo poema de lord Byron, o *Childe Harold*, a descripção da entrada de Lisboa, etc. O leitor portuguez encontrará ahi cousa que não é muito para lisongear o amor proprio nacional; mas tenha paciencia, que assim não é muito grande a injustiça do nobre lord.

V. DE ALMEIDA GARRETT — *Camões*, nota K ao canto I.

[1] Como achei os portuguezes, assim os caracterisei.

Os falsos patriotas haviam inventado o delicto do jacobinismo, perseguindo, vexando e assassinando a pretexto d'elle todas as pessoas denunciadas como suspeitas de affeição ao dominio francez.

REBELLO DA SILVA—Folhetim do *Jornal do Commercio*, n.º 4:717, de 21 de julho de 1869, ácerca da *Historia da Liberdade em Portugal.*

Quando lord Byron exclama que as leis não garantiam aqui a vida de ninguem, diz a verdade da historia. As denuncias e devassas, as expoliações, os roubos, as prisões e assassinatos dizem-no mais claro do que elle.

Quando fulmina a depravação geral, lamentando que a similhante gente coubesse em sorte tão formosa terra, exprime na realidade o que resulta dos documentos d'aquella epocha, na qual, infelizmente, o povo portuguez contrastava em abatimento, baixeza e perversão de costumes com os brios e pujança de seus valorosos antepassados. E depois de lord Byron, com relação a outra epocha, tambem calamitosa, um escriptor nacional pôz na bocca de um personagem do seu theatro estas expressões: — «Hei-de-lhes dar uma lição, a elles, e *a este escravo d'este povo* que os soffre...» [1]

Quando nos accusa de sermos desagradecidos ao poderoso auxilio do exercito inglez, alludindo, segundo parece, aos repetidos insultos praticados contra os militares, os officiaes civis, e as pessoas addidas á legação de S. M. B. n'esta côrte, poderá alguem dizer que esse era *o supremo direito de ingratidão*, em que fallava o digno par Casal Ribeiro, na sessão de 3 de agosto de 1868. Não irei tão longe. A celebre convenção de 30 de agosto de 1808, a occupação da ilha da Madeira e outras occorrencias, mostram claramente que os inglezes procediam com bem pouca lealdade comnosco. Isso não obstante, os insultos a que se refere lord Byron mereciam severa

[1] Garrett.—*Frei Luiz de Sousa*, I, sc. VII.

correcção. Sou eu que digo isto? Não. É um documento official. É João Antonio Salter de Mendonça, secretario do governo, que exclama indignado contra similhantes attentados: — «É vileza esquecer os beneficios; mas compensal-os com insultos é um crime atroz [1].» Quando o proprio governo se exprime d'este modo, é triste confessar que, n'esta parte, lord Byron foi ainda moderado nas suas expressões.

Pretendendo, porém, concluir d'esses factos que Portugal era um povo de escravos e de assassinos, commetteu erro, mais do que isso, uma affronta! Não tinha razão para tanto. Mas o poeta será um historiador para inquirir na confusão dos acontecimentos o fio conductor de todos elles, que é a lei da historia e o verdadeiro espirito das nações? Não, de certo. Um poeta canta as suas impressões; dá muitas vezes aos factos uma significação e um valor differente, maior ou menor, do que elles têem. Julga-os pelo modo porque os sente. E este desprezava o genero humano, exagerando as suas fraquezas. Assim o prova esta primeira quadra dos seus *Versos ao Reverendo T. J. Becher*:

Dear Becher, you tell me to mix with mankind;
I cannot deny such a precept is wise;
But retirement accords with the tone of my mind:
I will not descend to a world I despise.

(HOURS OF IDLENESS)

Dizes-me, caro Becher, que conviva
Com a humanidade:
O preceito, na verdade,
Tem seu merito — bem sei.
A solidão, porém, essa é que eu prézo,
E não descerei
A um mundo que desprézo.

(HORAS VAGAS)

1 Proclamação de 4 de fevereiro de 1809, no *Suppl. á Gazeta* do dia 7.

Não disse elle tambem n'um repente sarcastico :

The world is a bundle of hay,
Mankind are the asses who pull :
Each tugs it a different way,
And the greatest of all is John Bull.
(OCCASIONAL PIECES)

Que é o mundo? Um molho de palha.
E a gente que n'elle vês
Burros que levam quanto pilham...
Mas o maior é o inglez.
(POESIAS DIVERSAS)

Haverá, não duvido, outra explicação mais satisfactoria e mais completa. Esta, ao menos, tem a seu favor a lição da historia e o caracter de lord Byron. Mas, humilde como é, apparece para desapparecer logo que outra fôr melhor provada.

VII

Tentativa de passar o Tejo a nado—Insultos á saida do theatro de S. Carlos.

É fama que lord Byron tentou passar o Tejo a nado [1], e tambem passa por certo que este notavel humorista foi maltratado, uma noite, á saida de S. Carlos. Como e porque, não me parece facil averigual-o. Crê-se, todavia, que foi por zelos de um *serio* marido, como se vê d'estes versos do mimoso poeta, o sr. João de Lemos:

A nossa ignorancia achaste tão rude
Por serios maridos achar ainda aqui,
Que, quando buscavas manchar a virtude,
Nas costas as manchas te punham a ti [2].

[1] En Portugal, il voulut traverser le Tage, en domptant à la fois le vent, la marée et le courant. Il lutta plus de deux heures dans l'eau courroucée et en sortit épuisé.—M. de Lescure—*Lord Byron*, l. II, c. II, pag. 124 e 125.

[2] *Cancioneiro*—Seg. vol.—pag. 253.

Por onde se vê que d'esta vez triumphou a virtude. Pois nem sempre succedeu assim com homens celebres estrangeiros. Miguel Cervantes, por exemplo, antes de casar em Esquivias com doña Catalina de Palacios y Salazar y Vozmediano esteve em Lisboa, e de Lisboa levou comsigo uma filhinha estremecida, Isabel Saavedra. Quem ignora a triste historia dos amores de Marianna Alcoforado *(a Religiosa Portugueza)* com o conde de Chamilly? E os de Junot com a condessa da Ega? E a Thereza de Espronceda? etc.

Ainda mais se conta que lord Byron pretendeu colorar essa desfeita na nota á estancia XXI do *Childe Harold* sobre os assassinatos em Lisboa. Diz elle assim:

«É bem sabido que no anno de 1809 os assassinatos commettidos nas ruas e nas proximidades de Lisboa pelos portuguezes não se limitavam aos seus conterraneos... Fui uma vez atacado diante de uma loja aberta, indo de carruagem para o theatro com um amigo, estando as ruas concorridas como de costume a tal hora. Iamos armados, felizmente, pois se assim não fôra, certo que a esta hora seriamos *heroes de um romance*, em vez de o contarmos. Não se commette só em Portugal o crime de morte. Em Malta e na Sicilia partem-vos a cabeça de noite com a maior sem-cerimonia. E nunca é punido um siciliano ou um maltez!»

Este modo de fallar de um extrangeiro não agrada muito ao sentimento nacional. É certo, porém, que em tempos de paz e de muito maior brandura de costumes, como são os actuaes, ainda nós dizemos e escrevemos coisas muito peiores! Sirva de exemplo, entre muitos, o *Jornal da Noite*, redigido por A. A. Teixeira de Vasconcellos, de 6 de fevereiro de 1871, n.º 31, em que se lê isto: — «Seja qual for a verdade n'este lastimoso successo *(um homicidio)*, bastam os factos já averiguados para nos indicarem a espantosa corrupção de costumes e desenfreamento de paixões em que vivemos. Todos os dias registamos homicidios, ferimentos, suicidios, roubos, furtos, desacatos á auctoridade, desprezo das leis divinas e humanas, procedimento regulado pelos mais ferozes instinctos do egoismo e da paixão, e casos que horrorisam os animos menos brandos e sensiveis.

«Parece que nos negocios da vida ninguem se lembra de que ha obrigações a cumprir e leis a respeitar. Cada qual busca na força e no arbitrio proprio a solução de todas as difficuldades, e fere, mata ou rouba, segundo lh'o pedem a cólera, o orgulho, a necessidade ou o appetite.

«Triste situação.»

LIVRO II

CINTRA

I

Primeiras impressões—A Pena—A cova do beato Honorio—O palacio real—O paraiso de Vathek.

Quedemos á fresca sombra d'esta luxuriante vegetação, que tem as raizes na agua, e os troncos engrinaldados de hera.

E abrindo sobre os joelhos o livro de lord Byron [1], deixemos a vista ora espairecer por todo esse gracioso dobar da serra e seus palacios e jardins, ora correr maravilhada as bellas estancias do poema.

A sua primeira impressão é a de um indizivel encanto. Depois, a phantasia exaltada por tão inopinado deslumbramento accende-lhe no peito a chamma divina, e nunca o enthusiasmo, a admiração, as brilhantes saudações do genio, romperam mais espontaneas e sublimes da senorosa lyra dos poetas!

Vêde como elle se exprime:

[1] *Childe Harold's Pilgrimage.*

XVIII

. . . .

Lo! Cintra's glorious Eden intervenes
In variegated maze of mount and glen.
Ah me! what hand can pencil guide, or pen,
To follow half on which the eye dilates
Through views more dazzling unto mortal ken
Than those whereof such things the bard relates,
Who to the awe-struck world unlock'd Elysium's gates?

XIX

The horrid crags, by toppling convent crown'd,
The cork-trees hoar that clothe the shaggy steep,
The mountain-moss by scorching skies imbrown'd,
The sunken glen, whose sunless shrubs must weep,

XVIII

. . . .

Eis que em vario labyrintho de montes e valles surge o glorioso Eden de Cintra. Ai de mim! que penna ou que pincel lograrà jàmais dizer a metade sequer das bellezas d'estas vistas mais deslumbrantes que essoutras descriptas pelo poeta que abriu ao mundo, tomado de espanto, as portas do Elysio?

XIX

Mosteiros suspensos de horridos penedos; sobros seculares em volta de precipicios vestidos de musgo, que o ardor do sol crestou; arbustos gotejando á sombra no valle profundo; o azul suave

The tender azure of the unruffled deep,
The orange tints that gild the greenest bough,
The torrents that from cliff to valley leap,
The vine on high, the willow branch below,
Mix'd in one mighty scene, with varied beauty glow.

XX

Then slowly climb the many-winding way,
And frequent turn to linger as you go,
From loftier rocks new loveliness survey,
And rest ye at 'Our Lady's house of woe';
Where frugal monks their little relics show,
And sundry legends to the stranger tell:
Here impious men have punish'd been, and lo!
Deep in yon cave Honorius long did dwell,
In hope to merit Heaven by making earth a Hell.

de um mar tranquillo; aureos pomos em viridentes ramos; torrentes que se despenham das cristas da serra; no alto as vinhas, cá em baixo as ramas dos salgueiros... Fórma tudo um quadro maravilhoso de variada belleza!

XX

Trepae então de vagar a senda tortuosa, e, voltando o rosto a miúde, parae de quando em quando. Cresce a altura da fraga e as graças crescem! Repousae depois no convento de Nossa Senhora da Pena, onde monges frugaes mostram aos extrangeiros as reliquias que possuem, e narram lendas antigas. Homens impios foram castigados aqui... Mas, olhae! além, n'aquella cova por largos annos viveu Honorio, fazendo da terra um inferno na esperança de ganhar o ceu!

XXI

And here and there, as up the crags you spring,
Mark many rude-carved crosses near the path:
Yet deem not these devotion's offering —
These are memorials frail of murderous wrath:
For wheresoe'er the shrieking victim hath
Pour'd forth his blood beneath the assassin's knife,
Some hand erects a cross of mouldering lath;
And grove and glen with thousand such are rife
Throughout this purple land, where law secures not life!

XXII

On sloping mounds, or in the vale beneath,
Are domes where whilome kings did make repair;
But now the wild flowers round them only breath;
Yet ruin'd splendour still is lingering there.

XXI

Ao passo que subís, vêde quantas cruzes toscas, aqui e ali, á beira do caminho! Não as tomeis por devotos testemunhos de piedade; — são fracas memorias de ferozes matadores. Sim, por toda a parte que a victima, soltando um grito, derramou o sangue sob o ferro do assassino, alguem ha que levanta uma cruz de fragil ripa. E cheios d'ellas se encontram a cada passo bosques e valles n'esta terra sanguinaria, em que as leis não bastam para proteger a vida.

XXII

Nos recostos das collinas e no valle, palacios arruinados, que só flores silvestres cercam — antiga morada de reis — dão ainda a lembrar o passado esplendor. Além se eleva o bello palacio real. E ali

And yonder towers the Prince's palace fair:
There thou, too, Vathek! England's wealthiest son,
Once form'd thy Paradise, as not aware
When wanton Wealth her mightiest deeds hath done,
Meek Peace voluptuous lures was ever wont to shun.

XXIII

Here didst thou dwell, here schemes of pleasure plan,
Beneath yon mountain's ever beauteous brow:
But now, as if a thing unblest by Man,
Thy fairy dwelling is as lone as thou!
Here giant weeds a passage scarce allow
To halls deserted, portals gaping wide:
Fresh lessons to the thinking bossom, how
Vain are the pleasaunces on earth supplied;
Swept into wrecks anon by Time's ungentle tide.

tambem tu, Vathek! opulento inglez, fizeste outr'ora o teu paraiso, sem considerar que a riqueza, prodiga de voluptuosidades, quando uma vez chega a realisar os prodigios de que é capaz, é para logo se dizer adeus a todo socego!

XXIII

Aqui moraste, aqui sob os pincaros sempre bellos d'esta serra, formaste sonhos de prazer. Hoje, porém, como cousa amaldiçoada dos homens, a tua vivenda encantadora está solitaria como tu. Altas hervas parasitas a custo dão passagem para salas desertas e portaes abertos. Que lição ainda recente para o homem que medita! Vaidade dos prazeres do mundo que o tempo inexoravel depressa mudou em ruinas!

O convento da Senhora da Pena que lord Byron visitou não era, como todos sabem, o soberbo palacio que admiramos hoje. Abraça-se, confunde-se com elle, mas não perdeu por isso o caracter manuelino da sua feição primitiva. [1] Ampliado, mudou apenas de destino. O oiro com os seus poderes, e a arte com a sua varinha de condão, transformaram tudo... A ingreme vereda que levava ao convento é agora uma subida facil e suave. Como por encanto, a estreita cêrca dos frades tornou-se parque extenso, umbroso e perfumado, verdadeiramente digno da magnificencia regia. E se o antigo mosteiro quasi se desconhece, lá ficou sempre a meia-idade no alto castello exalçado ás nuvens, na ponte levadiça e nos rastrilhos, nas torres e nos fossos, nos bastiões e ameias, nos pateos e vigias, no tijollo e nas ogivas, no caprichoso, no phantastico, no extravagante dos lavores da pedra!

É attribuido a Botaca, primeiro architecto de Belem, o risco do convento. [2] O estylo d'essas duas fabricas primorosas, posto que mais modesto na Pena, é commum a uma e outra, como o alto pensamento que as elevou. Não erra a tradição, por certo, quando refere ter sido fundado este convento por el-rei D. Manuel, com o fim de perpetuar a memoria das longas horas que ali passou n'aquelle penhasco, a sós com a esperança, cada vez mais anciosa e insoffrida, de ver apontar na extrema orla do oceano a desejada mensagem do descobrimento do Gama. Destinado o convento á ordem de S. Jeronymo, não se esqueceu o venturoso monarcha de o contemplar com uma corôa ornada com grande esmeralda, e feita do primeiro oiro que veiu do Oriente, a qual doou á Senhora. Mais dadivas de subido valor lhe fizeram tambem outros reis e rainhas. Coube, porém,

[1] «Era o genero manuelino, menos profuso; um mixto de gothico-normando e arabe, alliança original com muito discernimento conservada na reedificação e ampliação actual.» Sr. Mendes Leal — *Mon. Nac.* pag. 84.

[2] Idem — pag. 88.

a sua magestade el-rei D. Fernando fazer-lhe a ultima, a maior de todas. Foi adquiril o em 1838 para o tirar do abandono em que estava, para o amparar das ruinas, que não tardariam muito, para o livrar, emfim, do vandalismo que já agora é mau fado dos monumentos nacionaes!

N'esse mesmo anno se fizeram os primeiros trabalhos: — reparos no edificio e arranjo da cêrca — começando tambem a construcção da estrada nova, acabada em 1840.

Em 1841 resolveu o senhor D. Fernando transformar o antigo cenobio em palacio, e deu-se principio ás obras.

Reedificou-se a parte do edificio que os monges se tinham visto na necessidade de demolir, por causa dos estragos que fizera no convento o celebre terramoto de 1755. Reparou-se a egreja e o retábulo, collocando-se vidros de côres em todas as janellas do templo.

Desappareceu a feia torre dos sinos que o leitor ainda pode ver na gravura do *Panorama* de 13 de janeiro de 1838. E em 1843 estava já concluida a formosa torre do relogio, que em cada uma de suas quatro faces tem mostrador, como a da universidade de Coimbra, e uma perfeita cinta de ameias, nas quaes estão esculpidas as cruzes de Christo, rematando em uma guarita nos quatro angulos. Pelo mesmo tempo, ficou tambem acabada a elegante arcada e torrinha que lhe ficam proximas, alargando-se o adro da egreja.

O claustro, reedificado na sua perfeição, é singular pela sua pequenez.

Em 1844 principiou definitivamente a edificação do palacio. O illustre academico barão de Eschwegue, já fallecido, foi quem traçou o plano geral. Os trabalhos dirigidos por elle até á sua morte continuaram depois pelo mesmo plano. O terrapleno destinado para uma bateria de quatro peças, e o caminho de ronda em volta do edificio, foram feitos em 1847.

A todos maravilha a architectura phantastica do paço acastellado da Pena, ha pouco concluido. Quem o ha visto que não admirasse o vestibulo, cujo tecto, ao gosto arabe, imita stalactites naturaes, o portal que é uma copia exacta da celebrada porta da justiça na Alham-

bra, o bello portico allegorico da creação do mundo, e tantos verdadeiros primores? [1]

O gosto immenso que o rei cultor das artes tinha feito n'esta construcção, a qual, para em tudo ser boa, até veiu restaurar a optima escóla nacional de lavrantes de pedra, pode aquilatar-se ao justo não só pelos grossos cabedaes que despendeu com mão larga n'um monumento que verdadeiramente honra a nação, mas pelo muito e bem que superintendeu nas obras, sendo incansavel em as promover e examinar de verão e no inverno, todo o anno, se pode dizer, e por espaço de tantos annos!

Murphy, visitando a Pena em 1789, achou no convento apenas quatro monges. [2] Byron, que lá esteve vinte annos depois, não nos diz quantos viu, mas talvez nem encontrasse tantos! Alguem me affirmou que pouco antes da extincção das ordens religiosas não havia lá nenhum, e a quem queria ver a Pena ia mostrar-lh'a um religioso do convento de baixo (*Trindade*, freguezia de Santa Maria), onde estavam as chaves.

A denominação do convento — Nossa Senhora da *Pena* — induziu o poeta a um erro grave: — tomar aquella expressão no sentido de castigo em vez de penha, «pois que da crista penhascosa em que assenta derivou a origem e o nome.» [3] N'este falso supposto compoz o verso da estancia XX: «Homens impios foram castigados aqui...» Depois (em uma nota da 2.ª edição) confessou o erro, mas não emendou o texto.

Lord Byron foi tambem aos *Capuchinhos da Serra*, e deixou memoria escripta da sua visita nos conceituosos versos sobre a cova do beato Honorio, que fica na cerca do convento. Diz a tradicção que n'essa cova Honorio, austero anachoreta, viveu em cheiro de

[1] Vej. *Cintra Pinturesca* e cit. *Mon. Nac.*; *Univ. Pitt.* de 1843, n.os 1 e 10, e de 1844, n.os 13 e 21, e a excellente noticia do *Palacio acastellado da Pena em Cintra*, estampada no *Arch. Pitt.* de 1857-1858, pag. 363 e 364.

[2] *Mon. Nac.* — pag. 81.

[3] Idem — pag. 77.

santidade por espaço de trinta annos. Byron dedicou-lhe dois versos, e o sr. visconde de Juromenha tres linhas. [1]

O palacio real mereceu-lhe apenas um verso.

Cumpre advertir aos curiosos que querem razão de tudo, como diz o nosso Fr. Luiz de Sousa, que não podémos achar quem nos quietasse com cousa fundada n'esta lettra (est. XXII):

«Nos recostos das collinas e no valle, palacios arruinados, que só flores silvestres cercam — antiga morada de reis — dão ainda a lembrar o passado esplendor.»

Dão que pensar os dois versos que traduzi assim:

«Ali tambem tu, Vathek! opulento inglez, fizeste outr'ora o teu paraiso...»

Onde seria?

Perguntei por isso a ultima vez que estive em Cintra, e ninguem me soube dar noticia da quinta que lord Byron viu no verão de 1809. Quinta, pensava eu que seria, porque não ha paraiso sem arvores, flores e fructos, pelo menos.

O exemplar do *Childe Harold*, que tinha então commigo, em nada podia elucidar-me a este respeito. Era um modesto volume em oitavo, impresso em Edimburgo, com a lettrinha tão empacada, e tão pobre de notas e esclarecimentos que até a gente se envergonhava de ver reduzido áquella mesquinha fórma o grande espirito de tão illustre lord!

Em taes apuros lembrou-me consultar uma traducção, e entre as notas d'ella encontrei a seguinte:

[1] *Cintra Pinturesca*—pag. 87.

« *Vathek* é um dos livros que mais admirei na minha mocidade. *B.*»[1]

Bem podia esta nota ser um facho brilhantissimo que afugentasse a escuridade d'esta passagem. Digo mais — não só podia... devia-o ser. Porque nas obras de um poeta como Byron, o qual, no dizer de Moore, ao passo que alliava uma tão grande parte da sua vida á sua poesia, dava tambem certa poesia á sua existencia, é difficil, ao desenrolar a teia dos seus sentimentos, extremar o ficticio do real. Mas por isso que a tarefa é ardua é que o traductor devia esforçar-se por vencer todas as difficuldades da versão e da interpretação. Dizer, porém, que *Vathek* é um livro, callando o nome de quem o compoz, é perpetuar a incerteza dos leitores sobre o paraiso de que falla o texto. Ora ide agora lá saber quem foi o auctor de *Vathek*, para conhecer quem foi o dono da quinta, e depois inquirir da quinta pelo nome do dono!

Isso não obstante, prosegui em investigar esta curiosidade. Recorri a uma excellente edição dos poemas de Byron annotados por Walter Scott e Thomas Moore, além de outros escriptores de grande tomo. E, Deus louvado, que se estes tambem não dizem cousa alguma... então é que não ha remedio senão aguardar pela discussão d'este gravissimo ponto n'algum congresso litterario...

Descance, porém, o leitor, que tão avisados commentadores deslindaram perfeitamente esta meada, transcrevendo dos *diarios* de lord Byron o grande louvor que elle fez do romance oriental de *Vathek*, e additando-lhe um parenthesis, no qual se lê isto:

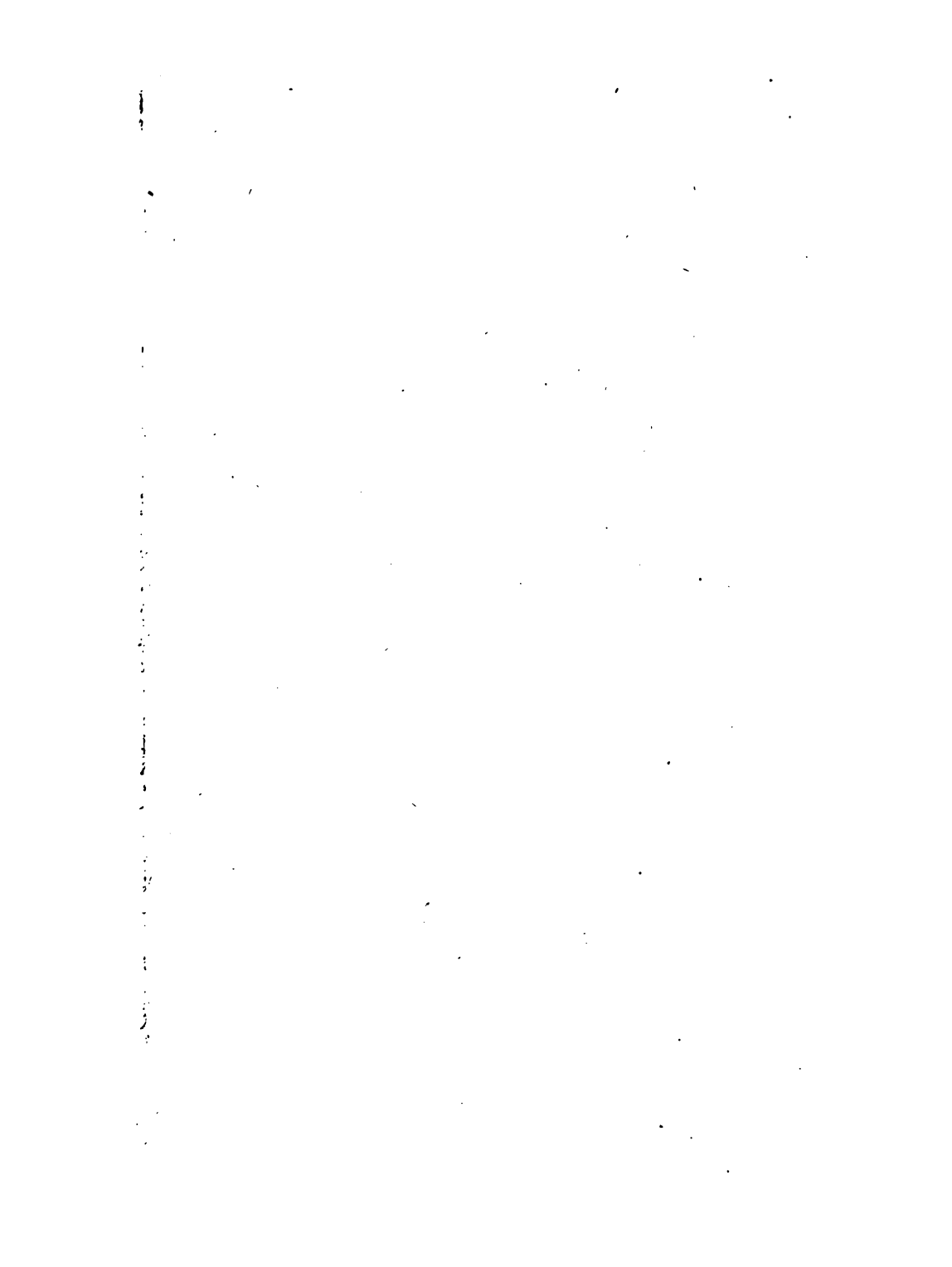
«O cavalheiro William Beckford, filho do afamado alderman e herdeiro da sua immensa riqueza, publicou, na tenra idade de dezoito annos, as — *Memorias dos grandes pintores* — e, no anno immediato, o romance assim elogiado (*Vathek*).

«Depois de representar Hindon em varias legislaturas, foi induzido a fixar por algum tempo a sua residencia em Portugal, onde estava muito viva a memoria da sua magnificencia no tempo da peregrinação de lord Byron.»

[1] *Œuvres complètes de lord Byron,* traduites par Benjamin Laroche. Première série, pag. 318.

O paraiso de Vathek vem a ser, portanto, a quinta de Beckford, que foi a do sitio de Monserrate. Dil-o a voz constante e diz a verdade, confirmada até pelo erudito escriptor da *Cintra Pinturesca* (pag. 79, 80 e 81).

Ainda ha «um quadro original feito a tempera no anno de 1808,» que foi reproduzido em gravura no *Archivo Pittoresco* de 1864 (pag. 245), representando o palacio antigo d'essa quinta celebre. O palacio actual é uma maravilha, como todos sabem, e pertence ao sr. visconde de Monserrate, tambem filho da Gran-Bretanha.

Por ultimo, direi que entre os romances com que Rebello da Silva enriqueceu a litteratura patria ha um — *Lagrimas e Thesouros* — porventura o mais caracteristico e bem acabado, cujo protagonista é William Beckford.

II

A convenção de 30 de agosto de 1808 (vulgarmente chamada «Convenção de Cintra»)—Adeus a Cintra.

Erfurt, 2 octobre 1808.

....

> Du moment où le duc d'Abrantès ou d'autres officiers de son armée seront débarqués, vous leur écrirez que j'ai appris la convention; que je ne sais si je dois l'approuver, mais qu'en attendant la relation que je dois recevoir je ne vois rien dans cet acte qui soit contraire à l'honneur, puisque les troupes n'ont pas posé les armes, qu'elles reviennent avec leurs drapeaux, qu'elles ne sont pas prisonnières, et qu'elles arrivent, non par une capitulation, mais par une convention plutôt politique que militaire.
>
> CORRESPONDANCE DE NAPOLÉON I. t. XVII, pag. 619.

No dia immediato ao da gloriosa acção do Vimeiro, o general Junot propoz um armisticio ou suspensão de armas, com o fim de se tratar de uma convenção para o exercito francez evacuar o reino.

Estava ainda tão recente a desgraça de Dupont em Baylen, que essa triste recordação, pesando sobre o presente, devia tornar o futuro assaz temeroso e incerto. Cumpre notar, porém, que o duque de Abrantes, aventurando um passo que a prudencia aconselhava, parece ter obedecido menos aos dictames d'ella do que a um impulso espontaneo do seu caracter audaz. Com effeito, não era possivel ser mais ousado, nem tambem mais habil, [1] se considerarmos que os francezes, depois de derrotados e na vespera de novos e, porventura, irreparaveis desastres, pretendiam ainda negociações com um exercito poderoso, animado pela victoria, bemvindo para toda a nação e enthusiasticamente acclamado, durante a sua marcha, nas povoações, nas estradas e nos campos!

N'esse dia as tropas francezas do commando de Junot não excediam a 14 mil homens, e o exercito alliado, além dos 5 a 6 mil portuguezes do general Bernardim Freire de Andrade e dos reforços que os inglezes tinham no mar, compunha-se de 27 mil homens.

Discutir as propostas de Junot ou marchar logo sobre Lisboa — tal era a questão que foi levantar no acampamento britannico do Vimeiro o conde de Kellermann, negociador francez. Questão acceita e ventilada — o que é notavel! Questão resolvida em Portugal sem a presença de um só portuguez — o que é singular!

Os francezes pediam pouco. Offereciam-se para evacuar Portugal immediatamente, mas não como prisioneiros de guerra, [2] e queriam ser transportados a França com artilheria, cavallos, armas, bagagem e propriedade particular, fosse qual fosse. [3] Outras cousas mais estatuia este accordo previo: — Protecção da pessoa e bens de todos os que haviam sido affectos aos francezes, quer naturaes do paiz, quer da França ou de nação sua alliada; [4] — a neutralidade do porto

[1] O duque de Abrantes affrontou a adversidade com valor, e houve-se com destreza antes e depois do revéz.—Rebello da Silva—*A Casa dos Fantasmas*, t. 2.°, pag. 204.

[2] Art. V.

[3] Artt. V e VIII.

[4] Art. VI.

de Lisboa para que a esquadra russa, quando os inglezes tomassem posse da cidade, nem fosse inquietada nem impedida de sair a barra nem, finalmente, perseguida depois de o ter feito, senão passada a espera fixa pelas leis maritimas, [1] etc. — Meras particularidades!... O necessario, o indispensavel, o essencial era aquillo. Partirem, levando a bom recado o fructo da violencia e das rapinas. Mais afortunados do que Francisco I em Pavia salvavam ao mesmo tempo a honra e a fazenda.

O fim da intervenção ingleza não podia ser outro senão a evacuação de Portugal por parte dos francezes; mas obtel-o, e já, sem mais perda de tempo e de vidas, foi, se póde dizer, irresistivel tentação. Acceitar o armisticio para depois accordar uma convenção era acabar logo a guerra. Assim que, para os inglezes, havia tudo a ganhar e nada a perder. Desgraçadamente, era nosso tudo o que o inimigo podia levar, e ninguem se lhe dava d'isso. Absolutamente ninguem!

Mas, por outro lado, feita a convenção, a grande Inglaterra, triumphante na Roliça e no Vimeiro, depois de ter annunciado a victoria á sua opulenta capital pela bocca dos canhões da Torre de Londres, ver-se-hia por esse facto levada a sanccionar espoliações e roubos, e a presenciar a humiliação do transporte dos francezes a bordo das suas náus, das náus que commandára Nelson, e cujo pavilhão, fluctuando altivo desde os confins do Mediterraneo até o Atlantico, segurára o dominio dos mares com a façanha immortal de Trafalgar!

Apesar d'isso, apesar de tudo, terminado o armisticio, ultimou-se a convenção.

É desviado do meu intento referir aqui por menor os accidentes das negociações. Direi sómente que estiveram quasi rotas por mais de uma vez, e as hostilidades prestes a começar de novo. O duque de Abrantes, disputando sempre a maxima vantagem para os fran-

[1] Art. VII.

cezes, não queria perder a que já obtivera pelo artigo setimo da suspensão de armas; isto é, pretendia tambem salvar a esquadra russa, mas não o conseguiu, porque o almirante Cotton teve a energia que faltou a Dalrymple.

Como deveremos tomar as tremendas ameaças que fazia Junot de sepultar n'um montão de ruinas esta formosa princeza do Occidente que se chama Lisboa, fazendo-a ir pelos ares á approximação dos inglezes? Eu sei! Talvez como uma explosão violenta do seu caracter fogoso, de seu genio arrebatado. Talvez tambem por artificio, com que aos outros e a si proprio illudia. Pois eram tão consideraveis as concessões que lhe faziam os inglezes na projectada convenção, que, postas a par das victorias por elles alcançadas, de pouco ou nada valia já ter desbaratado os francezes na Roliça e no Vimeiro. Dir-se-hia que por este pacto de eterno opprobrio ficaram vencedores os vencidos!

Assentou-se portanto:

Evacuarem Portugal os francezes, não como prisioneiros de guerra, mas com armas e bagagem, a sua artilheria com sessenta cartuchos para cada peça, a cavallaria e a caixa militar; serem a bordo de navios inglezes transportados a França, onde poderiam servir; e poderem levar ou dispôr livremente da propriedade do exercito ou da sua *propriedade particular, de qualquer descripção que seja*; [1]

Entregarem aos inglezes os arsenaes navaes e militares, toda a artilheria, armas, munições, praças e fortes do reino, a cidade, o porto e os vasos de guerra, as tropas hespanholas detidas a bordo, os doentes e feridos que não podessem embarcar, e o resto dos provimentos do exercito francez; [2]

Ficarem sob a protecção dos inglezes todas as pessoas notadas ou suspeitas de adhesão ao dominio dos francezes, quer naturaes do

[1] Art. II, III, IV, V e VI.

[2] Art. I, IV, IX, XII, XVIII—e II dos addiccionaes.

paiz, quer da França ou de nação sua alliada, que não quizessem acompanhar o exercito francez, e todos os empregados por nomeação do governo portuguez ou francez; [1]

Finalmente, poder o duque de Abrantes mandar a França n'uma embarcação ingleza um official com a noticia da convenção. [2]

É para lamentar, como notou M. I. Martins Pamplona, depois conde de Subserra, que n'esta convenção — «houvesse esquecido estipular condições reciprocas da troca de uma divisão do exercito do general Junot pelo exercito portuguez retido em França.» (*Mem. Justif.*, 18). — E accrescenta muito acertadamente : — «para este exercito a convenção de Cintra não data senão do 1.º de março de 1814, dia da entrada dos alliados em Paris.» (*Idem*, 19).

Assim se perdeu uma excellente occasião de poder voltar á patria a *Legião Lusitana*.

Mal se póde fazer idéa dos clamores que levantou em Londres este convenio ignobil. Foi uma tempestade de indignação! O proverbial bom senso do povo inglez conheceu logo que não era só o valor de seus soldados e o lustre de suas armas que se offuscavam e perdiam com elle : — era tambem a honra da nação.

Entrando no vasto terreiro dos *Seteais*, lord Byron não deixou escapar a occasião que se lhe figurava propicia para desaggravar o sentimento nacional justamente ferido. E fel-o de teor e geito que não saberei dizer qual é mais para admirar, se a singularidade da invenção, se o colorido brilhante e vigoroso do seu pincel divino!

1 Artt. XVI e XVII.
2 Art. XXI.

XXIV

Behold the hall where chiefs were late convened! [1]
Oh! dome displeasing unto British eye!
With diadem hight foolscap, lo! a fiend,
A little fiend that scoffs incessantly,
There sits in parchment robe array'd, and by
His side is hung a seal and sable scroll,
Where blazon'd glare names known to chivalry,
And sundry signatures adorn the roll,
Whereat the Urchin points and laughs with all his soul.

XXV

Convention is the dwarfish demon styled
That foil'd the knights in Marialva's dome:
Of brains (if brains they had) he them beguiled,
And turn'd a nation's shallow joy to gloom.

XXIV

Este é o solar em que se congregaram os chefes. [2] Oh! mansão ingrata aos olhos de um inglez! Ali mora um espirito ruim que está a zombar perpetuamente. Coroado com o barrete da loucura e envolto em pergaminho, traz pendente ao lado um sello e um rolo negro de papel, em que refulgem nomes famosos nos annaes da cavalleria, e que adornam tambem varias assignaturas, para as quaes aponta e ri, a bom rir, o maldito!

XXV

Convenção — é o nome d'esse anão do inferno, que teve artes para os embair no palacio dos Marialvas; e pondo-lhes os mió-

1 The convention of Cintra was signed in the palace of the Marchese Marialva.

2 A convenção de Cintra foi assignada no palacio do marquez de Marialva.

Here Folly dash'd to earth the victor's plume,
And Policy regain'd what arms had lost:
For chiefs like ours in vain may laurels bloom!
Woe to the conqu'ring, not the conquer'd host,
ıce baffled Triumph droops on Lusitania's coast!

XXVI

And ever since that martial synod met,
Britannia sickens, Cintra! at thy name;
And folks in office at the mention fret,
And fain would blush, if blush they could, for shame.
How will posterity the deed proclaim!
Will not our own and fellow-nations sneer,
To view these champions cheated of their fame,
By foes in fight o'erthrown, yet victors here,
ıere Scorn her finger points through many a coming year?

a arder (se é que miólos tinham), mudou em longo dó a vanglo-de uma nação. A loucura pisou aqui aos pés o pennacho do ven-lor, e a politica reconquistou o que perderá a espada! Que leu-póde haver para generaes como os nossos?... Ai do vencedor, do vencido, desde que o triumpho, colhido por engano, esmo-e nas praias lusitanas!

XXVI

E sempre, dês que se reuniu esse synodo marcial, a Inglater-empallidece ao proferir-se o teu nome, ó Cintra! Vexam-se de ouvir os homens do poder, e, corridos de vergonha, córa-m, se podessem!... Que juizo formará d'este facto a posterida-! Como a nossa nação e os nossos alliados não hão de escarnecer es capitães defraudados da sua gloria por inimigos a quem tinham rotado na peleja, mas que triumpharam aqui, para onde fica o prezo a apontar com o dedo por essas eras além?

Lord Byron vae já deixar a poetica Cintra, que impressionou tão vivamente a sua alma apaixonada, e lhe inspirou as immortaes estancias em que ha versos que inebriam com uma suavidade ineffavel, e outros que parecem rutilar imprecações tremendas!

Despede-se d'ella rendendo-lhe um ultimo louvor e tambem observando, como o nosso D. Francisco Manuel, — «que aquelles prazeres da tenra mocidade troca e engeita por outros exercicios, senão tão contentes, mais opportunos, a edade madura: julgando por deseguaes ou indignos os empregos em que a puericia faz seu lanço.» *(Epanaphora Tragica.)*

XXVII

So deem'd the Childe, as o'er the mountains he
Did take his way in solitary guise:
Sweet was the scene, yet soon he thought to flee,
More restless than the swallow in the skies:
Though here awhile he learn'd to moralize,
For Meditation fix'd at times on him;
And conscious Reason whisper'd to despise
His early youth, misspent in maddest whim;
But as he gazed on truth his aching eyes grew dim.

XXVII

Assim discorria Childe Harold, caminhando solitario pela serra acima. Doce, amena estancia!... Elle, porém, mais irrequieto do que as andorinhas por esses ares, cuidava já de abalar d'ahi. E, todavia, apprendeu n'esses logares a moralisar, pois meditava a espaços, e do intimo lhe segredou a razão que merecia desdem

a sua tenra mocidade, empregada em desvarios rematadamente loucos; mas, ferida pela contemplação da verdade, a vista se lhe turvava.

Nada mais. Nem uma palavra ácerca do general Bernardim Freire. Pois olhem que é muito para agradecer este silencio!

III

a a convenção de 30 de agosto de 1808 — Um erro de lord Byron.

> Á clausula de investigar sollicitamente a verdade procurámos satisfazer, recorrendo sempre de preferencia ás fontes primitivas; aos livros e relações das testemunhas presenciaes e escriptores contemporaneos, e principalmente ás correspondencias officiaes,... que... servem ás vezes até a emendar erros em que caíram os proprios auctores que no theatro da guerra presenciaram os factos.
>
> VARNHAGEN. — *Historia das Lutas com os Hollandezes no Brazil.* — Pref., pag. VIII e IX.

sse lord Byron, em prosa e verso, que a convenção de 30 de o de 1808 foi assignada no palacio dos marquezes de Marialulgarmente chamado dos *Seteais*, em Cintra; d'onde parece im-se que por esta razão ficou sendo chamada — *Convenção de* ...a.

Ora, José Accursio das Neves diz assim:

«De toda esta combinação de principios, de opiniões e de contradicções, resultou ultimamente a convenção definitiva que vou copiar, e que, apesar de ter sido concluida e datada em Lisboa, ratificada pelo general em chefe do exercito britannico em Torres Vedras, onde então se achava o seu quartel general, é geralmente conhecida pelo nome de convenção de Cintra.»

Seguiu esta opinião o sr. Barros e Cunha, mas só na parte que respeita á celebração e assignatura, pois não falla da ratificação.

Affirma o auctor da *Cintra Pinturesca* que a convenção foi assignada no palacio dos *Seteais*, e diz Rebello da Silva que a convenção tomou o nome da villa de Cintra, aonde foi assignada.

O sr. Simão José da Luz Soriano diz tambem o seguinte:

«Concluiu-se, finalmente, em Lisboa no dia 30 de agosto a tão celebre quanto estigmatisada convenção de Cintra, assim chamada por ter sido ratificada em Cintra no dia 31 d'aquelle mez pelo general Dalrymple que n'este mesmo dia havia transferido para a dita villa o seu quartel general, posto que a negociação e assignatura de tal convenção se effeituassem na capital entre o coronel Murray e o general Kellermann.»

Ultimamente, o sr. Claudio de Chaby escreveu a este respeito:

«Sem que tivessem, porém, effeito novas hostilidades, negociações mais positivas se estabeleceram entre o general Junot e os commandantes inglezes, convindo-se, em conclusão, no ajuste feito em Lisboa e ratificado em Torres Vedras, então e depois denominado — Convenção de Cintra:...............................

....

«No dia 31 foi definitivamente ratificada a convenção;.......»

Quanto á *data* (31) da ratificação — esta opinião é a mesma que a do sr. Soriano — e quanto aos *logares* onde a convenção foi assignada (Lisboa) e ratificada (Torres Vedras) — seria a de José Accursio das Neves, se da generalidade com que o sr. Chaby falla da ratificação não se podesse concluir que os generaes em chefe, britannico e francez, ratificaram *ambos* a convenção em Torres Vedras.

Nova, inteiramente nova, é a asserção feita pelo sr. Soriano: da

que a convenção foi ratificada em Cintra pelo general Dalrymple no dia 31 de agosto de 1808. Infelizmente, como as de todos os mais escriptores citados, vem desprovida de qualquer prova justificativa da sua exactidão.

Não é materia de duvida que a convenção foi concluida e assignada em Lisboa. Que nós saibamos, ainda ninguem demonstrou, nem pretendeu demonstrar o contrario. N'esta parte, a opinião de José Accursio das Neves, adoptada pelos historiadóres que lhe succederam, foi até fortalecida por alguns. E se o leitor acceita datas como argumento, indicio seguro ou, pelo menos, provavel, aqui tem as da assignatura da convenção e de seus artigos addiccionaes: — *Dado e concluido em Lisboa aos* 30 *de agosto de* 1808.

Sobre este ponto temos um despacho do proprio general Dalrymple, dirigido a lord Castlereagh e datado de Cintra a 3 de setembro de 1808. É como se segue na parte que nos interessa:

«Depois de consideraveis discussões e repetidas referencias a mim, que fizeram com que me fosse necessario aproveitar do limitado periodo que se havia prescripto para a suspensão de armas, em ordem a mover o exercito para diante e pôr as differentes columnas nos caminhos por que deviam avançar, *se assignou a convenção e se trocou a ratificação aos* 30 *do mez passado* (agosto).»

Na *Proclamação* de 10 de setembro dos commissarios britannico e francez, encarregados de fazer executar a convenção, lê-se isto:

«Julgamos egualmente necessario fazer saber a todos aquelles, a quem pertencer, que toda a compra dos artigos tirados de arsenaes publicos ou armazens, *desde o dia* 30 *de agosto*, ou qualquer objecto que legalmente se provar haver sido illegitimamente vendido ou distrahido em qualquer tempo, ainda anterior *ao dicto dia* 30 *de agosto*, será nullo e de nenhum effeito, e os artigos usurpados, e os compradores sujeitos á pena decretada pelas leis.

. . . .

(Assignados)
O commissario francez para a execução do *Tratado de* 30 *de agosto*.—*O general Kellermann*.

W. C. Beresford, major general.
Proby, tenente coronel, commissarios britannicos.»

Lord Castlereagh escrevia ao general Dalrymple em 17 de setembro:

«Senhor! — Qualquer que seja o desgosto que S. M. tenha n'este momento, vendo *a convenção concluida aos* 30 *do passado* (agosto), em tanto quanto diz respeito aos interesses da Gran-Bretanha, etc.»

O *Relatorio dos commissarios inglezes, nomeados em Lisboa, para executar a convenção de Cintra*, datado de 18 de setembro, diz o seguinte:

«Os commissarios para executar *a convenção de* 30 *de agosto* foram informados á sua chegada a Lisboa... — que a somma de cerca de 25:000 libras se havia tirado do deposito publico da cidade de Lisboa, *aos* 29 *de agosto*, e foi posta no mesmo dia no thesouro do reino; e removida d'ahi aos 2 de setembro, em directa violação da convenção, para o fim de entrar na caixa militar do exercito. — Os commissarios pediram a restituição de 25:000 libras tiradas do deposito publico pouco depois da sua chegada a Lisboa; requereram tambem que se desse satisfação completa aos directores dos armazens d'onde se haviam removido effeitos subsequentemente *aos* 30 *de agosto*..

....

(Assignados)

W. C. Beresford, major general.
Proby, tenente coronel.»

E a 18 de outubro o governo de Lisboa dizia tambem para o Rio de Janeiro:

«No dia seguinte *(ao da acção do Vimeiro em* 21 *de agosto)* obteve o dito Junot um armisticio tão vantajoso, que appareceu n'esta capital como vencedor, e fez depois a 23 com a sua auctoridade as explicações que lhe pareceram. Entrou em negociação com os inglezes e conseguiu a faculdade de evacuar com as suas tropas, bagagem, caixa militar e outras prerogativas, *por uma convenção que se ratificou a* 30, etc.»

Accrescenta, porém, como vimos, o auctor da *Historia da Guerra*

Civil que a convenção denominada de Cintra é: — «assim chamada por ter sido ratificada em Cintra no dia 31 d'aquelle mez *(agosto)* pelo general Dalrymple, que n'este mesmo dia havia transferido para a dita villa o seu quartel general.»

Verificada a hypothese da mudança do quartel general inglez para Cintra no dia 31, ainda aquella opinião seria falsa, porque as peças officiaes, acima expostas, mostram com evidencia que o general Dalrymple ratificou a convenção a 30 de agosto, isto é, quando estava ainda em Torres Vedras. Mas nem essa hypothese se verifica, porque só no dia 2 de setembro foi transferido para Cintra o quartel general inglez.

A *Memoria* escripta por sir Hew Dalrymple sobre o seu procedimento, com relação aos negocios de Hespanha e ao principio da guerra da peninsula, impressa em Londres no anno de 1830, diz assim (pag. 71): — «Tendo-se ultimado a convenção definitiva, as tropas do meu immediato commando principiaram a marchar no primeiro de setembro para as posições que deveriam occupar durante o embarque dos francezes; *e no dia 2 estabeleci o meu quartel general em Cintra*...; de Cintra, portanto, foram datados e expedidos os meus despachos que davam noticia dos tractados recentes.»

Todos esses documentos põem de manifesto que a convenção foi assignada e ratificada em 30 de agosto. Mas n'esse dia ainda não se achava em Cintra o quartel general inglez. Estava na villa de Torres Vedras, e foi lá que se fez a ratificação do general em chefe do exercito britannico, conforme a opinião de José Accursio das Neves, a declaração feita na defeza de Wellington, [1] e a affirmativa do *Relatorio da mesa da inquirição estabelecida* (em Londres) *para indagar as circumstancias da convenção de Cintra*. É certo que n'este *Relatorio*, e tambem na citada defeza de Wellington (que falla *por informações, e nunca viu a convenção até chegar a Inglaterra)*, [2] se é que a ratificação do general Dalrymple foi feita no dia 31. E é

1 Cit. *Selection from the dispatches*, etc., pag. 243 e 244.

2 Idem — ib.

muito singular que elle proprio tambem o diga na *Memoria!* Tão inesperada declaração póde talvez, *prima facie*, causar algum embaraço no animo do leitor. Porém, considerada interiormente, não é outra cousa que um esquecimento, ou equivoco. As razões que assim o persuadem são todas de muito peso.

A mais geral, e que primeiro occorre, é que o *Relatorio* (de 22 de dez.) tem contra si a conjuncta auctoridade de documentos officiaes contestes e irrefragaveis, e até antès de escripto estava já desmentido n'esse ponto pelo general Dalrymple no officio de 3 de setembro, pela *Proclamação* de 10, tambem de setembro, dos commissarios britannicos e francez, pelo *Relatorio* dos commissarios britannicos, de 18 do mesmo mez, e, finalmente, pela communicação do governo mandada em 18 de outubro para o Rio de Janeiro.

A segunda compõe-se de todas estas: — Onde foi escripta pelo general Dalrymple a participação official do armisticio e da convenção? No mesmo theatro dos acontecimentos. Quando? Apenas tres dias depois de 30 de agosto de 1808. Em que situação? Debaixo da sua responsabilidade effectiva como general em chefe do exercito britannico em Portugal.

Terceira: — Ao passo que a *Memoria*, publicada depois da sua morte (e vinte e dois annos depois da convenção), foi composta já no fim da vida, sob o peso de gravissimos desgostos, os clamores do parlamento, as terriveis invectivas da imprensa e a justa indignação do povo inglez; — faltando-lhe por isso, n'esta parte, aquelle caracter de indubitavel certeza que, aos olhos de uma critica sizuda, tem o officio de 3 de setembro, a participação do conselho da regencia ao principe regente, etc., etc.

Fica, pois, liquidado: — 1.° que a convenção foi celebrada, concluida e assignada em Lisboa; — 2.° que o general Dalrymple a ratificou em Torres Vedras, onde tinha o seu quartel general; — 3.° que é erro manifesto pretender o contrario, e, portanto, que não merece credito o que a esse respeito disse lord Byron. Ora, este ultimo ponto é só o que me cumpria apurar aqui.

Direi de caminho que o duque de Abrantes, por inadvertencia, não ratificou a convenção no mesmo acto em que ratificou os arti-

gos addicionaes. Assim o mostra um officio de Dalrymple ao general Bernardim Freire de Andrade, datado de Cintra a 2 de setembro. Diz:

«Senhor! — Tive a honra de transmittir a V. Ex.ª aos 23 do mez passado (*agosto*) varios artigos concordados para base de uma convenção para a evacuação de Portugal pelo exercito francez; e agora incluo uma copia da mesma convenção ratificada pelo general em chefe francez. Eu recebi o original d'este papel antes de hontem (31 *de agosto*) *mui cedo;* mas como o general francez omittiu accidentalmente o pôr a sua assignatura á convenção (assignando-se sómente no fim dos artigos addicionaes) fui obrigado a tornar-lh'a a mandar a fim de corrigir este erro, etc.»

Produzindo este documento por mera curiosidade, accrescentarei que Junot *corrigiu o erro* no dia 1 de setembro. Tal é, pelos menos, a interpretação mais plausivel d'estas expressões de sua esposa: —«Le premier septembre le traité avait été ratifié...»

Alguns escriptores estrangeiros tocaram tambem este assumpto sem o que aclarassem. [1]

1 Vej. JOSÉ ACCURSIO DAS NEVES — *Hist. Ger. da Invasão dos Francezes;* — SR. J. G. DE BARROS E CUNHA — *Hist. da Lib. em Portugal;* — *Cintra Pinturesca;* — L. A. REBELLO DA SILVA — *A Casa dos Fantasmas;* — SR. S. J. DA LUZ SORIANO — *Hist. da Guerra Civil em Portugal;* SR. CLAUDIO DE CHABY — *Excerptos Historicos;* — cit. *Selection from the dispatches*, etc.; — FERREIRA BORGES — *Col. de Trat. Conv.* etc.; — *Correio Braziliense;* — *Mém.* DE MADAME LA DUCHESSE DE ABRANTÈS, etc., etc., etc.

IV

Porque se lhe chama «Convenção de Cintra?»

Só resta n'esta materia um escrupulo muito bem fundado. Não foi a convenção tractada em Cintra, nem assignada em Cintra, nem ratificada em Cintra. E cousa é certo maravilhosa que nunca se chamou, nem presentemente lhe chamam senão — *Convenção de Cintra!* «Denominação impropria e bem pouco feliz dada a este tractado; — escreve o general Dalrymple — pois d'ella resultou a opinião de que elle foi effectivamente negociado e concluido n'aquella villa, em um certo palacio, o palacio dos Marialvas, comquanto Cintra ficasse na retaguarda da «formidavel posição,» [1] cuja posse foi alcançada pela convenção» (*Mem.* pag. 75, nota).

Não faltam exemplos de similhantes abusões.

[1] Expressão de que se serviu sir Arthur Wellesley, depois duque de Wellington, para designar as fortes posições occupadas pelos francezes na occasião em que se fez a proposta do armisticio e da convenção. Por motivos que é desnecessario expôr n'este logar, o general Dalrymple dava muita importancia áquella expressão.

Quem não tem ouvido fallar nas *côrtes de* 20 aos raros patriotas d'esse tempo que ainda vivem e ainda morrem de amores pela liberal constituição? E, todavia, como todos sabem, não houve côrtes no anno de 1820. Foi no dia 26 de janeiro de 1821 que se installou o Augusto Congresso no palacio das Necessidades.

Tambem, hoje em dia, os noveis deputados, os relatorios de pensões a viuvas, e os necrologios das folhas periodicas rivalisam em galas de estylo e pompas de eloquencia, quando recordam á fraca geração presente, as gentilezas e façanhas dos bravos do Mindello! E ninguem ignora que o monumento do desembarque do imperador e dos seus companheiros de armas, em 8 de julho de 1832, não foi levantado nas praias de Mindello, senão em Arnosa de Pampelido onde o exercito libertador aportou na terra patria [1].

Acabo com um exemplo palpitante de actualidade. É o tunnel do monte Cenis, isto é, vulgarmente chamado do monte Cenis.

O pensamento de lançar um caminho de ferro atravez do monte Cenis, que foi primeiramente uma idéa nacional do Piemonte e da França, tornou-se dentro em pouco universal. Posto á parte, por considerações que não vem para aqui, foi por fim levada a cabo a empreza quasi fabulosa da perfuração dos Alpes, abrindo-se um tunnel no monte Tabor, entre Modane e Bardonnèche, quer dizer, a não menor distancia de 20 kilometros do monte Cenis [2]. Apesar

[1] —«povoação de S. João de Mindello, que equivocadamente se tem até agora designado como logar do desembarque do exercito libertador, quando este acontecimento memoravel, que se verificou no dia 8 de julho de 1832, teve logar n'esta praia de Arnosa de Pampelido etc.» —*Auto da collocação da pedra fundamental do monumento,* etc., publicado no *Arch. Pittoresco* de 1865, pag. 36-38.

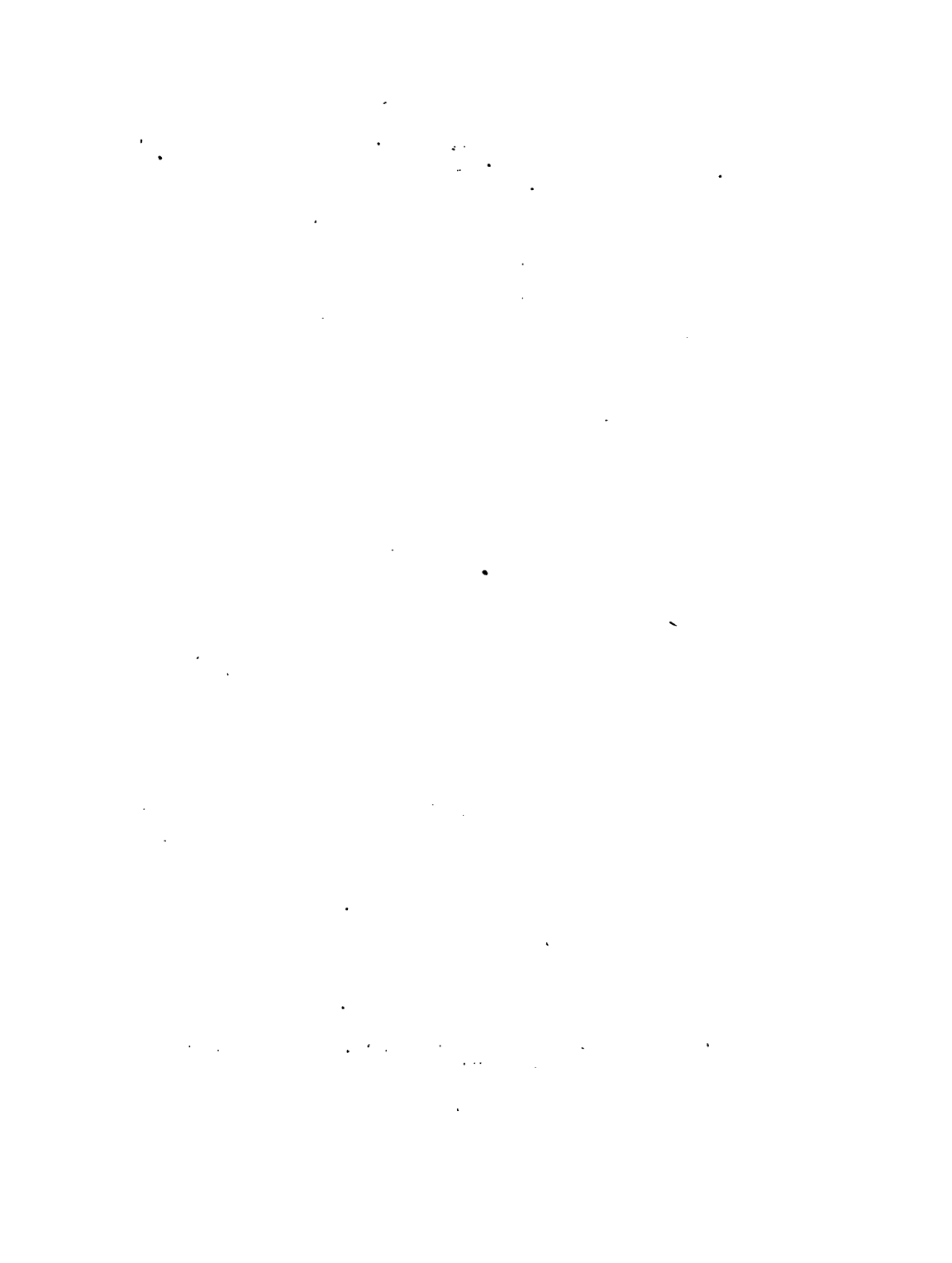
[2] «C'est encore par vieille habitude et par extension que l'on appelle le souterrain «tunnel du Mont-Cenis», car il ne traverse pas cette montagne.—Le tracé est rigoureusement droit et coupe le Mont-Tabor par le col de Fréjus, à environ 1:800 mètres de la cime, en s'enfonçant dans la roche, exactement du N. 22 O. au S. 22 E.» *L'Illustration,* vol. LVIII, n.º 1:490, pag. 186 (16 sept., 1871).

d'isso, vão todos sempre dizendo e escrevendo «tunnel do monte Cenis», como convém á propagação dos conhecimentos uteis no seculo das luzes!

Mas que se diga *côrtes de* 20, porque as côrtes constituintes de 1821 derivaram naturalmente a sua origem do movimento de 24 de agosto de 1820 na heroica cidade do Porto, passe; *bravos do Mindello*, pela proximidade a que a praia d'esse nome fica da de Arnosa de Pampelido, e *tunnel do monte Cenis*, em rasão do pensamento primitivo, vá na má hora.

Não succede o mesmo com a convenção de 30 de agosto de 1808. Ministros, capitães, lettrados, politicos, povo e toda a gente lhe chamou sempre — *Convenção de Cintra*. Porque, é que ninguem sabia. «Mas elles que andam tão firmes n'isto por alguma cousa ha de ser» — pensaram os escriptores. E, já se sabe, com a liberdade que é o primeiro timbre de que se faz honra em toda a parte a republica das lettras, cada qual ahi dissertou com tanto mais gosto e facilidade quanto é bem certo que n'este luzido concurso foi dispensada, por commum accordo, a prova documental. De maneira que só por arte e architectura da sua imaginação descobriram uns que ella tinha sido assignada em Cintra, outros ratificada, e que d'ahi houvera nome.

Não era assim, e José Accursio das Neves, muito antes d'elles, escrevera já que não era assim. Comtudo, não disse porque diziam — *Convenção de Cintra*. Vê-se das suas palavras que o não soube, nem isso póde causar extranheza quando até o ignorava, como vimos, um dos ratificadores da convenção.

«C'est donc une désignation impropre que celle de tunnel du Mont-Cenis donnée géneralement à la trouée des Alpes.» — *Revue des Deux Mondes*, t. 55.e, pag. 897 (15 fev. 1865).

LIVRO III

MAFRA

I

O SITIO DA VÉLA

'Faith, here's an equivocator that could swear
in both the scales against either scale...

SHAKESPEARE—*Macb.* act. II, sc, III.

Até agora temos visto lord Byron, com muito sentimento poetico, e tambem soltando imprecações e doestos, divagar por campos diversos e oppostos: a natureza, a litteratura, a politica, os habitos, costumes e tendencias da nossa gente, e, emfim, a maneira desairosa por que acabou para inglezes e portuguezes a invasão de Junot.

Á mingoa de outras prendas, temol-o seguido passo a passo com boa vontade e sincera diligencia, pondo sómente á parte o que é de todo o ponto indigno da nação e da sua gloria d'elle.

Do mesmo modo procederemos na digressão a Mafra.

XXVIII

To horse! to horse! he quits, for ever quits
A scene of peace, though soothing to his soul:
Again he rouses from his moping fits,
But seeks not now the harlot and the bowl.
Onward he flies, nor fix'd as yet the goal
Where he shall rest him on his pilgrimage;
And o'er him many changing scenes must roll
Ere toil his thirst for travel can assuage,
Or he shall calm his breast, or learn experience sage.

XXVIII

A cavallo! a cavallo! Childe Harold deixa uma mansão de paz, já querida de seu coração, e para sempre a deixa! Desperta outra vez dos seus devaneios, mas agora não anda atraz das mulheres e do vinho. E prosegue... —nem por ora está fixada a meta na qual ha de repousar da sua peregrinação. Sim, antes que a fadiga lhe affrouxe a ardente paixão das viagens, antes que possa quedar ou colher o fructo das lições da experiencia, primeiro ha de atravessar muitas e variadas scenas.

D. João V foi de Cintra a Mafra, uma tarde, escolher terreno para a edificação de um convento. Nascia esta obra da piedade real—dizem os seus biographos; —era o cumprimento e desobrigação de um voto, feito em 1711, para ter successão.

Mesmo junto do povoado, para a parte do nascente, dava nos olhos um sitio elevado com mui dilatada vista do mar, e uma fonte de abundante e excellente agoa. Chamava-se este sitio *da Véla*. Foi escolhido e comprado. E com outras terras e certas indemnisações importou tudo em 14:738$150 reis.

Nenhuma cousa era mais propria do senhor rei D. João V, que as ostentações religiosas. O jesuita Luiz Gonçalves, que em parte o governava, era o seu confessor. Quando subiu ao throno, se não pri-

mava pela cultura do entendimento, mostrava-se docil e muito temente a Deus. Porém, como é sabido, esses dois predicados perdiam n'elle por excessivos. [1] Timido como as mulheres, em cujo poder havia estado até os dezesete annos [2], a sua religião tocava o fanatismo. Com o correr do tempo e a pratica dos negocios alteraram-se profundamente essas qualidades, ou antes perverteram-se. Tornou-se resoluto, imperioso, assaz cioso do poder real. [3] E pensando talvez como o *Tartufe*:

Le ciel defend de vrai certains contentements;
Mais on trouve avec lui des accommodements,

a sua devoção não era mais que hypocrisia.

Por isso hoje o voto de D. João V dá invencivelmente a lembrar as jogralidades picantes do porteiro de *Macbeth*. Sabeis que o eterno *equivocator* de Shakespeare seria capaz de jurar a favor e contra cada uma das conchas da balança. Pois era assim tambem o magnifico monarcha. Mãos rotas para frades, para as grandezas do culto, e para a santa sé de Roma — a qual tão grossos cabedaes houve d'elle que foram calculados em 180:000$000 de cruzados — as meias trevas e a paz do templo iam tão bem ao natural pendor do seu espirito que era mesmo um louvar a Deus. Mas a luz suave e os mysterios ineffaveis de uma cella perfumada não eram menos captivos do seu real agrado. Esbelto e formoso, algum tanto trigueiro, vestindo a primor ricos trajos mandados de Paris, naturalmente espirituoso, liberal até o extremo, [4] beato e femieiro, é fama que D. João V fazia sem escrupulo mansão de prazeres do asylo sagrado das vestaes do christianismo. A sensualidade, porventura cançada,

[1] V. de Santarem — *Quad. Elem*, t. v, intr., pag. xv, nota e pag. ccxxv.

[2] Idem — pag. ccliv.

[3] Idem — pag. ccxxxix e cclv.

[4] Idem — pag. cclvi e cclvii.

havia mister de um estimulo forte, e esse estimulo era o peccado, porque desde a primeira edade do mundo foi sempre uma grande tentação do demonio o fructo prohibido!

Pintando a soltura de costumes do tempo, escreveu affoutamente o illustre Michelet: «Les cent maitresses du Régent, les trois cent nonnes portugaises de Jean V.» [1]

Roma deu-lhe o titulo de — *fidelissimo;* os cortezãos e os litteratos da sua Academia de Historia denominaram-no — *o magnanimo;* e o povo, que usa muitas vezes de uma linguagem pittoresca, ainda hoje lhe chama — *o rei freiratico.*

[1] *Hist. de France,* t. xv, pag. 110.

II

AS OBRAS DE MAFRA

Le palais de Mafra est un grand monument régulier et, chose assez rare dans ce pays, il est achevé.

Le Comte A. Raczynski—*Les Arts en Portugal*, pag. 330.

«Quiz el-rei fazer um templo e mosteiro que excedesse todos os famosos da christandade, não só de Hespanha: e na verdade alcançou com effeito e realidade o que pretendeu com o desejo e animo. Porque na sua edade e em muitos annos depois não foi edificada tão grande, tão magnifica, nem tão perfeita e polida fabrica. Chamou de longes terras os mais celebres architectos que se sabiam, convocou de todas as partes officiaes de cantaria destros e sabios, convidou a uns com honras, a outros com grossos partidos, obrigou a outros com tudo junto. Á voz da grandeza da obra accudiu de todo o reino numero infinito de peonagem a servir e trabalhar e ganhar jornaes (que este bem tem as obras grandes, manter muitos pobres). Havia muito dinheiro e fidelidade nos ministros, voava a obra, não só corria.» [1]

[1] *Hist. de S. Dom.* P. I, l. VI, cap. XIII.

É por estes periodos de uma singelleza inimitavel que fr. Luiz de Sousa principia a sua descripção da Batalha.

Tambem D. João V fizera um voto como o heroico mestre de Aviz, e como elle queria erigir «um templo e mosteiro que excedesse todos os famosos da christandade.» Porém, o gosto do seu tempo era presumido e falso; e, se «havia muito dinheiro» para a construcção da Batalha, havia bem pouco ou nenhum, quando se começou a trabalhar nas obras de Mafra. Estava no mesmo caso a «fidelidade dos ministros» pois aos cofres do estado não chegava uma quarta parte das rendas publicas. [1]

Mas o confronto das duas epochas e dos dois monumentos está já feito, e feito por não menor pessoa que Alexandre Herculano.

Ouçamol-o discorrer que o mesmo a deleitar nos.

«Collocae pela imaginação Mafra ao pé da Batalha, e podereis entender quanto é clara e precisa a lingoagem d'estas chronicas, lidas de poucos, em que as gerações escrevem mysteriosamente a historia do seu viver. A Batalha é grave como o vulto homerico de D. João I, poetica e altiva como os cavalleiros da ala de Mem Rodriguez, religiosa, tranquilla, santa, como D. Filippa rodeada dos seus cinco filhos. As mãos que edificaram Santa Maria da Victoria, meneando as armas em Aljubarrota, deviam ser vencedoras. A Batalha representa uma geração energica, moral e crente; Mafra uma geração afeminada, que se finge forte e grande.» [2]

No dia 17 de novembro de 1717 lançou-se a primeira pedra nos alicerces da egreja.

Fr. Claudio da Conceição narra, com verdadeira paciencia de frade, as curiosas circumstancias d'aquella solemnidade, que foi celebrada com extraordinaria pompa. [3] A ser verdadeiro quanto ali se refere, até o celebre escriptor do *Elogio da Loucura* acharia que aproveitar d'esse capitulo. No fim diz seccamente, como se lhe

1 V. de Santarem — *Quad. Elem.* t. v, intr., pag. CCXLVIII.

2 *Panorama* de 1843, pag. 189.

3 *Gab. Hist.* t. VIII c. X.

escapassem as palavras: «Gastou-se n'esta funcção duzentos mil cruzados.» [1]

Ao embaixador de França em Lisboa parecia impossivel que se podesse levar a cabo esta obra, e presumia elle que era mister para executal-a *todo o dinheiro que havia em Hespanha, e que ainda assim não seria bastante.* [2] Accrescentava o abbade de Mornay que *os rendimentos publicos se achavam exhaustos.* [3] Havia tambem muita falta de braços. Para abrirem depressa os alicerces de tão desmesurada fabrica, seriam porventura bastantes os 400 a 600 homens que lidaram n'isso. [4] Porém, mettida obra de pedreiro, no inverno, com os dias pequenos, reconheceu se a necessidade dos canteiros fazerem serão. [5] Trabalhava-se, pois, sem descanço, de dia e de noite!

Ao mesmo tempo, em Roma, em Veneza, em Milão, em Genova, em Paris, em Liége, em Antuerpia, em Amsterdão, em todas estas cidades, e até na America, se trabalhava para Mafra. O rei tinha de lá mandado vir sinos, relogios, tocheiros de bronze, candelabros, lampadas, baixos relevos, calices, custodias, tapetes, paramentos, etc.—e, do novo mundo, navios carregados de madeiras. Da Italia tambem vieram tres mil pranchas de nogueira para os caixões da sacristia. [6] Mas só os carrilhões, feitos em Antuerpia e Amsterdão, custaram 50:000 moedas de ouro (250:000$000)! [7]

Entretanto, o trabalho luzia pouco, a obra progredia lentamente, e sabe Deus se teria o mesmo fim que o palacio da Ajuda, a não serem duas circumstancias por egual poderosas no animo do rei.

Era a primeira cair ao domingo, em 1730, o dia dos seus annos, e dispor o ritual romano que as egrejas só podem ser sagradas

[1] Idem.—pag. 118.

[2] V. de Santarem — *Quad. Elem.* t. V, *intr.*, pag. CCLI, nota.

[3] Ibid.

[4] *Gab. Hist.* t. VIII, pag. 85.

[5] Idem.—pag. 131.

[6] Idem—pag. 127, 128 e 129. V. de Santarem. *Quadro Elem.* t. V, *intr.*, pag. CCLI, nota.

[7] V. de Santarem.—ibid.

nos domingos e dias de preceito, e alma tão devotada a um tempo ao amor de Deus e ás vaidades do mundo não podia soffrer, na verdade, que se perdesse a singular coincidencia de se ver o mesmo sol allumiar as duas grandes festas! [1]

Foi a segunda estarem já mui destros no cantochão os frades que elle tinha mandado aprender com mestres de Italia o canto gregoriano, porque a suave brandura do canto capucho não podia encher as abobadas de Mafra, e D. João V «parece que escrupulisava retardar a Deus aquelles reverendos cultos.» [2] *Parece que escrupulisava*—notae esta expressão—porque o respeito devido á memoria de um soberano tão liberal com o clero não consentia ao padre affirmar a existencia de um escrupulo tão extravagante. O caracter por extremo beato do monarcha auctorisa a suppôl-o, talvez. Fosse como fosse, o rei devia sem falta experimentar com muita vehemencia o desejo piedoso de sentir echoar o forte psalmear dos frades no recinto augusto e magestoso da real basilica de Mafra. Pois era tão grande o seu enthusiasmo por ella que, tendo chegado ao Tejo uma embarcação com oito sinos, que vinham de Genova para Mafra, D. João V foi a bordo vel-os á meia noite! [3]

Resolveu-se, portanto, dar um grande impulso ás obras, e foi o anno de 1729 que marcou este novo periodo da sua historia.

Por ordem de el-rei, marchou para Mafra o marquez de Marialva, general de cavallaria, governador da provincia da Estremadura, commandando 1:500 cavallos da força do exercito para puxarem aos carros de trabalho. [4] Para lá foram tambem das cavallariças reaes 660 bestas. A nobreza da côrte, para lisongear o gosto do soberano, offereceu as que tinha, em numero de 1:340. Levaram para Mafra «muitos caixões de varias cousas pertencentes ao culto divino

1 *Gab. Hist.* t. VIII, pag. 141 e 142.
2 Idem—pag. 134 e 142.
3 V. de Santarem—*Quad. Elem.*, t. V, intr., pag. CCLII, nota.
4 Idem—pag. CCLI, nota.

e accommodação dos frades.» [1] Mas poucos dias serviram porque el-rei os dispensou d'esta obsequiosa fineza. [2]

No mez de junho ordenou-se por todo o reino o alistamento de quantos operarios «n'elle se poude achar.» «Carpinteiros, pedreiros e trabalhadores.» [3] «De sorte que — diz o visconde de Santarem — não havia carpinteiro de sege que não estivesse atarefado com trabalho, e quando porventura succedia quebrar-se uma roda da sege de um embaixador ou ministro não havia quem a concertasse, e era-lhe forçoso andar a pé.» [4] Para a conducção da pedra mandaram-se tambem fazer 2:000 carros e comprar 1:726 bois; muitos foram levados dos conventos; e não tinham conta os dos lavradores que davam dias de trabalho para Mafra. [5] E ademais ampliou-se a planta do edificio, posteriormente destinado para cerca de 300 religiosos. Foi necessario desfazer em parte o que estava feito, [6] e até não se hesitou perante a necessidade de rebaixar um monte para a parte do sul. Recorreu-se outra vez ao exercito: 7 mil homens e 500 cavallos foram empregados em levar a cabo a idéa insensata de arrazar um monte!... Gastavam-se em minas um dia por outro 30 arrobas de

[1] *Gab. Hist.* t. VIII, pag. 149.

[2] Idem—ibidem.

[3] Idem—pag. 143. V. de Santarem.—*Quadro Elem.* t. V, intr. pag. CCLI, nota.

[4] V. de Santarem—Idem. pag. CCLII, nota.

[5] «Dos carros e bois dos lavradores se não pode dar numero certo, porque vinham não só das visinhanças de Mafra, de semanas em semanas, dar tantos dias de trabalho, mas tambem de outras terras mais distantes muitas legoas; mas é sem duvida que foram muitos milhares, por haver columnas e outras pedras de tanta grandeza que para conduzil-as eram necessarios 30 e, ás vezes, 50 juntas de bois, e andavam os caminhos cheios d'estas conducções: houve dias em que se contaram nas estradas a conduzir pedra, cal e tijolo, 2:500 carros.» —*Gab. Hist.* t. VIII, pag. 145.

[6] *Panorama* de 1840, pag. 66.

polvora, e a despeza em cada mez excedia 70:000 cruzados. [1] Com o entulho que d'ali se tirou se encheu e terraplenou um *profundo valle*. [2] Dest'arte se fez o rocio que defronta o palacio, e se denomina —*Largo do Real Edificio.*

Em torno do enorme quadrado de cantaria, cujos lados subiam da terra similhantes a grossas muralhas de um castello formidavel, marulhavam e referviam, como ondas, os magotes de trabalhadores e operarios. E assim como ellas, depois de quebrarem com furia, se derramam e somem entre os rochedos, para logo se unirem e crescerem e avançarem de novo, tambem aquellas fortes massas de homens, ora se partiam e escoavam por detraz das muitas pedras amontoadas, das serras de areia e de tijollo, dos carros e apparelhos e engenhos, ora se juntavam para recomeçarem incessantemente a mesma lida. A humilde povoação de Mafra estava inteiramente mudada. Em vez de uma povoa, quasi perdida entre montes, parecia já «uma grande villa.» [3] As casas que se tinham construido para algumas pessoas, e principalmente as construcções de madeira onde estava a Vedoria Geral, e onde residiam os officiaes militares que «assistiam ao governo dos soldados, — os mestres de obras e outras pessoas de alguma distincção»; [4] —toda essa casaria, em cujas lojas se accommodavam os bois e as bestas de carga, occupava um espaço tão grande que se lhe chamava—*Ilha da Madeira.* Pois «se podia dizer com razão não seria pequena a ilha que houvesse de produzir toda a madeira que em Mafra se gastou e consumiu.» [5] Havia tambem muitas casas onde estavam as officinas dos ferreiros, vidraceiros, latoeiros e pintores: grande numero de telheiros de taboas, habitação dos operarios; barracas de campanha nas quaes se recolhia «muita parte dos soldados» e uma infinidade de casas de

1 Ibid.
2 *Gab. Hist.* t. VIII, pag. 127.
3 Idem—pag. 50.
4 Ibid.
5 Ibid.

pasto, onde todos, trabalhadores e artifices, podiam comer a credito dos seus jornaes.[1] Finalmente, sobre um ponto elevado, dominando este conjuncto singular, erguia-se com rustica singelleza, mas não sem melancolica poesia, uma ermida de madeira, a qual se abria por deante e pelos lados para toda aquella gente, ajoelhada ao ar livre, poder assistir ao sacrificio da missa em todos os dias santificados.[2]

Mas, a despeito dos maiores esforços e de tão avultadas despezas, no dia 22 de outubro de 1730, — em que D. João V fazia quarenta e um annos, e fôra o dia marcado para a sagração da basilica, cujas festas memoraveis duraram oito dias, — ainda não estava totalmente concluído o interior da egreja, nem o zimborio, nem o convento, do qual «se via a quadra com os dois lanços do norte e poente em meia altura, com duas ordens de cellas acabadas, que faziam o numero de 40, estando destinado para 273, como de facto tem hoje.»[3] E é digno de reparo que para se terminar o grandioso monumento decorreram mais tres annos!

O remate do zimborio foi contractado em lanço á parte por 400:000 cruzados, com a condição de ficar «na sua ultima perfeição dentro do termo de tres annos.»[4] Ainda em abril de 1731 trabalhavam em Mafra 10 a 12 mil homens,[5] aos quaes se deviam salarios havia cinco mezes. E por ajuste de contas montava já em maio esta divida á enorme quantia de 3:435:000 cruzados. De

1 Ibid.
2 Idem — pag. 151.
3 Idem — pag. 165.
4 Idem — pag. 277.
5 Durante a construcção da basilica trabalharam diariamente 20 a 25 mil homens (*Gab. Hist.* t. VIII, pag. 131; e *Panorama* de 1840, pag. 66). Em 1729 e 1730 o numero de empregados e jornaleiros ascendeu a 45 mil ou 47:836, andando a despeza mensal das folhas por 404:375$400 reis. (*Gab. Hist.* t. VIII, pag. 144; *Panorama*, ibid., e V. de Santarem, *Quad. Elem.*, t. V, intr., pag. CCLII.

1733 em diante continuaram por arrematação algumas obras, pagando el-rei uma consignação mensal de 50:000 cruzados. [1]

Era mui triste a situação do reino. Se os frades já não subiam ao pulpito para invectivar o monarcha, como tinham feito no principio do seu reinado; se não havia tambem o minimo receio de que as freiras de Odivellas repetissem o escandalo que pelo mesmo tempo deram ao mundo, quando se rebellaram contra o moço rei, que depois seu tão fino amante foi; — por outro lado, a loucura das obras de Mafra tinha custado sommas fabulosas (mais de 12:000:000 de cruzados por anno). [2] O governo luctava com muitas difficuldades para accudir ás suas despezas, e não podia pagar. Pareciam volver de novo os tristes dias de 1713 em que o agente Viganego escrevia a Luiz XIV que na côrte não havia vintem. [3]

Entretanto, o reino tinha mais um convento que o povo das cercanias de Mafra ainda hoje chama *a maravilha do mundo*. E estava satisfeito o desmedido orgulho do soberano.

Solida e firme na sua base de granito, rasgando as nuvens com as suas torres altissimas, encarando sevéra na immensidade dos mares, ali estava emfim de pé Mafra, a portentosa Mafra, com o seu vulto gigantesco e a sua estrondosa voz de bronze, pregoando aos seculos a magnificencia e a gloria de el-rei D. João V!

Aquella immensa mole, principiada a construir em 1717 estava acabada de todo em 17 de setembro de 1735. [4]

1 *Panorama* de 1840, pag. 67.
2 V. de Santarem — *Quad. Elem.*— t. v, intr, pag. CCLI, CCLII, nota.
3 Idem — pag. CCXXVII, e n. 1 e 2.
4 *Gab. Hist*. t. VIII, pag 282.

III

Convento e palacio!...—Extremos de espanto de lord Byron.

Antes de se avistarem as torres e o elegante zimborio da basilica de Mafra, formado por duas cúpulas concentricas como o de S. Pedro de Roma, um terreno agro e montuoso, sem vegetação e sem agua, sem uma sombra ou uma flôr, dá logo a lembrar a austeridade do cenobio. Cresce o enfado da jornada com a monotonia da paisagem. É tudo arido como a penitencia, e triste como a solidão. Apenas ao longe recortam graciosamente o horisonte as curvas pittorescas e os arrojados pincaros da serra de Cintra.

Mais um lanço de estrada que já não se vence sem ouvir primeiro o som melodioso e argentino dos sinos do relogio; uma volta ainda, e vereis, não distante, uma grande escadaria e uma sombra immensa a espreguiçar-se na relva. É d'este modo que vos apparece a obra de Ludovici; é d'este modo que vos apparece Mafra—de repente, como uma mutação de scena no theatro. Não se fica admirado, fica-se estupefacto! O que se vê é monstruoso e opprime a alma como um pezadelo de pedra.

Ide vêr Santa Cruz de Coimbra, a Batalha, os Jeronymos de

Belem. Successos extraordinarios da nossa e da universal historia é o que exprimem esses monumentos, e por isso vos fazem revolver no peito os mais altos pensamentos:—a fundação da monarchia com D. Affonso Henriques — o robustecimento d'ella com D. João I — e a sua dilatação e engrandecimento no glorioso reinado de D. Manuel, que os quiz assignalar no marmore e no emblema das espheras. Acontece, porém, diversàmente com o edificio de Mafra.

Sabeis que o levantou um rei generoso, dado aos prazeres e, na apparencia, devoto. Esses tópicos do caracter de D. João V, que são tambem os do seu reinado — beataria, sensualidade e magnificencia—eis tudo o que vos diz essa prodigiosa fabrica.

A egreja com seus portaes gradeados, os seus nichos com estatuas de santos, e o adro espaçoso e bem lançado, occupa o centro da frontaria principal. Em cada extremo avulta um enorme torreão denegrido pelo tempo, com a base talhada obliquamente á feição das fortalezas, e uma cúpula pezada e desairosa. As torres, carregadas de pilastras; as extensas linhas de janellas, cuja uniforme vulgaridade iria melhor a um quartel ou hospital; as portas pintadas de vermelho; as paredes de óchre; e, finalmente, os fossos murados que rodeiam os torreões, e por onde entra luz para subterraneos; completam o feio aspecto d'esse monumento rico, mas sem elegancia, como lord Byron escrevia a sua mãe com tanta propriedade e bom sizo.

Do vasto edificio de Mafra resalta o contraste mais extravagante. «Mafra ficou duvidosa no desenho entre o mosteiro e o palacio— escreveu A. Herculano.—As duas entidades architectonicas compenetram-se ahi de um modo inextricavel. A purpura está lá remendada de burel; o burel alindado com purpura, e o sceptro do rei enlaça-se com a corda de esparto, ao passo que a alpargata franciscana ousa pisar os degraus do throno.» [1]

Variada, complexa e, todavia, una, porque se reduz ao cara-

[1] *Panorama* de 1843, pag. 189.

cter do fundador, tal é a primeira impressão de Mafra, e não póde ser mais triste, nem mais desagradavel. Lord Byron, como extrangeiro, sentiu-a principalmente no que ella tem de mais geral—a anthitese do convento e do palacio. Mas disse-a com a justeza, a nitidez e a perfeição com que os grandes mestres sabem fazer estas pequenas cousas. Só dois traços, mas tão firmes e expressivos que nunca mais esquecem a quem os viu uma vez!

XXIX

Yet Mafra shall one moment claim delay,
Where dwelt of yore the Lusians' luckless queen;
And church and court did mingle their array,
And mass and revel were alternate seen;
Lordlings and fréres — ill-sorted fry I ween!
But here the Babylonian whore hath built [1]
A dome, where flaunts she in such glorious sheen,
That men forget the blood which she hath spilt,
And bow the knee to Pomp that loves to varnish guilt.

XXIX

Todavia, Mafra lhe pedirá um momento de demora; Mafra, onde viveu n'outro tempo a infeliz rainha de Portugal; onde as vestes da egreja se confundiam com as galas da côrte, onde se alternavam

[1] The extent of Mafra is prodigious: it contains a palace, convent, and most superb church ....

....

About ten miles to the right of Cintra is the palace of Mafra, the boast of Portugal, as it might be of any country, in point of magnificence, without elegance.—*Lord B. to his mother, Aug. 1809.*

missas e festins; e ora se viam nobres, ora se viam frades —
nha salsáda, penso! Mas a prostituta de Babylonia levantou :
monumento, [1] com o qual se pavoneia em tão glorioso ex
que os homens se esquecem do sangue que ella tem derrama(
dobrarem o joelho á Pompa com que se praz de revestir-se o

[1] A grandeza de Mafra é prodigiosa; comprehende um palaci
convento e uma egreja magestosa........................
....

Perto de dez milhas á direita de Cintra está o palacio de Mafr
que se ufana Portugal, como poderia fazel-o qualquer paiz, con
peito á magnificencia, sem elegancia.—*Lord B. a sua mãe, Ag. de* .

IV

A BASILICA

O mau effeito que produz em toda a pessoa de gosto a pezada e carrancuda frontaria do palacio esquece logo a quem entra os umbraes do templo. A belleza dos marmores multicôres, delicadas e primorosas esculpturas, e as obras de mosaico, captivam os olhos pasmados de tanta riqueza e explendor.

Desde a porta até o altar-mór vão $62^m,26$; e o corpo da egreja tem $12^m,65$ de largo, e medindo tambem o espaço que tomam as capellas lateraes $31^m,24$. Tem 58 estatuas collossaes de marmore, que representam os santos fundadores de ordens religiosas, e observa um escriptor dos nossos dias que foram esculpidas quasi todas por artistas nacionaes, discipulos de Alexandre Justi, estatuario italiano, e primeiro director da *casa do risco* estabelecida em Mafra. Algumas têem verdadeiro merito, quer se considerem nos seus accessorios, quer pelo vivo sentimento que despertam á primeira vista. O retábulo da capella-mór é um bello quadro do Trevisani, representando Santo Antonio no extasis de receber o Menino Jesus das mãos da Virgem Maria. São de alto relevo em marmore branco

todos os retábulos das outras capellas, que vem a ser dez, tres de cada banda, duas no cruzeiro, e mais duas, uma de cada lado da capella-mór. E porque não é para o meu fraco engenho esmerilhar todas as bellezas d'esse templo magestoso, direi, finalmente, que tem seis orgãos: — dois na capella-mór, ambos magnificos e da mais bella e mais rica ornamentação; — e os outros no cruzeiro, superiores e fronteiros ás portas das capellas de S. Pedro de Alcantara e da Conceição.

Não traz, infelizmente, o *Childe Harold* o juizo de lord Byron sobre a basilica de Mafra. Todavia, não me parece que o devamos accusar por isso. Quando compunha o riquissimo poema, encarnando a sua individualidade poderosa em tão singular personagem, e praticando liberdades que vão muito além das que ainda são permittidas a poetas e pintores, nada indica da parte d'elle o proposito de escrever em verso a relação da sua viagem a Portugal. Pelo contrario, amontoados na phantasia os quadros da natureza, da historia, do caracter e costumes dos climas que percorrera, e das varias gentes que tratára, não admira nem surprehende que o sublime artista, ao pegar na palheta e no pincel, escolhesse uns, pozesse outros de parte, e preferisse aquelles que, pela sympathia ou pela saudade, attraíam mais, no enlevo seductor da composição, os olhos namorados da belleza eterna!

As poucas linhas que o poeta escreveu ácerca de Mafra na nota e na carta a sua mãe, citadas ha pouco, tambem não podem satisfazer a justa anciedade do leitor, pelo que respeita á egreja. Por isso transcreverei aqui um juizo sobre a basilica de Mafra, o qual pendo a crêr que elle não recusaria. É de William Beckford, o viajante célebre, o homem de gosto, o escriptor distincto, cujos talentos lord Byron admirava, e cuja magnificencia de principe foi exaltada por elle, com tão sentida magoa, defronte das ruinas pittorescas do palacio de Monserrate.

Eil-o:

«Para nos abrigarmos do sol que dardejava com força sobre nossas cabeças, entrámos na egreja passando por debaixo d'aquelle sumptuoso portico, o qual não poucas lembranças me dá da basilica

de S. Pedro, sendo poveado de estatuas de santos, cinzeladas com extremo primor e delicadeza.

«A primeira vista da egreja é magestosa.

«Dá logo aos olhos o altar-mór com duas magnificas columnas de marmore vermelho e variegado, ambas inteiriças e de trinta pés de altura. Trevisani pintou magistralmente o retábulo, que representa Santo Antonio, no extasis de tomar nos braços o Menino Jesus, baixando á sua cella, cercado da refulgencia da gloria.

«Por ser amanhã festa de Santo Agostinho, cuja ordem religiosa está actualmente de posse d'este mosteiro, appareceram todos os candelabros aureos e cirios accesos. Tendo-nos demorado poucos minutos no meio d'esta explendida illuminação, visitámos as capellas collateraes, enriquecidas de perfeitissimos baixos relevos e com soberbos arcos de marmore preto e amarello de ricos veios e tão perfeitamente polido que reflecte os objectos como espelho. Nunca observei um conjuncto de formosos marmores como o que resplandecia por cima, abaixo e em redor de nós: o pavimento, a abobada, a cúpula e até o lanternim do remate são forrados dos mesmos preciosos e duraveis materiaes: rosas e grinaldas de palmas de marmore mui primorosamente lavradas enriquecem todas as partes do edificio. Nunca vi capiteis corinthios melhor modelados, nem esculpidos com maior precisão e engenho do que os das columnas que sustentam a nave.» [1]

Estas expressões concordam, em geral, com as de outro viajante, tambem dado ao estudo das bellas artes—o conde de Raczynski.

Diz assim:

«A egreja de Mafra é, como a da Estrella, uma imitação em miniatura da de S. Pedro. Tem proximamente 65 metros de comprido e por dentro é forrada de marmore côr de rosa e branco. O retábulo do altar-mór, que representa Santo Antonio em adoração diante da Virgem, obra do seculo XVIII, é um bello quadro. Porém, o estylo dos baixos relevos feitos em marmore branco, que adornam os de-

[1] *Panorama* de 1850, pag. 287.—Viagens de Beckford a Portugal, Carta XVI.

mais altares, está longe de ser classico. Todavia, a egreja toda, vista interiormente, fórma um conjuncto harmonioso de proporções e de côres. A um tempo rica e simples, apresenta a mais completa unidade: — é um modelo de architectura. Não procureis anachronismos nem confusão de idéas, que os não tem; — e, se o progresso não chegar até lá, ha de ser bella até cair.» [1]

Os paramentos, mandados vir da Italia, a todos maravilham pela qualidade do tecido, pelo bom gosto dos desenhos, e pela perfeição do bordado. Não sei se é verdade, como se diz, que o monarcha no dia da sagração os mandou estender sobre o pavimento, e exclamou para a sua côrte: — *Admiram-se! Pois saibam que o que estão vendo me custou mais dinheiro que toda essa grande machina de pedraria que nos cerca.* Esta anecdota, que póde ser tão pouco verdadeira como a que se conta do preço dos carrilhões, serve todavia para dar idéa da riqueza dos paramentos, grande parte dos quaes, segundo a exacta affirmativa do redactor do *Panorama* (1840, pag. 67), foi distraída para a patriarchal e outras egrejas.

[1] Raczynski — *Les Arts en Portugal*, pag. 337.

V

Orgãos e cancellos—Palestra com os frades—A paisagem—«Ecce iterum...»

Os orgãos de Mafra causaram tambem admiração a lord Byron. «Os seis orgãos—diz elle ainda na nota que citei—são os mais bellos que tenho visto, quanto a decorações. Não os ouvimos tocar, mas disseram-nos que as vozes correspondiam ao explendor da fórma. [1]» Hoje... estão quasi todos arruinados!

Não faz menção dos orgãos o conde de Raczynski, mas falla com grande louvor de uns cancellos de ferro, com ornamentos dourados, que viu na capella-mór e na do Sacramento, no cruzeiro, do lado do Evangelho. [2] N'esta ainda está um, mas o da capella

[1] «The six organs are the most beautiful I ever beheld, in point of decoration: we did not hear them, but were told that their tones were correspondent to their splendour.—*Nota á est.* XXIX.

[2] «Une des choses qui m'a le plus frappé dáns cette eglise ce sont deux énormes grilles en fer d'un très beau travail ornés de dorures qui separent la *Capella-Mór* et une autre chapelle latérale de la nef.—R[acz]*ynski*, pag. 337.

mór, mandado vir para Lisboa por ordem do ministerio das obras publicas, acha-se presentemente no museu archeologico do Carmo.

Lord Byron visitou egualmente a grande livraria do convento, e notou que os religiosos eram bastante cortezes e entendiam latim. Tivemos, pois, — accrescenta elle — uma larga conversação. [1]

A darmos credito ao que diz Byron, os frades perguntaram-lhe se na sua patria *havia livros*. É uma cruel ironia, mas nós temos por casa exemplos de outras similhantes.

Á saída de Mafra, lord Byron dá-lhe para se extasiar deante da paisagem, que é arida e triste a mais não poder ser. Não me espanta esta singularidade, porque o sol brilhante da peninsula, a pureza do céo, e a transparencia da athmosphera transformam tudo aos olhos encandeiados de um inglez, e por isso diz com muito acerto o sr. Emilio Castellar na *Vida de lord Byron* (*Tercera parte*, pag. 49): —«Rompio, pues, los hierros de su cárcel, y se encontró en plena libertad; atravesó las nieblas britanicas, y fue a bañar-se en nuestros dilatados horisontes, en nuestro claro cielo, en nuestra vivissima luz. Si los hijos del Mediodia no podemos contemplar una puesta de sol, cuando las nubes se tiñen de purpura, cuando las montañas casi se trasparentan, cuando las aguas del mar toman toda suerte de matices, sin dejarnos arrastrar por el encanto de aquella fiesta de armonias y colores, ¿ que le succederá al hijo del Norte acostumbrado a ver siempre sus arboles gigantes y su sol pálido á través de las gasas de sus nieblas?»

Ainda não está dito; entre os arrebatamentos lyricos em que o lança de subito a vista dos arredores de Mafra, o satyrico poeta abre um pequeno parenthesis para arremessar de novo aos portuguezes o labéo de escravos!

O que tudo consta da estancia que reza assim:

[1] «There is a convent annexed: the monks, who possess large revenues, are corteous enough, and understand Latin; so that we had a long conversation. They have a large library, and asked me if the English had *any books* in their country.» —*Lord B. to his mother, Aug. 1809.*

XXX

O'er vales that teem with fruits, romantic hills,
(Oh, that such hills upheld a freeborn race!)
Whereon to gaze the eye with joyaunce fills,
Childe-Harold wends through many a pleasant place.
Though sluggards deem it but a foolish chase,
And marvel men should quit their easy chair,
The toilsome way, and long, long leag to trace,
Oh! there is sweetness in the mountain air,
And life, that bloated Ease can never hope to share.

XXX

Childe Harold vae percorrendo muitos sitios aprazíveis, pelos aes é enlevo de alma espairecer os olhos satisfeitos: — valles carгados de fructos, — romanticos outeiros (Oh, que os não habite na raça de homens livres!) Em que pese aos mandriões que julm a vida errante apenas uma loucura, e pasmam de que haja em deixe a sua commoda poltrona para supportar os maus camios, para andar legoas e legoas... Oh quanto é puro e vital o ar s montanhas! Nunca espere a gorda Inercia sentir-lhe os beneios.

CONCLUSÃO

Agora para acabar fallemos da partida, pois «antigo e natural é o desejo de conhecermos até as minimas particularidades da vida dos homens que sobresáem do vulgo» como apprendemos na biographia de um insigne artista portuguez, devida á penna do illustre academico, e meu excellente amigo, o sr. Silva Tullio. [1]

No dia 17 de julho de 1809 lord Byron atravessou o Tejo, desembarcou em Aldêa Gallega, montou a cavallo e partiu para Sevilha.

Nas estalagens da estrada as sós commodidades que achou foram ovos, vinho e camas duras. Todavia, julgava-as muito bastantes em tão ardente estação.

As suas bagagens e parte dos creados mandou-os ir por mar para Gibraltar. [2]

1. *Archivo Pittoresco* de 1865, pag. 12 — *Constantino. (Rei dos Floristas).*

2. Lord B. a sua mãe — Gibraltar, 11 de ag. de 1809.

Ao passar a fronteira, Byron lança outra vez aos portuguezes o costumado insulto de escravos. Mas, talvez para não parecer que está sempre a repetir a mesma affronta, aggrava-a ainda mais, rebaixando-os ao ultimo ponto:

XXXIII

. . . .
For proud each peasant as the noblest duke:
Well doth the Spanish hind the difference know
'Twixt him and Lusian slave, the lowest of the low. [1]

XXXIII

... o camponez hespanhol é tão soberbo como o duque mais nobre, e conhece bem a distancia que vae d'elle ao escravo portuguez, o ultimo dos escravos. [2]

1 As I found the Portuguese, so I have characterized them. That they are since improved, at least in courage, is evident. The late exploits of Lord Wellington have effaced the follies of Cintra. He has, indeed, done wonders: he has, perhaps, changed the character of a nation, reconciled rival superstitions, and baffled an enemy who never retreated before his predecessors.—1812.

2 Como achei os portuguezes, assim os caracterisei. D'então para cá é evidente que tem melhorado, pelo menos em coragem. As ultimas façanhas de lord Wellington fizeram esquecer as loucuras de Cintra. Com effeito, elle tem obrado maravilhas: tem, porventura, mudado o caracter de uma nação, conciliado superstições rivaes e vencido um inimigo que nunca retirou deante dos seus antecessores.— 1812.

A emenda é peior que o soneto!

NOTAS

AO PRELIMINAR

NOTA A.

Direis então que a idéa de liberdade, passando rapida como o vento sobre a superficie das aguas, lhe veiu agitar os cabellos, compôr o gesto, animar o semblante e inspirar a democratica saudação á joven e florescente America em que termina a *Ode*............. pag. III

One great clime,
Whose vigorous offspring by dividing ocean
Are kept apart and nursed in the devotion
Of Freedom, which their fathers fought for, and
Bequeath'd a heritage of heart and hand
And proud distinction of each other land,
....

NOTA B.

Assim anda arrastada entre nós a memoria do maior poeta que deitou a Inglaterra depois de Shakespeare;

aquelle que o visconde de Almeida Garrett resolveu seguir e desassombradamente seguiu........... pag. VII

Quando disse na *Dona Branca*:

> Aureos numes de Ascreu, ficções risonhas
> Da culta Grecia amavel.....................
> ....
> .... teu culto abjuro,
> Tuas aras profanas renuncio;
> Professei outra fé; sigo outro rito

depois d'elle haver cantado no *Childe Harold*:

> Nor mote my shell awake the weary Nine
> To grace so plain a tale — this louly lay of mine.

«*Dona Branca* fut son premier ouvrage dans la nouvelle voie. C'etait un roman en vers, selon les formes de Cortereal, de Quevedo, de Durão, de Basilio da Gama, et d'autres poëtes portugais et brésiliens des seizième, dix-septième et dix-huitième siècles. Mais le sujet, les episodes, l'inspiration s'eloignaient des poëtes classiques et se rapprochaient de Walter Scott et de lord Byron, de la *Dame du Lac*, de *Marmion*, de *Parisina* et du *Corsaire*.» SR. PEREIRA DA SILVA.—*La Littérature Portugaise*, pag. 132.

AO LIVRO I

NOTA A.

Linhas escriptas ao sr. Hodgson a bordo do paquete de Lisboa.................................... pag. 3

ord Byron chamava a este paquete *de Lisboa*, pela mesma razão ue nós diziamos *paquete inglez* ou *paquete de Inglaterra*, como é da—*Relação do que vem de mais notavel nas Gazetas de Lon-, até á data do primeiro do corrente mez de setembro, recebi-pelo paquete de Inglaterra, que chegou ao porto de Lisboa a 'este mez*—(set. de 1809). Lisboa. Na Impressão Regia. Anno CC.IX. Com licença;—e do *Diario Lisbonense*, citado na nota I.

NOTA B.

Mais direi, como remate d'estas breves noticias, que lord Byron ainda não possuia os avultados bens de fortuna, cuja memoria anda ligada á do elegante morador

do palacio Mocenigo, em Veneza, e á da sua gloriosa expedição á Grecia. Só depois os veiu a adquirir pelo seu casamento com miss Milbanke, herdeira da opulencia dos Wentworth, pelo producto das suas obras...... pag. 8

Childe Harold, I, II	Lb.	600
——— III	»	1,575
——— IV	»	2,100
Giaour	»	525
Bride of Abydos	»	525
Corsair	»	525
Lara	»	700
Siege of Corinth	»	525
Parisina	»	525
Lament of Tasso	»	315
Manfred	»	315
Beppo	»	525
D. Juan, I, II	»	1,525
——— III, IV, V	»	1,525
Doge of Venice	»	1,050
Sardanapalus, Cain, and Foscari	»	1,100
Mazeppa	»	525
Prisoner of Chillon	»	525
Sundries	»	450
Hours of Idleness, English Bards and Scotch Reviewers, Hints from Horace, Werner, The Deformed Transformed, Heaven and Earth, etc.	»	3,885
Life by Thomas Moore	»	4,200
	Lb.	23,540

(*The Poetical Works of Lord Byron—London, John Murray*, 1859).

NOTA C.

Foi esse principe que o povo de Lisboa, em altos brados de afflicção e angustia, viu embarcar para o Brazil no dia 27 de novembro de 1807, com toda a familia real e oitenta milhões de cruzados................ pag. 12

«Os valores que em dinheiro, trastes de oiro, prata e diamantes acompanhavam o regente, e fôram locupletar o Brazil, calcularam-se em oitenta milhões de cruzados. Para se amontoarem tão consideraveis riquezas tinha já o governo concorrido previamente pela sua parte, accumulando no real bolsinho todo o metal que lhe caía nas mãos, com escandaloso desprezo dos mais sagrados pagamentos. Os cofres publicos ficaram inteiramente exhauridos, e apenas no erario se deixáram ficar uns dez mil cruzados, com um atrazo de tres mezes aos officiaes do exercito, não sendo de menor monta a falta de pagamento aos credores do estado e aos funccionarios publicos.»—SR. S. J. DA LUZ SORIANO — *Historia da Guerra Civil*, 1.ª Ep., t. I, pag. 678.

NOTA D.

O principe regente, em vez de se collocar á frente do exercito para defender a nação .... pag. 13

«... a questão não era se podiamos resistir ao gigantesco poder da França, o que seria absurdo, mas ás forças que Bonaparte poderia mandar contra este reino...

«... os elementos haviam feito perecer grande numero de homens e cavallos no transito por Hespanha e pelas serranias da Bei-

ra-Baixa; a menor resistencia haveria consummado a inteira ruina do resto do exercito invasor nas gargantas das montanhas que separam aquella provincia da Extremadura.........................

....

«Sem duvida, pela falta de previdencia do ministerio, não se achavam promptos todos os meios de defeza, mas ás vezes a desesperação suppre a tudo; e, emfim, quando fossem baldados nossos esforços, perderiamos a fortuna, mas haveriamos conservado a honra.»—*Memoria Justificativa* de M. I. Martins Pamplona (depois conde de Subserra). Lisboa, 1821,—pag. 13, 15 e 16.

NOTA E.

Chegou o excesso a ponto que o general inglez Dalrymple teve que excluir do governo, para que haviam sido nomeados, o principal Castro, Pedro de Mello Breyner, e o conde de Sampaio.................. pag. 15

Porque não foi meu intento deslustrar a memoria de nenhum dos membros excluidos da regencia, principalmente a de Pedro de Mello Breyner, que na sua longa carreira politica e diplomatica prestou muito importantes serviços á sua patria, citarei em abono d'elle e dos seus collegas estas judiciosas considerações de um contemporaneo:

«...que flagrante injustiça não é excluir da regencia homens que o principe regente tinha nomeado, sem lhes fazer processo, sem os ouvir, até sem accusação? assim se infamam os homens por um acto de auctoridade publica? A minha opinião particular é que tal regencia não devia tornar a governar; mas isto é o todo da regencia, não excluir uns e metter outros, porque é esse um acto de auctoridade, que certissimamente não compete a um general auxiliar, e infamar os membros excluidos sem os pro-

cessar, nem ouvir, é um acto de injustiça, ainda que provenha de um conquistador; porque em fim é necessario ser consequente com os principios que se adoptam, ou por um ou por outro lado.» *Corr. Braz.* vol I, pag. 415 (out. de 1808).

NOTA F.

No mesmo dia do embarque dos francezes, 15 de setembro de 1808, a plébe de Lisboa começou a desmandar-se em taes excessos e violencias.......... pag. 20

Cuido ter provado, até superabundantemente, esses excessos do povo. Mas nunca será de mais o testemunho de um jurisconsulto tão abalisado como foi o desembargador Vicente José Ferreira Cardozo da Costa, a quem Bocage dedicou inspirados versos.

Eis o que elle diz na *Oração em louvor do principe regente:* «A plébe de Lisboa arrastada pela sua natural tendencia para a ochlocracia, contagiada com esta enfermidade summamente epidemica, que nas provincias se tinha deixado propagar; instigada por estas estrondosas vozes do governo que a confirmam nos seus prejuizos assume o exercicio da publica auctoridade; quadrilhas de rapazes e da mesma plébe infestam as ruas da cidade, e a tranquillidade dos seus moradores, insultando e prendendo os que lhe pareciam e que chamavam jacobinos...» *Corr. Braz.* vol. XIII, pag. 633 e 634 (nov. de 1814).

Francisco Machado de Faria e Maia Junior, neto do desembargador Cardozo, meu condiscipulo na universidade, amigo sempre verdadeiro, e auctor da *Determinação e desenvolvimento da idéa do direito, ou synthese da vida juridica*, é tambem um escriptor de muito conceito e de vastissima erudição da antiga e moderna philosophia.......

NOTA G.

É escusado observar que nem os proprios inglezes, que tinham derramado o sangue pela causa da independencia, escapavam da sanha popular. Havia com elles rixas frequentes, quando os implacaveis patriotas, armados de chuços, vagueavam pela cidade, assaltando e prendendo, principalmente francezes.............. pag. 32 e 33.

«No dia 23, pelas 9 horas da noite, foi preso um francez, cujo nome se ignora. A prisão foi feita pelo povo armado de chuços: e tendo uma escolta de cavallaria ingleza lançado mão d'elle, o levou para a guarda do Terreiro do Paço; houve todo o receio de alguma grande desordem, e talvez a houvesse, se o coronel da guarda da policia não tranquillisasse o povo.

....

«Hontem foi preso na Ribeira Velha Agostinho Clauster, francez, que declarou assistir em casa da viuva Lacombe, junto do Loreto, e egualmente foi preso um clerigo francez, chamado João Francisco Hovert, do qual lançaram mão os soldados inglezes, facto a que o povo se oppoz pedindo a sua entrega. O major da cavallaria da guarda da policia obstou a esta desordem, conseguindo que os officiaes inglezes o largassem, e fazendo-o conduzir ao castello.»

Arch. Nac. da Torre do Tombo — Int. Ger. da Pol. — *Contas para as Secretarias*, l. x, fl. 51 v. — 24 de jan. de 1809.

NOTA H.

A intendencia geral da policia... convidou todos os portuguezes a delatarem por palavras, ou por escripto, os inimigos da patria.......................... pag. 33.

«Os delatores foram convidados, honrados, e obrigados até com penas da Egreja; as denuncias em segredo, antipodas do patriotismo foram acreditadas como filhas do amor da patria; a desconfiança geral dissolveu todos os vinculos naturaes e civis que uniam os cidadãos; estes foram expostos aos procedimentos criminaes arbitrarios; os carceres se encheram de innocentes victimas; e os malévolos triumpharam da virtude até sem correrem o menor risco.»

Cit. *Oração em louvor do principe regente*, pelo dr. Ferreira Cardoso. — *Corr. Braz.* vol. XIII, pag. 472 e 473 (out. de 1814).

NOTA I.

Depois de uma excellente viagem de quatro dias e meio lord Byron estava nas aguas do Tejo .... pag. 37

O *Correio da Tarde*, n.º 35, de 8 de julho de 1809, allude á entrada do paquete, em que veiu lord Byron, nos termos seguintes:

«Os papeis publicos *chegados* pelo *paquete que entrou hontem n'este porto...*» etc.

E o *Diario Lisbonense*, n.º 53, que saiu no mesmo dia 8 de julho, diz tambem:

«Por noticias de Londres *chegadas hontem* se sabe...» — «Não tivemos *hontem* tempo de copiar algumas noticias das folhas inglezas...» etc.

O paquete era a *Princeza Izabel*, como se mostra d'esta

PARTE DOS SIGNAES

«No dia 7 entrou o paquete inglez por nome *Princeza Izabel*...» —cit. *Diario Lisbonense*.

NOTA J.

Já tinha morrido Bocage.................. pag. 38

«Lendo algumas paginas suas, sente-se que Bocage, nascido vinte annos mais tarde, daria um Byron á peninsula; mas um Byron christão, egualmente arrojado, egualmente altivo na pintura das paixões e da agonia moral, mas temperado pelos toques d'essa exquisita e suave tristeza contemplativa, que se gera da sensibilidade da alma e tão dolorosa chaga abre quasi sempre no coração dos poetas. São as lagrimas occultas que lhes expreme dos olhos o contacto do mundo, as que a chamma do engenho endurece em perolas, cingindo-as no diadema de que a posteridade os corôa!

«Talvez achem excessiva a apreciação. Antes de a condemnarem, abram os seus livros nos poemas aonde a lima passou mais lenta e a meditação se demorou um pouco. Vejam como os affectos delicados, e a linguagem d'elles, lhe eram familiares. Notem como o mêtro se dobrava flexivel á idéa, prestando matiz e relevo aos pensamentos. Combinem esses quadros (infelizmente curtos e fugitivos) com os quadros do cantor do *Childe Harold* e do *Corsario;* e digam se o coração e a vida não foram entendidos e interpretados; se rotos os vinculos da imitação classica, e alargados os horisontes da arte, Elmano deixaria de subir com a alma ás eminencias, aonde campêa orgulhosa a escola moderna.»

Rebello da Silva—Estudo biographico e litterario de M. M. B. du Bocage publicado á frente das suas *Poesias;* Lisboa, 1853, t. I, pag. XIII e XIV.

NOTA K.

Quantas bellezas, á primeira vista, tem Lisboa! Fluctuante, espelhada sobre as aguas d'aquelle porto ma-

gnifico, ás quaes a ficção dos poetas dá por fundo areias de ouro.................................. pag. 43

Na *Sat.* III—*Urb. Incom.*—diz Juvenal:

Omnis arena Tagi, quodque in mare volvitur aurum

E Ovidio, *Metam.*, L. II, v. 251:

Quodque suo Tagus amne vehit, fluit ignibus aurum

Foram essas areias muito celebradas dos antigos, conforme o testemunho de Pomponio Mela, *De Situ Orbis*, L. III, c. I: ...et Tagi ostium, amnis gemmas aurumque generantis — e de Plinio, L. IV, c. 35:—Tagus auriferis arenis celebratur.

NOTA L.

Nação impando de ignorancia e orgulho! Lambes e odeias a mão que brande a espada para te livrar da cólera implacavel do senhor das Gallias!........ pag. 43

Escravos torpes e vis, bem que nascidos nas pompas da creação!.............................. pag. 44

No tomo II das *Lendas e Narrativas* por Alexandre Herculano lê-se a traducção seguinte de parte das estancias XVI, XVII e XVIII do canto I do *Childe Harold*:

Nação impando de ignorancia e orgulho
Que lambe e odeia a mão que brande a espada
Que do Gallo assanhado á zanga o rouba....
....

Onde é sujo o palacio ao par da choça,
E o hospede forçado em lama trepa;
Onde nobres, plebeus nunca pensaram
Em ter limpa a casaca ou roupa branca,
Postoque a lepra egypcia os cubra e rôa,
Intacta de agua a pelle, e a grenha hirsuta.

Servos torpes e vis, bem que nascidos
Nas pompas da creação. Tola és, natura,
Com defunctos ruins em gastar cera.

NOTA M.

SUUM CUIQUE

Pag. 47

Diz bellamente o padre Antonio Vieira que a justiça «não é outra cousa que uma perpetua e constante vontade de dar a cada um o que merece.» *Sermões*, t. 2.º pag. 99 (ed. de 1682).

NOTA N.

... o povo portuguez contrastava em abatimento, baixeza e perversão de costumes com os brios e pujança de seus valorosos antepassados.......................... pag. 48

Com relação a outro periodo, tambem muito calamitoso, da his-

toria de Portugal, escreveu este elevado conceito o douto academico e distincto orador parlamentar, sr. conselheiro Silveira da Mota: «... epochas tanto mais desastrosas quanto a degeneração e ruina, que assignalam, contrasta com o poder e fortaleza d'outros tempos.» *Quadros de Hist. Port.* 4.ª ed., pag. 206.

AO LIVRO II

NOTA A.

Cresce a altura da fraga e as graças crescem!.... pag. 59

Este formoso verso, que inseri na traducção da est. xx, pertence á seguinte versão, publicada como epigraphe do artigo — *Convento da Pena em Cintra*—no *Panorama* de 1838:

Subis de espaço a tortuosa senda:
Voltando à face, repousaes na encosta:
Cresce a altura da fraga, e as graças crescem:
No mosteiro da Pena então parando,
Monges frugaes vos mostrarão reliquias,
E extranhas lendas vos dirão de outrora.

NOTA B.

...terra sanguinaria em que as leis não bastam para
proteger a vida.......................... pag. 60

Transcrevi já o fecho d'esta estancia a pag. 45. Porque o fiz? Por entender que era antes uma conclusão, embora exaggerada, do estado social do reino em 1809, que propriamente o resultado de uma impressão local, de uma impressão de Cintra. É evidente que as frageis cruzes de ripa que orlam a beira do caminho, das quaes falla o poeta, em nenhuma maneira se podem referir, como, aliás, pretende a tradição, ás grandes cruzes de pedra que indicam ao viageiro o trilho do convento dos *Capuchinhos*. Por outro lado, que fundamento ha para se poder suppor que esses indicios christãos de mortes naturaes ou violentas estivessem ali, por esse tempo, espalhados em tamanha quantidade que merecessem realmente menção especial? A não se querer insinuar á força que lord Byron teve o proposito deliberado de mentir e diffamar, quando é certo, como vimos, que os tristes successos da epocha lançam em grande parte um vivo clarão nas suas tremendas imprecações:—a não se querer insinuar isso, digo, é licito pensar que n'aquella estancia os oito primeiros versos vem apenas para exprimir o fim do ultimo, que é um facto historico. Esses versos são, digamos assim, a severa forma poetica (e bem livremente poetica!) em que se envolve meia disfarçada, meia núa, a verdade.

NOTA C.

Mas, por outro lado, feita a convenção, a grande Inglaterra, triumphante na Roliça e no Vimeiro; depois

de ter annunciado a victoria á sua opulenta capital pela bocca dos canhões da Torre de Londres..... pag. 71

Esta victoria foi tambem celebrada, pouco tempo depois, pela bocca dos seus poetas, do immortal Walter Scott:

«............ to Britain victory, to Portugal revenge!»
The Vision of Don Roderick—Int., 1—(1811).

NOTA D.

Apesar d'isso, apesar de tudo, terminado o armisticio, ultimou-se a convenção.................... pag. 71

Não é exacto, como pretendem alguns, que o armisticio de 22 de agosto de 1808 fosse assignado em Cintra, porque n'aquelle dia estava ainda no Vimeiro o quartel general inglez. — Vej. *Selection from the dispatches and general orders of Field Marshal the Duke of Wellington* by Lieut. Colonel Gurwood, pag. 235 e 236; —*Mémoires* de madame la Duchesse d'Abrantès, t. 12.º, pag. 86—89. A *Memoria* do general Dalrymple (*Memoir, written by General sir Hew Dalrymple of his proceedings as connected with the affairs of Spain, and the commencement of the Peninsular War*. London, 1830), que até lhe chama o «Armisticio de Vimiera» e «de Vimerra»—*intr.* pag. x—e pag. 124 e 131—diz o seguinte, a pag. 63—65:—«pouco depois da uma hora da tarde (*do dia 22 de agosto*) o general Kellermann chegou aos quarteis de sir Arthur Wellesley, no Vimeiro, onde encontrou sir Harry Burrard, sir Arthur Wellesley e a mim.—O fim da missão do general Kellermann era propôr da parte do general em chefe do exercito francez uma suspensão de hostilidades, com o fim de accordar uma convenção definitiva para os francezes evacuarem Portugal com armas e bagagens. Os gene-

raes sir Harry Burrard e sir Arthur Wellesley auxiliaram a discussão que houve n'esta conjunctura... Tirado a limpo o armisticio, foi este assignado por sir Arthur Wellesley e pelo general Kellermann, o qual se retirou...»

NOTA E.

O duque de Abrantes, disputando sempre a maxima vantagem para os francezes, não queria perder a que já obtivera pelo artigo setimo da suspensão de armas, isto é, pretendia tambem salvar a esquadra russa. Mas não o conseguiu porque o almirante Cotton teve a energia que faltou a Dalrymple............ pag. 71 e 72

«Artigos de uma convenção ajustada entre o vice-almirante Seniavin, cavalleiro da ordem de S. Alexandre, e outras ordens da Russia; e o almirante cavalleiro Carlos Cotton, Baronet, para o rendimento da Frota Russa, agora ancorada no rio Tejo.

«Artigo 1.º Os navios de guerra do imperador da Russia que agora se acham no Tejo, especificados na lista junta serão entregues ao almirante cavalleiro Carlos Cotton, immediatamente com todos os seus provimentos, como agora se acham, para serem mandados para Inglaterra e serem ahi tidos em deposito por S. M. B. para serem restituidos a S. M. I. dentro de seis mezes depois da conclusão da paz entre S. M. B. e S. M. I. o Imperador de todas as Russias.

«Art. 2.º O vice-almirante Seniavin com os officiaes, marinheiros e soldados de marinha, debaixo do seu commando, voltarão para a Russia sem condição ou estipulação, relativamente ao seu serviço futuro; serão transportados para lá em navios de guerra, ou vasos proprios, á custa de S. M. B.

«Dado e concluido a bordo do navio *Twerday*, no Tejo, e a bor-

do do navio de S. M. B. *Hibernia*, na paragem da bocca do mesmo rio, aos 3 de setembro de 1808.

(*Assignados*) DE SENIAVIN
CARLOS COTTON

Corr. Braz.—t. I, pag. 315 e 316 (set. de 1808.)

NOTA F.

Assim se perdeu uma excellente occasião de poder voltar á patria a Legião Lusitana................ pag. 73

«Todos os papeis inglezes têem notado, entre os outros pontos dignos de reprovação, as estipulações sobre os prisioneiros hespanhoes; mas eu lembrar-me-hei aqui das tropas portuguezas que estão em França, a respeito das quaes não quiz o general Dalrymple fazer estipulação alguma.

«Esta omissão é um dos mais justos motivos de queixa que os portuguezes podem allegar contra esta convenção; mas além d'isto o general Dalrymple poz o seu governo no predicamento de nunca poder fazer paz com a França, sem obter a mais completa satisfação a respeito d'estas tropas portuguezas; visto que ellas nem foram para França prisioneiras, nem em obdiencia de ordens legitimas; pois Buonaparte ainda se não tinha declarado soberano de Portugal. A marcha d'estas tropas foi um roubo formal, de que a convenção devia fazer menção, para desonerar o governo inglez.»

Corr. Braz. t. I, pag. 417 (out.° de 1808).

NOTA G.

Sobre este ponto temos um despacho do proprio ge-

neral Dalrymple, dirigido a lord Castlereagh, e datado de Cintra a 3 de setembro de 1808......... pag. 81

O *Correio Braziliense,* t. I, pag. 307 (set. de 1808), deu erradamente a este officio a data de 5, que foi de 3, como se mostra de um officio dirigido por lord Castlereagh a lord Mayor, de 15 do mesmo mez e anno, que pelo seu conteúdo obviamente se lhe refere, e, mais claramente, da *Memoria* do general Dalrymple que a pag. 122 se exprime d'este modo: «Conseguintemente pude apenas dizer em resposta a lord Castlereagh que se havia ajustado um armisticio, ou, subsequentemente, uma convenção definitiva, como por esse tempo s. ex.ª devia ter sabido pelo meu despacho de 3, de Cintra.»

NOTA H.

«Mas elles que andam tão firmes n'isto por alguma cousa ha de ser»........................ pag. 89

Vej. Garrett, *Frei Luiz de Sousa,* act. I, sc. III.

AO LIVRO III

NOTA A.

Nascia esta obra da piedade real — dizem os seus biographos;—era o cumprimento e desobrigação de um voto, feito em 1711, para ter successão............ pag. 94

O que bem se prova com a seguinte inscripção da primeira pedra que se lançou nos alicerces da egreja:

DEO OPTIMO, MAXIMO
DIVOQUE ANTONIO LUSITANO
TEMPLUM HOC DICATUM
JOANNES V. LUSITANORUM REX
VOTI COMPOS OB SUSCEPTOS LIBEROS,
PRIMUMQUE FUNDAVIT LAPIDEM.
THOMAS I. PATRIARCHA OLYSSIP. OCCIDENTALIS
SOLEMNI RITU
SACRAVIT, POSUITQUE
ANNO DOM. CIƆIƆCCXVII
XIV KAL. DECEMBRIS.

NOTA B.

E com outras terras e certas indemnisações importou tudo em 14:738$150 réis............. pag. 94

«Sommam todas estas avaliações 358$500 réis.

«Porém, como pelo decurso do tempo resolveu el-rei augmentar muito a fabrica do convento, e dilatar a sua cerca, se occuparam outras muitas terras que no anno de 1734 mandou o dito senhor se avaliassem e pagassem a seus donos, não só o seu justo valor, mas todo o detrimento que padeceram por causa de as não fabricarem alguns annos. Feita juridicamente a avaliação, importou o valor das terras 12:842$000 réis e os damnos causados 1:896$150 réis, o que tudo faz o computo de 14:738$150 réis, de que se fez assento na Vedoria Geral.»

Gab. Hist. t. VIII, pag. 82.

NOTA C.

Fr. Claudio da Conceição.................. pag. 98

É o auctor do *Gabinete Historico*. A noticia dos paços monasticos de Mafra, que saiu no *Panorama* de 1840 (pag. 60, e 66) está em harmonia com o *Gabinete Historico*. A mim tambem me pareceu que o devia seguir, pela consideração de que uma boa parte das suas asserções foram de todo confirmadas pelos importantes documentos do archivo do ministerio dos negocios estrangeiros de França, dados á estampa pelo visconde de Santarem, no tomo V do seu *Quadro Elementar* (1845)—documentos ainda inéditos ao tempo da publicação do tomo VIII do *Gabinete Historico* (1820).

NOTA D.

Mas só os carrilhões, feitos em Antuerpia.... pag. 99

Os sinos da torre do sul têem esta legenda:

Guilhelmus Withlockx me fecit Antuerpiæ, 1730.

E os da torre do norte:

Nicolaus Levache Leodiensis me fecit 1730.

Na base de uma columna das machinas, junto da pendula, ha tambem a seguinte inscripção: *N. L. L.* 1730 (São as iniciaes de *Nicolaus Levache Leodiensis*).

Á espontanea obsequiosidade do meu prestante amigo, o sr. Joaquim da Conceição Gomes, auctor da *Descripção minuciosa do monumento de Mafra*, que já conta mais de uma edição, devo esses curiosos esclarecimentos, que muito agradeço.

De passagem direi que *Leodiensis* (de *Leodia* ou *Leodium*) quer dizer — natural de Liège.

NOTA E.

«De sorte que—diz o visconde de Santarem—não havia carpinteiro de sege que não estivesse atarefado com trabalho, e quando succedia quebrar-se uma roda da sege de um embaixador ou ministro não havia quem a concertasse, e era-lhe forçoso andar a pé»..... pag. 101

No *Panorama* de 1840, pag. 66, lê-se a este respeito o seguinte: «De toda a parte do reino veio gente para diversos misteres d'esta fabrica immensa; e não foram poucas as vexações, ignoradas por

certo do monarcha, que as auctoridades locaes commetteram para lisongear D. João V, que ambicionava concluir em seu reinado este monumento do seu poder e opulencia».

Sobre este ponto merecem tambem muito lêr-se os seguintes periodos de uma carta escripta por um dom abbade benedictino a outro em resposta ao convite para irem assistir á sagração da basilica:

«Testemunhas da coacção e da violencia... somos nós que com nossos olhos vimos a tantos homens arrastados pelas estradas e ruas com cordas e cadeias conduzidos por beleguins, como delinquentes justificados...—Choram as mulheres a falta de seus maridos por lhes faltar o soccorro dos jornaes com que as amparavam.—Choram os filhos porque não têem paes que lhes administrem um bocadinho de pão.—Chora a côrte o seu universal estrago porque se arruinam os seus edificios sem remedio por falta de artifices e materiaes para se accudir aos seus reparos.—Choram as povoações do reino o seu estrago.—Choram as aldeias e os campos a falta de cultura porque não ha agricultores que os fabriquem.—As obras de que Deus se agrada são as da misericordia e justiça exercitadas como virtude.—Fazer templos dedicados a Deus com prejuizo de terceiro, á custa do sangue dos pobres, não se ajusta com a lei que professamos. E, se não póde ser do agrado de Deus, que quer o meu amigo que vamos vêr a Mafra? Que podemos vêr que não seja incentivo para magoa? Que faz que sejam marmores delicadamente lavrados, se a consideração e piedade de catholico me convida a discorrer que todo este reino tem sido cordeiro de cujas veias correu o sangue para amollecer as durezas do marmore? Que importa a inexplicavel perfeição d'aquelle edificio, se a razão me obriga a pensar que os seus materiaes foram amassados com lagrimas e suor do rosto dos pobres? Que monta a magnificencia do templo, se não ha pedra em cuja frente não estejam gravadas com lettras de sangue as effigies da maior violencia e tyrannia?»

Esta carta, inédita até 1869, foi n'esse anno publicada pelo sr. Camillo Castello Branco, na *Gazeta Litteraria* do Porto, n.º 6, e ahi diz aquelle insigne escriptor que ella esteve archivada em Tibães até que o cartorio se desfez e espalhou.

NOTA F.

... as extensas linhas de janellas, cuja uniforme vulgaridade iria melhor a um quartel ou hospital... pag. 106

Do Escurial disse mui apropositadamente Theophilo Gautier:—«C'est l'idéal de la caserne et de l'hôpital; le seul mérite de tout cela est d'être en granit.» (*Voyage en Espagne*, pag. 127.)

NOTA G.

Os orgãos de Mafra... Hoje... estão quasi todos arruinados !................................ pag. 113

«Ante-hontem, quasi no fim da missa conventual, caiu o canudo maior do orgão do Sacramento com tanta felicidade que pendendo para a parte interior da capella d'esta invocação não fez, como necessariamente aconteceria, victimas as pessoas que estavam junto do cancello. O canudo mede mais de 4,^{m}5 de comprido por 0,^{m}7 de diametro na parte superior, pezando um bem bom par de kilogrammas. O orgão do Sacramento é fronteiro ao de S. Pedro de Alcantara que está tambem muito arruinado. É para lastimar ver assim o detrimento successivo porque vão passando estas bellas peças da egreja, pois actualmente só dos 6 orgãos 2 estão em estado de funccionar, e ainda assim não muito bem.»—*Correspondencia de Mafra* de 20 de abril de 1870, para o *Diario de Noticias* do dia 23 (n.º 1585.)

Actualmente estão em bom estado os dois da capella-mór.

NOTA H.

É uma cruel ironia, mas nós temos por casa exemplos de outras similhantes.................. pag. 114

A fidalga da quinta dos Rouxinoes—no lindo romance de Rebello da Silva (*Lagrimas e Thesouros*, pag. 85) — pergunta com a maior ingenuidade ao gentil Beckford : —«Na Inglaterra tambem ha passaros ?»

APPENDICE

› volume primeiro, pag. 70, do *Museu Illustrado*, que se publica ›de do Porto, foi impressa uma poesia de lord Byron — *Vision hazzar* — trasladada a versos portuguezes pelo distincto poeta e Freitas e Costa, e obsequiosamente dedicada ao auctor d'este

ı muita obrigação em que elle ficou já deu publico testemunho ıa revista litteraria. Mas para melhor patentear o elevado apreço : tem um mimo tão delicado, resolveu incorporar n'este volume ›ellos versos do auctor do *Festim Romano*, que tão justos gabos u da nossa imprensa periodica.

VISÃO DE BALTHAZAR

(DE BYRON)

A Alberto Telles

Estava o rei no seu throno
E a nobresa a sala enchia;
Brilhavam mil candelabros
N'aquella ruidosa orgia;
As aureas, divinas taças
Do templo de Salomão,
Manchava-as o vinho infame
Do sacrilego pagão...

Nos muros da regia sala
Subito um dedo vagueia
No marmor traçando lettras
Como em fina e branda areia:
Contorna-as a mão terrivel,
Appoia, avança e retráe
O dedo com que nos muros
Palavras traçando váe.

Treme o rei; cessa o banquete;
Balthazar d'horror transido,
Trémula a voz na garganta,
Murmúra como um gemido:
„Que venham do reino os magos
A decifrar-nos emfim
A pavososa legenda
Que turba o real festim!„

Vem os sabios da Chaldeia
De robusta experiencia,
Douto engenho e saber fundo,
Mas é-lhes balda a sciencia.
Não menos sizudos magos
Babylonia apresentou;
Mas a legenda terrivel
Impenetravel ficou.

Ouvindo as reaes palavras,
Um captivo humilde e pobre
Quasi imberbe, a idéa occulta
Da legenda ao rei descobre.
Batiam de chapa as luzes
Na mysteriosa inscripção,
E o primeiro alvor do dia
Comfirmava a predicção.

„Balthazar, teu reino é findo
E o teu sepulchro patente;
Vergou, pezando os teus crimes,
A dextra do Omnipotente.
Terás por manto o sudario,
Teu solio a campa será;
Batem-te ás portas os Medas,
E o Persa no throno está!„

Lisboa, 1877.

L. T. DE FREITAS E COSTA.

ERRATAS E OMISSÕES

PAG.	LIN.	ERROS	EMENDAS
3	11	«Lines to Mr. Hodgson on board the Lisbon packet.»	«Lines to Mr. Hodgson written on board the Lisbon Packet.»
4	33	MÉLÉES	MÊLÉES
9	6 e 7	sobeavam	sobejavam
18	2	tradicções	tradições
34	21	ntercessão	intercessão
38	6	parlicipavam	participavam
»	9	A amosa	A famosa
42	18	arvores?	arvores!
70	29	O duqne	O duque
84	13	Rio de Janeiro.	Rio de Janeiro;
»	19	Portugal.	Portugal;
85	14	pelos menos	pelo menos
»	18	sem o que aclarassem.	sem que o aclarassem.
99	14	Liége	Liège
»	21	(250:000$000)	(240:000$000)
102	31	pag· 50.	pag. 150.
123	3	*cscriptas*	*escriptas*